

José Carlos Sebe Bom Meihy

Oitenta vezes Taubaté



José Carlos Sebe Bom Meihy

Oitenta vezes Taubaté

Copyright © 2023 José Carlos Sebe Bom Meihy
Direitos adquiridos para esta edição
pela Editora Pontocom

Revisão: Dalka Castanheira
Diagramação: André Gattaz
Capa: Inácio do Nascimento Moura

Editora Pontocom

Conselho Editorial

José Carlos Sebe Bom Meihy

Muniz Ferreira

Pablo Iglesias Magalhães

Zeila de Brito Fabri Demartini

Zilda Márcia Gricoli Iokoi

Coordenação editorial

André Gattaz

CATALOGAÇÃO NA FONTE (CIP)

M512 Meihy, José Carlos Sebe Bom
 Oitenta vezes Taubaté / José Carlos Sebe Bom
Meihy. – São Paulo : Editora Pontocom, 2023.
 246 p. : ; 21 cm
 ISBN: 978-65-89496-09-0
 1. Crônicas . 2. Taubaté . I. Título .

CDD B869.93

CDU 821.134.3(81)

Sumário

Memórias, humores e amizades de Taubaté em oitenta crônicas - PAULO DE TARSO VENCESLAU	9
Volta ao mundo em oitenta crônicas taubateanas	13
O taubateano azul	17
O que faz Lobato, Lobato	20
Lobato: um deslumbrado em Nova York	23
Saudade de uma festa à qual eu não fui	25
Maria Morgado de Abreu: à mestra com carinho	27
Quarenta anos de esquecimento	30
José Ortiz Monteiro Patto	32
Cinema Paradiso... os lanterninhas	34
Ode a uma árvore cortada...	36
Sete maravilhas de minha saudade taubateana	38
Os fantasmas de Taubaté	40
Taubaté no espelho	42
Renato Teixeira no meio da noite...	46
Lugares de memória: Bar do Pereba...	49
“Os monstros” e os anjos...	51
Heleninha, adeus...	54
Hebe Camargo, menina de oitenta anos: ‘que graçinha’...	56
Memória de todas as outras	59
Dever de memória: sobre o “coleginho”...	62
As duas caras de Taubaté	65
<i>Contato</i> e eu: assim se passaram cinco anos	67

Para Taubaté ser feliz...	70
Régis Machado, o poeta do concreto	73
A arte de comer ovo frito	76
A dívida de Taubaté: Celly Campelo	79
Taubateanismo gastronômico: a culpa do Renato Teixeira	82
Taubateanismo gastronômico (2)	85
Ai de ti, Taubaté...	87
Estranha perseguição a <i>Caçadas de Pedrinho</i>	89
Carta aberta ao escultor José Demétrio	92
Suíte para Vanildo Sabino Diniz	95
Os tempos mudaram... os móveis também	98
Meia-noite em Taubaté	101
O “elo perdido” ou um pouco de caboclismo filosófico taubateano	104
Boêmios da estiva... estivando nossas origens ociosas	107
A fatalidade natalícia...	110
Alguma coisa aconteceu no meu coração, na esquina da São João com a Ipiranga...	113
Os religiosos de Taubaté	116
Minha Taubaté, ou quase música do Renato Teixeira	119
Meu pai, meu herói... o turco do mercado	122
Carta aberta ao editor do <i>Contato</i>	125
Renato Teixeira, amigo sincero e o E.C. Taubaté	128
Boêmios da estiva	130
Éramos três...	133
Taubatherium e o beijo da história	136
Para as memórias do “novo” velhinho de Taubaté	139
Renato Teixeira e a moderna tradição sertaneja	142
A construção do Saci brasileiro	145
Lá onde deixei meu coração de menino...	148

O masculino e o feminino para os “velhinhos de Taubaté”	152
O velhinho e a bicicleta	155
Nesta data querida... muitos anos de vida	158
Carlinhos e o Bar do Bigode	161
Carta a um jovem viúvo	164
Ode ao passado: tributo à família Guisard	166
Um belo dia taubateano em Paris	170
Cinquenta tons de amizade	173
Uma lágrima para a Casa Abrahão	176
Um galo em Copacabana: Garcia Marques, João Cabral e Renato Teixeira	179
Carta aos meus bisnetos	182
Paranoia ou mistificação? modernização do Museu Monteiro Lobato: conceito, corpo e alma	185
<i>Negrinha</i> , Lobato e o racismo estrutural brasileiro	189
“Acontecências”: Ruth Guimarães e as ingratidões valeparaibanas	192
A Pedra de Sísifo ou mais uma mensagem ao/à futuro/a mandatário/a	195
Porviroscópio: uma história pretexto	201
O castanho olhar de minha mãe	205
As magias do número sete	207
Carta aberta a Jefferson de	209
(De)cantando o saci	212
Alzheimer	215
Poesia e alienação	218
Mil vezes: segredos de confessionário!	220
O Caipira de Mazzaropi entre Lobato e Cornélio Pires	223
Chita: o pano do tempo	226
O pastel do Mercado: lições!	229
Meu pai comendo pipoca num estádio de futebol	232

E agora, velinhos e velinhas de Taubaté?	235
O Saci não é mais aquele – e o que Lobato tem a ver com isso	238
Pelos olhos de meu pai	241
Étabuat	244

Memórias, humores e amizades de Taubaté em oitenta crônicas

PAULO DE TARSO VENCESLAU

Parece que foi ontem, juro, que recebi a primeira de centenas de crônicas deliciosas que formam a aquarela literária de Mestre Sebe sobre a Terra de Lobato. Lá no fundo do baú da memória afiada e afetiva, Sebe físgou o amigo mais amigo que ele alimentou com textos que Renato Teixeira lia e musicava todas as manhãs na Rádio Difusora. Do arco da velha, como diria a verdadeira Velhinha de Taubaté.

Ninguém poderia imaginar que quase vinte anos depois nossa parceria seria recompensada com cerca de 900 crônicas das quais seriam pinçadas as oitenta que formam o mosaico memorial aqui reproduzido com amor, carinho e muita amizade. Aliás, existe um grupo de “taubateanos raiz”, pessoas que não nasceram na Capital do Vale, como era chamada a cidade adotada. Dentinho e Sebe fazem parte do círculo de apaixonados que se embebedaram com a água da Bica do Bugre, brincaram no Bosque ou na Juca Esteves e torcem até hoje pelo Esporte.

Paciente indócil, reflexivo em noites que passou insone sem ligar a televisão, preparou-se para comemorar seus oitenta anos. A produção dessas quase duas décadas seria a forma de comemorar essa data. As crônicas referentes à Terra de Lobato seriam os ingredientes e o tempero do prato principal. A razão é que as crônicas recuperam fatos e personagens que não caberiam em obras acadêmicas. Sebe se enfurnou na academia que o levou mundo afora, mas esse profissionalismo nunca abalou suas raízes. E pode até ser uma das razões de sua opção por trabalhos com memória de transmissão oral.

As histórias taubateanas recuperadas com genialidade nessas oitenta crônicas refletem também a evolução de seus textos. Foi como um desabrochar perfumado e colorido pelas suas histórias que contava. Enfoques filosóficos fazem parte de seu cotidiano, nas crônicas, porém, Sebe reflete e registra episódios distantes carregados de emoção e dor pelas perdas inevitáveis de muitos que o acompanharam desde o Estadão onde estudou.

A linguagem formal acadêmica cedeu espaço cada vez maior para a produção descontraída que poderia ser contada rindo ou chorando na volta de uma mesa, cercado de amigos e até de estranhos. E se universaliza porque são episódios de uma geração, dos anos 1940, que curtiu os “anos dourados” e sofreu com os “anos de chumbo”.

Acompanhei essa evolução recíproca: a leveza emocional que emergia das crônicas pessoais influenciando nos episódios abordados com a seriedade que a academia exige. Aos poucos, o humor e a descontração passaram a influenciar suas reflexões mais formais. Um autoaprendizado que Mestre Sebe desempenhou com sua redundante maestria.

Só faz alguma concessão quando, ao analisar o taubateano Monteiro Lobato, critica as tentativas de mutilação de suas obras acusadas de racistas. Porém, ao mesmo tempo recupera as diferentes faces nos “livros do próprio Lobato para aprofundamentos naquele que, entre outros, transformou a prática da leitura em prazer pessoal, diálogo de gerações e lição de trabalho e crença em ideias capazes de propor mudanças... [e que] cabe reconhecer, Lobato sobrevive também pelas polêmicas criadas. E viva os dois lados desta moeda que negocia a perenidade do autor de Taubaté”.

Ao mesmo tempo não se curva quando tem críticas a artistas e intelectuais locais que admirava e reverenciou em vida, como se lê em suas opiniões sobre seu dileto amigo e escultor José Demétrio. Nesse caso, vestiu o rigor acadêmico sem perder a ternura quando escreve que “O porte do ‘Bandeirante’, além de mal pensado, meu caro, se reveste da atitude falsa calcada no modelo piegas proposto pelos paulistas da década de 1920. Seu ‘Bandeirante’ é ente estático, sem movimento, espetado no meio de um canteiro, de costas

para o Morro da Imaculada. Nem adianta dizer que o modelo é o Renato Teixeira. Isto não ajuda em nada. Pior, ofende. Sabe mais, o ‘Canoeiro’ na entrada de Ubatuba seguiria o mesmo critério das figuras esquiladas, mas há algo de social naquela imagem que lhe empresta sentido. Com o ‘Bandeirante’ não se passa isso.”

José Demétrio ainda estava vivo quando a crônica foi publicada, mas o calor da amizade foi mantido porque era a solda do relacionamento mantido com o amigo mais amigo que escreveu “A amizade sincera/ É um santo remédio/ É um abrigo seguro...”

O reencontro de nossa geração começou no final do século passado quando foi realizada a primeira festa do Elo que estava perdido e estimulou a criação do *Jornal Contato* em 2003, onde Sebe escreveu todas as semanas e infalivelmente desde 2004. Não deve pois ter sido fácil selecionar 80 entre as mais de 200 que se referem a Taubaté nas 900 crônicas produzidas com exclusividade para o *Jornal Contato* em 20 anos.

Tenho a certeza que outras gerações, em plataformas cada vez mais modernas, darão continuidade a essa iniciativa de registrar momentos, personagens e obras como os aqui documentados com o humor do amigo e a elegância do intelectual refinado do nosso Mestre Sebe.

Para Mirna, nesse momento de presença ausente

Volta ao mundo em oitenta crônicas taubateanas

13 DE FEVEREIRO DE 2023

No poema “Para além da curva da estrada”, Fernando Pessoa diz da possibilidade de encontrar um poço, talvez um castelo, ou quiçá mera continuidade natural de uma estrada presumível. Sim, cético frente ao futuro, admitia a desimportância da “continuação da estrada”. Nas linhas seguintes o poeta dava conta do itinerário percorrido: “só olho para a estrada antes da curva”. O passado apontaria para a aceitação de qualquer quimera, porque relevante mesmo, palpável de fato, era o pretérito versegado. Há algo de iluminador nesses versos, e deles me vali para organizar esta seleção de crônicas escritas desde 2004.

Completo 80 anos no mês março deste 2023. Oitenta, número redondo, complemento de 8 avizinhado de um 0 à direita. Oito e zero, 80, composto de inusitados Algarismos que, isolados, se permitem concluir em um único traçado, sem tirar o lápis do papel. E são números abolidos que, em desenhos perfeitos, saem em busca do ponto inicial, eterno retorno. Melhor que 80 só 88, e pensando que ele está “além da curva da estrada”, resolvi celebrar as décadas já cumpridas com 80 crônicas escritas para o jornal *Contato*.

Contato! Como o título do jornal editado pelo amigo Paulo de Tarso Venceslau, que também completa 80 anos, faz sentido. Em alguma crônica escrevi que essa prática desenvolvida ao longo de quase 19 anos, semanalmente, com exíguos tropeços, se fez como um laço que me ata a Taubaté. Perfilando mais de 900 crônicas me permiti olhá-las como quem se vê num espelho feiticeiro. E desfiando uma por uma acabei por refazer um eu biográfico, uma

espécie de confissão íntima, uma conversa olho no olho. Dispensando tantas outras, centenas, as que ficaram enredam-se numa espécie de roteiro capaz de me explicar. E novamente, Pessoa repontou no “Guardador de rebanhos” lembrando que “da minha aldeia vejo quanto da terra se pode ver o Universo”.

De início, eram escritos feitos para taubateanos de todos os lugares, e até imaginava que os leitores seriam amigos de infância, gente de meu pertencimento e poucos agregados. E via o *Contato* como uma rede de cúmplices reunidos para conferir experiências, ponderar sobre os rumos da cidade, poetar alguma arte, mostrar festas e rearranjar informações. O tempo foi passando e as nuances da vida forçavam opiniões políticas, posicionamentos alargados em termos de espaços temáticos. Diria com segurança que acompanhei a troca de endereço do *Contato* que, sem perceber, ia deixando de ser um jornal local para se tornar algo mais.

Agulha que conduzia linhas, o próprio Paulo de Tarso fazia avançar o roteiro bordado na talagarça da vida nacional. E eu ia junto. Compondo o destino ampliado, contudo, nunca deixei de repontar Taubaté. Nunca. Cá e lá, despertava minha sina de “exilado” e ia matando a saudade. Escrevi em diferentes situações: em casa, muitas vezes; em viagens, outras tantas; durante o dia; pelas madrugadas quase sempre. Houve vezes em que me divertia, outras não, e não faltaram aquelas em que tive que controlar emoções. Escrevi com alegria e com raiva, mas sempre com entrega total. Difícil dizer do carinho com que as fazia.

O inventário que segue é uma seleção. Estranha seleção, diga-se. Escolhi a linha do tempo como caminho e dispensei o critério qualitativo. Optei pelas mais clarificadoras de mim. Neste sentido, aliás, devo dizer que considereí válidas algumas repetições e até foram prezadas contradições que, afinal, fazem parte de minha trajetória. Busquei saldar os vivos, mas não tive como esquecer alguns mortos queridos. Há lances pretensiosos, e não subtrai recomendações vertidas em “cartas abertas”. Pontuei locais, livros, celebrações, sempre com a intenção valorativa de aspectos que chamavam minha atenção. E como foi bom reconhecer o sucesso de alguns companheiros. Nossa!...

Dois personagens mereceram destaque porque são realmente tipos que centralizam minha atenção: Monteiro Lobato e Renato Teixeira. Figuras recorrentes em minhas considerações, repeti, consciente, menções a ambos. Devo, aliás, dizer mais, deixei de lado muitas crônicas sobre os dois e o fiz pensando em publicações futuras.

No fundo, revendo o conteúdo seletado, vejo que mais que nada, eu falei mesmo foi de mim. Os temas e a ordem das crônicas dizem de minha trajetória. O que não é visível, o que está oculto por elipses sentimentais, é que ao me tornar leitor de mim mesmo, aprendi o significado da gratidão. Sobretudo, por ter experimentado a vida que tive até agora, visto a melhor roupa emocional e me preparo para a festa de lançamento deste meu testamento.

Oitenta vezes Taubaté. Oitenta anos... Que outros venham sem desmentir Fernando Pessoa lembrando que mais vale a trilha percorrida do que as surpresas do futuro. Oitenta vezes obrigado e vamos ver o que vem “depois da curva da estrada”.

O taubateano azul

4 DE MARÇO DE 2005

É de Renato Teixeira que falo. *Dentinho*, como o chamávamos nos longínquos *anos dourados*, naquela Taubaté que já era (ou é ainda?). Morávamos perto, estudávamos na mesma escola, íamos à missa juntos e quando ele trabalhava como locutor na *Rádio Difusora*, num programa “cedíssimo”, eu escrevia as crônicas que ele lia e colocava fundo musical. Basicamente, mandávamos recados para nossas namoradinhas, hoje senhoras e muitas avós. Crescemos. Distanciamos-nos, mas sempre ligados um ao outro. Mantenho com Renato uma amizade rara, elegante, carinhosa e retraçada em encontros esporádicos nos quais conferimos admiração e afetos. Lembranças também. Tantas. Tenho certeza de que o mundo todo gostaria de sentir algo assim: “amigo sincero” como cantou mais tarde.

Mesmo afastados um do outro, Renatinho sempre esteve presente em minha trajetória. Lembro-me de uma vez em viagem à Europa, em Madri, ao tomar um táxi ouvi, comovido, pelo rádio a voz dele cantando “sou caipira Pirapora, Nossa Senhora de Aparecida”. E foi *Romaria* também a música que, em pesquisa de campo em Dourados, Mato Grosso do Sul, ouvia os indígenas cantando quando de madrugada iam para as águas do rio que os purificava. Sobretudo, meço o significado do colega em minha vida por uma passagem nunca revelada. Quando decidi morar em Nova York por um ano, tendo muita bagagem, tive que escolher 10 álbuns de CDs para levar. Entre centenas, fiquei horas tentando estabelecer um critério de escolha. Eliminei os “estrangeiros”, deixei de fora os que poderia comprar lá, optei por guardar os instrumentais e mesmo assim restaram muitos. *Álbum de família*, foi o primeiro que seletei, e o que mais ouvi. Por anos a fio, este CD

está comigo e o levo por onde vou. É mesmo como uma sombra de um passado que não me deixa. Tenho que dizer que foi presente dele, e só isso lastreia meu patrimônio afetivo. No roteiro de baladas, apenas uma música não é cantada por ele. Cristina Buarque de Holanda, com aquela voz que é riacho fino, murmura “meu amor, meu namorado”, mas todas as outras têm sua assinatura, algumas em parcerias.

Sobre essa coletânea, confesso, não é a qualidade do cantor que me atrai. Não. Renato ainda cantava mal – melhor dizer, não cantava tão bem – e esse era seu primeiro “disco” pessoal. Há, contudo, três características que me enternecem: 1) a seleção de sambinhas, ranchos e marchas que provoca a memória de velhos carnavais evocando o lança-perfume, os cordões e amores fugidios; 2) a reverência que faz a Angelino de Oliveira cantando *Tristeza do Jeca*, e 3) a Hekel Tavares com *Casa de Caboclo* que, aliás, assinala o nascimento de uma era de requalificação da música sertaneja. Mas, o que realmente me é fundamental é a homenagem a Taubaté. Todos devemos algo ao Renato Teixeira que aí esparrama seu amor incontestável à cidade que ele estabelece como limite de seus projetos pessoais.

Em *Álbum de Família*, música/título, diz “vejo a vida desfilar e me espanto”. Ainda fala das agruras do menino do interior que via na tabuada um “complicado enredo”. Em seguida, com o mesmo apelo sentimental de garoto curioso, para a avó, pede “Me conta uma história” e desenha com imagens lindas alguém que solta casos. Há duas outras músicas fatais para a consideração da taubateanidade do mais taubateano dos não nascidos em Taubaté: *Igreja Matriz*, em que ele eterniza o padre Evaristo; e *Feira de Trocas*, a nossa velha “Breganha”, lugar, assevera, onde há de tudo, mas está ausente a felicidade, pois não a busque “nos artigos dos feirantes”.

O cruzamento de duas letras/poemas, porém, clama atenção de quem se propõe descobrir os segredos da parcela de “taubateanos” evadidos: *Merencória* e *Era azul*. A primeira é um lamento que nega o passado e conclui que depois de “tomada a decisão tratei de esquecer da capital do Vale da terra de Cely a

nossa Taubaté”. Como entendo suas palavras! Nossa!... Entendo também como a saudade nostálgica reponta e então decreta que tudo “era azul” como “o uniforme do grupo” e “as ruas estreitas da vida”. *Azul* também a amizade de “mais amigos que imaginei” e azul o apelo, pois “preciso de um sonho porque o outro acabou”. Tudo é azul como azul é a Taubaté do mais azul de seus filhos adotivos.

O que faz Lobato, Lobato

25 DE MARÇO DE 2005

Mas como se iniciar na leitura das obras de Monteiro Lobato? Difícil responder pois há coleções de artigos, teses, dissertações, constituindo uma das mais vastas fortunas críticas de nossa memorália intelectual. Talvez, exatamente por isso, valha esforço capaz de propor uma linha de reflexão para iniciantes: em primeiro lugar suponhamos textos sobre sua personalidade e aceitação, depois falemos das análises indicativas de sua obra, biografias e cartas.

Uma primeira série de livros propostos remete à recepção da obra lobateana que pervive por gerações que cresceram lendo, cultivando e rememorando o nosso taubateano maior. E nessa senda, cabe questionamento sobre a preponderância de seus escritos para as crianças. Convém considerá-lo na largura de sua recepção. A fim de consagrar este pressuposto, vale mencionar, por exemplo, o livro de J. Roberto Whitaker Penteadado *Os filhos de Lobato: o imaginário infantil na ideologia do adulto* (Dunya Editora, Rio de Janeiro, 1997). A genealogia da leitura proposta por Whitaker demonstra o rastro luminoso de quantos se nutriram nas histórias mágicas do “taubateano rebelde”. Sem deixar dúvidas, é a obra escrita para crianças que perpetuou Lobato no coração de seus seguidores, portanto, seriam os educados na fronteira dada entre a imaginação e a ideologia que marcariam sua produção. Também merece destaque, saudando o impacto de Lobato na formação dos jovens, o livro de Zinda Maria Carvalho Vasconcelos, *O universo ideológico da obra de Lobato* (Traço Editora, São Paulo, 1982). Sobre o papel de Lobato na produção para crianças, imperdíveis também são os textos assinados por Marisa Lajolo e algumas

parcerias dela com Regina Zilberman, autora de uma coletânea fundamental do escritor: *A modernidade de Monteiro Lobato* (Mercado Aberto, Porto Alegre, 1983).

Mas há, entre tantos, dois outros textos que merecem consideração por testemunhais: *Vozes do tempo de Lobato*, organizado por Paulo Dantas e publicado pela Traço Editorial de São Paulo (livro composto para saudar o centenário de Lobato nos idos de 1982) e *Minhas memórias dos Monteiros Lobatos*, de Nelson Palma Travassos, publicado em 1964, em São Paulo pela EdArt. O primeiro arrola parte da nata da intelectualidade nacional desde Tristão de Athayde até Gilberto Freyre e faz uma costura de impressões bem maior que sua vida pessoal. O segundo mostra uma das facetas mais exibidas quando se fala do nosso escritor: a pluralidade de aspectos dos quais se ocupou. Em ambos os casos, a admiração incondicional faz revigorar algo mais do que sua produção para crianças, seu ardente pendor para o trabalho e para a inscrição dos compromissos pessoais na vida pública. A marca de “homem público” galga destaque para que não se pense apenas em Lobato “para crianças”.

Falando de aspectos voltados ao empreendedor Lobato, o livro de Alice Mitika *Monteiro Lobato: intelectual, empresário, editor* (T. A. Queiroz, São Paulo, 1985) é pioneiro por centrar reflexões na relação entre a produção escrita e a indústria do livro no Brasil. José Antônio Pereira Ribeiro publicou uma série de ensaios biográficos sobre aspectos da vida do nosso escritor e seu livro *As diversas facetas de Monteiro Lobato* (Roswitha Kempt, São Paulo, S/d), apesar de carecer de unidade, projeta importantes ângulos sobre ele.

Em termos de análise do vasto epistolário lobateano, dois autores merecem destaque: Edgar Cavalheiro, amigo cultivado e responsável pela coletânea *A barca de Gleyre* e Cassiano Nunes, de quem cabe citar quatro trabalhos essenciais: *A correspondência de Monteiro Lobato*, *O sonho americano de Monteiro Lobato*, *O último sonho de Monteiro Lobato* (1982, 1983, 1984 respectivamente, s/e) a coletânea de cartas *Monteiro Lobato vivo*, lançado pela MPM (Rio de Janeiro, 1986), sob a coordenação do professor

Nunes, que é referência fundamental para o entendimento das relações de Lobato com o universo brasileiro.

Recentemente, com trabalho incansável e de raro requinte investigativo, Osny Lourenço Cruz tem aberto avenidas para a consideração de um “Lobato doméstico”, mais voltado às relações com o ambiente original do escritor taubateano. Por lógico a abrangência do trabalho de Cruz esparrama-se para outros temas e espaços, sempre com devotamento aos originais.

De toda forma, nada melhor que os livros do próprio Lobato para aprofundamentos naquele que, entre outros, transformou a prática da leitura em prazer pessoal, diálogo de gerações e lição de trabalho e crença em ideias capazes de propor mudanças. Mudanças e problemas culturais. A par do fascínio, cabe reconhecer, Lobato sobrevive também pelas polêmicas criadas. E viva os dois lados desta moeda que negocia a perenidade do autor de Taubaté.

Lobato: um deslumbrado em Nova York

15 DE MAIO DE 2005

É bom saber que não sou o único a me emocionar com Nova York. Não. Há deslumbrados mais ilustres. Muitos. Nenhum, contudo, chega perto do nosso José Bento Monteiro Lobato. Aliás, é bom tocar nesse tema para poder levantar questões que nem sempre são presentes na consideração do nosso escritor querido.

Creio ser Lobato, para os biógrafos, um dos personagens de mais difíceis decifrações de nosso quadro literário. Desafio complexo propor perfil para Lobato, visto sempre como alguém resolutivo, firme e coerente. Seus admiradores cultuam-no de maneira a jogar fora detalhes que, certamente, mostrariam a complexidade de um brasileiro perdido entre a modernidade pretendida – metaforizada pela busca do petróleo – e a herança conservadora – de filho de fazendeiros do Vale do Paraíba cafeeiro. De toda forma, a marca mais evidente de Lobato é seu complexo nacionalismo, quase nunca contestado. Como o mais completo “bandeirante da brasilidade”, seus biógrafos nunca relevam alguns textos seus, em particular algumas cartas, que apontariam para um homem mais repartido, mais dividido do que se supõe na inocência da laudação obsessiva.

A fim de evidenciar a fecundidade do tema convém recortar um momento da vida do nosso autor que depois de falido teve a ajuda de amigos para se tornar Adido Comercial do Brasil em Nova York. Entre 1927 e 1931, Lobato residiu em Queens, em Astoria, exatamente na região onde hoje os brasileiros se multiplicam escancarando um dos mais graves problemas de nossa

realidade. De lá também redigiu cartas ao amigo querido Anísio Teixeira que aliás o conheceu quando este fazia seus estudos na Universidade de Colúmbia. Nessas páginas Lobato delirava e vertia em palavras sua paixão pela cidade exaltada como a “capital do mundo”. E haja adjetivos, exclamações e outros recursos para dar vazão ao entusiasmo por onde estava. Mesmo sendo breve, vale recortar passagens que tangem o exagero. É de Lobato, por exemplo a frase estarrecedora “um dia em Nova York vale uma vida no Brasil – pelo menos ensina mais que ela”. E é dele também a descrição quase descabida “tenho a impressão de que todas as estrelas do céu se acamaram no solo de Manhattan e arredores. Lá está Brooklyn! Lá está Queens!... mas é um espetáculo único”. E o que dizer da dor presumida de uma volta ao Brasil assim registrada “estou gozando de tal modo Nova York que receio isso seja pressentimento de regresso à pátria no próximo ano. Que pena será. ‘Never more’ Times pela manhã, nem rádio (e estou com um excelente rádio novo), nem a inalação diária destes fluidos eufóricos sobre os quais tanto conversamos aqui”.

E foi o próprio Lobato que em um de seus arroubos corriqueiros não vacilou ao anunciar que abriria um restaurante em Nova York. Situando-o no número 60 da Greenwich Street, o suposto estabelecimento funcionaria com o nome de “Brazilian Garden Coffee House” menção, aliás, que sugere o intuito emigratório da família. Fato é que Lobato retornou ao Brasil em 1931. Tendo escrito depois muitos textos sobre os Estados Unidos, sem dúvida *América*, mais que todos, merece destaque. Na mesma linha, é de apontar que se esses aspectos fossem considerados, certamente, teríamos não só um Lobato mais completo, mas também, um personagem mais humano. Afinal, quem não se apaixona por Nova York?

Saudade de uma festa à qual eu não fui

29 DE MAIO DE 2006

E escrever crônicas é sempre um risco. Ainda que o gênero agrade a muitos, para o autor, além da requerida originalidade, não há como desviar a atenção de detalhes reveladores da vida pessoal. Foi assim que ocorreu com esta página. De volta para casa depois de longa viagem, como de costume, restava uma montanha de coisas para fazer. O cuidado com a correspondência acumulada é uma das obrigações mais intrincadas para quem vive só e tem que separar contas, propagandas, cartas e papéis acumulados para leitura.

Tomou especial cuidado com revistas e jornais. Deixo para o final os noticiários, pois não gosto de ficar sem saber o que se passou durante minha ausência. Sou dos poucos que leem reportagens envelhecidas, e o faço com estranho prazer. Mania insana, não? Foi assim que ordenei minha leitura dos números do nosso *Contato*. Aliás, como tinha sete números acumulados, foi meu derradeiro empreendimento. E o fiz com o prazer de quem aprendeu a ver do Rio de Janeiro, onde moro, os acontecimentos registrados pelo “jornal do Paulo de Tarso”. Confesso que desta vez tive algumas surpresas mais saborosas: uma entrevista muito interessante sobre a construção da Igreja de Santa Terezinha; a história da santista “Miss Taubaté”; a homenagem simpática do Marmo ao querido professor Cesídio Ambrogi; o caso da revista grega surrupiada pela Beti Cruz, e, claro, as querelas políticas locais salpicadas de picardia.

O número 263, de 31 de março, contudo, me pegou de jeito. A página central do jornal foi toda dedicada ao aniversário de Isa

Márcia que comemorava seus 60 (inacreditáveis) anos. Viajei. As 35 fotos que ilustravam a cores o evento me transformaram em um misto de criança curiosa e detetive decifrador do tempo. Entendi melhor Proust. Foi comovente ver o rosto de figuras sem as quais minha história seria outra. Quanta saudade de todos. E como foi bom ver amigos sorrindo, em uma festa. Quisera ter ido. Frente às fotos, analisando-as meticulosamente, com esmero e carinho, confirmei uma teoria desenvolvida e aplicada à minha geração de colegas: as mulheres ficaram muito, mas muito mesmo, mais bonitas que os homens, que envelheceram sem recursos facilitadores do visual. Vendo a Miriam e a Lise, a Ruth e a Eliane, a Liginha, Beatriz e Heloisa, a Cristina, mal acreditei. O tempo não passou para elas? Olhem bem para Ana Gatti e digam se estou errado. Foi só para nós homens que o pretérito se fez presente?

Mas devo confessar que foi simpático ver o Tipiti transformado em senhor, o “goleiro Henrique” com cara de empresário, o Ivã Negrão como cidadão respeitabilíssimo. E o Gerson com cabelos brancos?! O Melin maduro ficou mais simpático e o caro Edmauro mudou tanto que se não fosse a legenda eu não o reconheceria. Nem faltou o Djalminha, que sendo meu ex-aluno provou que os jovens também chegam lá. É engraçado que alguns companheiros que vejo sempre não chocaram tanto, pois a vista repetida atenuou a alteração brusca, e, assim, o Paulo de Tarso e o Pedro Nelson não me causaram espécie.

Um dos lances deliciosos deste flagrante foi conferir as histórias pessoais. Os casamentos que resistiram, os outros que se inventaram e as certezas de que todos lutam por um lugar amoroso, terno e capaz de fazer rir das trapaças do destino. E tudo reunido para a celebração da Isa Márcia... De toda forma, ainda que atrasado, deixo meu abraço a ela e desejo muitos mais anos de vida e de festas, e, tenham certeza de que se eu não for, pelo menos quero ler a notícia e ver as fotos. Este meu pessoal apagar de velinhas, recôndito, acendeu outras em meu coração. E ouço um pouco o barulho do passado taubateano.

Maria Morgado de Abreu: à mestra com carinho

13 DE OUTUBRO DE 2006

Dia desses, perguntaram-me quais os autores que estariam na base de meu saber. Sempre que isto acontece, pessoas logo buscam expressões máximas do conhecimento, pensadores do tipo Marx ou Weber; mais recentemente pilares como Foucault, Bhabha, Deleuze ou Derrida compõem a lista dos inspiradores decisivos. Há ainda os que evocam a literatura e então prezam Tolstói, Borges, Nabokov ou Auden. Recentemente Kerouac tem aparecido como uma espécie de queridinho dos jovens “cult”. Os críticos e ensaístas logo apelam para Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda ou Antonio Candido; a nova geração ampara-se nos textos de Eduardo Silva ou Nicolau Sevcenko. Os mais sagazes, com medo de errar, apelam para clássicos como Machado de Assis, Guimarães Rosa, e o nosso Monteiro Lobato também quase nunca falta. Cecília Meireles, Clarice Lispector, Nélida Piñon e Marilena Chauí figuram como uma espécie de vingança do secular silenciamento feminino. Enfim, sempre os “grandes”. Por lógico, a insegurança determina escolhas acima de qualquer suspeita.

Mas pensei na franqueza da resposta e na oportunidade de uma justa homenagem. Como é sabido, o Vale do Paraíba é celeiro de bons professores e não é à toa, por exemplo, que Guaratinguetá foi conhecida como Atenas do Vale. E do meu Vale, tive mestres incríveis como o saudoso professor Eduardo D’Oliveira França. Cavando mais fundo, porém, recuo ao meu tempo de mocinho e passo em revista alguns saudosos professores do tempo do ginásio e do colégio. Entre tantos, cabe acarinhar uma pessoa muito

especial em minha formação: dona Maria Morgado de Abreu. Ela significou muitíssimo para mim. Sobretudo, era doce e apaixonada pela docência. De certa forma, dona Maria Morgado acompanhou, por inteiro, a trajetória de estudantes que fizeram o curso clássico e depois optaram pela área de História na Faculdade de Filosofia de Taubaté, onde ensinava “História do Vale do Paraíba”. Sinceramente, contudo, nos anos de 1960, aquilo parecia sem muito sentido, pois como explicar um olhar tão específico num mundo em ebulição. Frente às possibilidades de estudar o passado da humanidade, os graves problemas sociais da contracultura, questionávamos os porquês da História Local ou Regional. Para muitos como eu era difícil entender o sentido sagrado da missão daquela mestra que insistia na relevância do espaço imediato. Incansável, dona Maria Morgado levava sua tarefa com entusiasmo imbatível e trocava nossas tolas polêmicas estudantis pelo exemplo e apreço com que pesquisava Taubaté, dando inclusive destaque heroico por vezes exagerado.

E com que convicção ela abordava as investidas de Taubaté no âmbito do Brasil! Aliás, esta marca – destacar nossa querida cidade como uma espécie de capital histórica do país – graciosamente tornou-se uma das características que ainda talham os olhares dos historiadores locais. Acontece que a suave mestra conseguia passar sua mensagem e mantinha o endereço decisivo: sem compreender e explicar o local é inviável ver o universal. Carregada de fotos, jornais antigos, mapas, ela dissertava sobre a dinâmica de Taubaté como quem mostrava feitos napoleônicos. E promovia exposições, fazia-nos conhecer a produção artística de Georgina de Albuquerque, Clodomiro Amazonas, os filmes do Mazzaropi, colecionar velhas receitas de petiscos. Tudo com o entusiasmo de quem revia a façanha da humanidade filtrada por nós vale paraibanos.

Havia outras virtudes da mestra é claro: elegância, gentileza e determinação eram algumas. Elegante na postura, além de muito bonita, vestia-se com rigor e discrição; gentil, sabia ser cordial e severa e nos limitava nas notas rigorosas; determinada, definida em sua opção de pesquisa escreveu textos básicos para

o conhecimento de nosso passado local. Eis alguns: *Aspectos do Folclore em Taubaté*, *Taubaté de Núcleo Irradiador de Bandeirismo a Centro Industrial e Universitário do Vale do Paraíba*, *A Culinária Tradicional do Vale do Paraíba*; *História de Taubaté através de Textos e Aspectos Geográficos do Vale do Paraíba e Município de Taubaté* (alguns em parceria com Antônio Carlos Argôllo Andrade). Em qualquer de seus escritos, sobressaía-se um brado de louvor à terra. Aprendi a diferenciar com essas leituras inocência de entusiasmo. Não se tratava de simples encantamento, mas de compromisso com a fecundidade da crença instruída.

Além de aluno de dona Maria Morgado, fui colega dos filhos mais velhos da querida mestra. Conhecendo-a como mãe, na intimidade do lar, pude vislumbrar outro modelo de pessoa. Poucas vezes via alguém com tamanho desprendimento e capacidade de harmonizar diferenças. Guardo dela lembranças especialíssimas e é para ela que vai minha homenagem no dia muito especial “dos professores”. Fico pensando: será que ela não foi o modelo primeiro que calçou em mim o ardor pela docência? E sempre busco entender as razões que não me permitem deixar Taubaté de lado. Nunca consegui... É verdade que tive outros modelos de pesquisa, exemplos qualificados de teóricos e pilares da historiografia, mas ternura e paixão... Ternura e paixão aprendi com ela.

Quarenta anos de esquecimento

30 DE MARÇO DE 2007

Que bom saber que a Faculdade de Medicina de Taubaté chega aos quarenta anos de existência! Parabéns, Taubaté; congratulações UNITAU, mas, sobretudo efusivas felicitações aos esquecidos fundadores. Quantos ainda existem? Onde estão e como serão inseridos nesse processo comemorativo? Serão? Dúvidas... Ou a morte da memória vai cumprir sua sina e penalizar esses anônimos? É, de toda forma, uma lástima não termos relevantes registros publicados sobre o momento de fecundação dessa Faculdade que nasceu para ser diferente, exemplar e sobretudo alternativa, capaz de combinar o saber médico com substratos humanísticos. Sobre isso, aliás, poderia tecer uma crônica identificando que na falta de história residem dois germes letais para melhor apreço da instituição: a perda do reconhecimento da situação política nacional que permitiu sua instalação e a redução do valor humanístico do médico formado com preocupações mormente técnicas. É verdade que essas premissas, tão acalentadas então, deram lugar a um outro projeto que, diga-se, tem seu valor enquanto instituição capaz de se articular com partes tão estranhas à sua origem. Mas o que perdeu é memorável.

Foi graças à agilidade política de um grupo que entendia a situação do momento democrático dos “anos dourados” – de 1956 a 64 – que a instituição tornou-se capaz de vigorar. O substrato filosófico que o animava era uma combinação do deslocamento dos polos de ensino com a fertilização humanística do ensino médico. Isto me permite recobrar, nesse processo comemorativo, o que um dia foi um sonho/semente. E o faço rendendo tributos a inúmeras pessoas que vislumbraram sem prever que a noite seria menor que a acalentada utopia. A história da educação em Taubaté está para

ser feita e nela, sem dúvidas, haverá lugar especial para o nome de José Alexandre Pato. Caberá também um posto para sua mulher, dona Maria da Graça, sem quem não caberia ao marido dar forma à proposta. De toda maneira, lastimo que o site aberto para a comemoração da efeméride sequer traga estes e outros nomes. Isto força o registro das primeiras propostas.

Corria o agitado ano de 1958. Construía-se Brasília, a indústria automobilística instalava-se no país, e, junto com o nascimento da Bossa Nova, Pelé metaforizava uma nova era. Foi nesse contexto que, pela primeira vez, em Tremembé, ouvi falar da Faculdade. Lembro-me de um domingo em que o doutor Pato dissertava para um grupo de colegas, médicos e membros de clubes de serviços, o que poderia ser uma Escola de Medicina na cidade. Suas palavras eram decisivas: tem que ser agora, dizia! Um dos presentes, dr. Hugo de Domenico, parceiro entusiasta, emocionava-se e juntos acalentavam ideais complementares. Era o tempo de JK e essa efervescência fazia sentido. Foram longos os preparativos até que se chegasse à criação que veio pela lei Municipal 701, de 22 de abril de 1963. Antes, muitas articulações políticas, viagens que atravessaram o período Jânio Quadros e se alongaram pelo governo Goulart que, afinal abria a possibilidade de municipalização do ensino superior. E Taubaté ganhou a primazia nacional.

Um complexo jogo legislativo transformava a Faculdade de Medicina em Autarquia que, finalmente, no ano de 1967 teve seu primeiro vestibular. Daí por diante, a Faculdade de Medicina foi galgando outros patamares até que em 1982 foi transferida para a UNITAU e, feliz ou infelizmente, transformada em Departamento. Garanto: foi um processo penoso e de drásticas transformações. Lembro-me do esforço para a realização do primeiro vestibular. Não havia hotéis em número suficiente na cidade. Um grupo de senhoras, lideradas por Dona Gracita, saiu às ruas, de porta em porta, pedindo para a população abrigar os candidatos. Antes, um automóvel dado pelo sr. Nelson Freitas e sorteado em praça pública viabilizou o projeto inaugural. Agora, 40 anos depois, o que resta? Comemorar sem história?

José Ortiz Monteiro Pato

7 DE ABRIL DE 2007

Desde que comecei a escrever para o *Contato*, tinha claro que este seria um espaço amoroso, crítico, mas de encontros. Por mais de dois anos tem sido assim. Inscrito em meu propósito, reside a vontade de refazer caminhos e neste sentido a metáfora do nome do jornal apresentou-se me como uma benção: *Contato*. Semanalmente, tenho comentado filmes, falado de música, dado opiniões sobre temas que parecem relevantes. Como meta, estabeleci ampliar o número de interlocutores e comecei pela minha amiga Beatriz Cruz, a revisora oficial do “jornal do Paulo”, com quem falo/escrevo sempre. Esta ponte abriu uma estrada para conversar com outros leitores, como era o meu propósito. E como tem sido bom! Há algumas semanas em que – principalmente quando escrevo sobre temas mais palpitantes – recebo dez mensagens e então estendo o assunto como se fora conversa fiada, tatuada em minha memória qual troca de opiniões, em alguma esquina da Taubaté. Foi assim que me lembrei de falar dos primeiros tempos da antiga Faculdade de Medicina.

Confesso que lembrar o momento fundador daquela escola foi um atalho idílico que me levou considerar a luta de quantos imaginaram a instalação, no Vale, de uma escola médica de bom nível. E, então, à mente vieram-me lembranças tão caras como o retrato do perfil, do Dr. Pato. Na verdade, porque era namorado de sua sobrinha e o tive como padrinho de casamento, ousava chamá-lo em *petit comité* de “tio Pato” e assim seu nome completo nunca me foi fixado: José Ortiz Monteiro Pato como corrigiu um leitor caro. Agradeço o ajuste e aproveito para voltar àquela figura. Jamais me foi dada intimidade de pronunciar “tio” pessoalmente, mas era a forma carinhosa de reconhecer nele um idealizador

modelar pois, mesmo distantes em termos de idade, tínhamos uma interlocução eloquente. Entediamos-nos sem muitas palavras. Homem inconformado com o mundo intelectual de então, em particular com os líderes de escolas que repartiam poderes institucionais, vingava-se do entorno com uma arrogância e pretensão que o distinguiam. Elegantíssimo, fino, culto, fazia contraste absoluto com o provincianismo local. E poucos, bem poucos o compreendiam.

Ainda que fosse respeitado, era temido e o juízo que sobre ele faziam repartia-se entre o sonhador fora do lugar e o ambicioso visionário. O curioso, contudo, é que ele materializava seus ideais. O atendimento à tuberculose em Taubaté, por exemplo, foi um de seus projetos mais vibrantes e, recordo-me até, de que uma vez, indo ao seu encontro no antigo Dispensário Felix Guisard, à esquina da Avenida 9 de Julho, detive-me olhando a bela estátua de mulher com sementes na mão e que na base trazia um dizer “*je sème Dieu*”. Ele vendo-me disse “bem que essas sementes poderiam fazer Taubaté diferente” (onde andaré esta estátua?). Gravei isso e levei vida a fora a imagem daquela figura fantástica, tão fora dos padrões locais, e tão arguto quanto solitário em seu quixotesco sonho. Foi com certa dor que vi o mau trato imposto à proposta da Faculdade de Medicina segundo seu criador. Contendas, incompreensões incontáveis, brigas por poderes bem mesquinhos, deram outro rumo à proposta inicial da Faculdade de Medicina. Hoje, mesclando saudade com dever de memória, vejo que na inviabilidade do sonho deu-se a morte fatídica de quem vislumbrou uma escola improvável. E então resta evocar o “tio Pato” e guardar nosso último encontro. Uma única vez, ele foi a minha casa e entregou-me seu currículo e um exemplar de seu livro *A história dos hospitais através dos tempos*. No outro dia pela manhã, recebi a notícia de sua morte. Dr. Pato, ou “tio Pato”, nestes 40 anos de escola, contudo, encerra mais do que um nome, uma epopeia que não pode ficar esquecida. Agradeço ao leitor que corrigiu o nome daquele homem que recobra a importância de alguém que pagou com sangue a vontade de acertar.

Cinema Paradiso... os lanterninhas

11 DE MAIO DE 2007

Confesso que me foi surpresa ler nos jornais que as salas de cinema voltarão a ter lugares marcados. Aliás, algumas delas já os possuem. Isso me trouxe um sentimento duplo: de nostalgia e de preocupação. A nostalgia corre por conta das lembranças de antes, de minha infância, quando ainda os lanterninhas usavam uniformes e ostentavam autoridade capaz de garantir lugares aos espectadores. Sinceramente, porém, não me recordo se em Taubaté os assentos eram numerados, mas com certeza tínhamos aqueles guias. Avesso dessa espécie de saudade, preocupa-me o fato de não ser mais possível ir ao cinema por acaso, como fuga repentina contra adversidades ou mesmo para matar o tempo. Tudo agora tem que ser programado e em tantos casos temos que nos sentar em lugares pré-determinados, muitas vezes os que não escolheríamos. Fazia essas reflexões quando me lembrei de um texto da Beti Cruz no qual descrevia de forma deliciosa “as matinês do cine Palas”. Devo revelar que fiz, devotamente, um exercício de reflexão sobre os cinco cinemas “do nosso tempo”: Metrôpole, Boavista, Odeon, Palas e Urupês. Além de mostrar o cinema como uma prática de diversão segmentada por idades, há nesse texto toda uma remontagem deliciosa do comportamento de quantos, ainda meninos, valiam-se do domingo para esse entretenimento.

À tarde, os filmes eram de bang-bang, mas pelas manhãs havia a “sessão Mercurinho” no Metrôpole. Vejamos como ela as descreve: “Fui a algumas sessões noturnas junto com adultos, mas divertidas mesmo eram essas da tarde. Entrávamos na sala de projeção munidos de saquinhos de balas e pipocas. Com as luzes ainda acesas, podíamos ver a agitação instalada. Muita

gente correndo para lá e para cá tentando arranjar um bom lugar para sentar-se. Lugar para enxergar bem ou para ficar perto dos amigos. No momento em que a sala escurecia, era uma gritaria geral. Muitos moleques batiam os pés no chão e outros batiam palmas. Todos assobiando. As meninas comportavam-se melhor, mas gostavam de ouvir a folia”. Depois de ler e reler essas palavras, cheguei a ouvir a barulhada. Agora, porém, pergunto-me sobre o que se passou com a euforia da criançada. Recordo-me também de uma conversa rápida com Ana Gatti, em que ela reafirmava a mesma excitação de todos ao ir ao Mercurinho. De forma divertida, ela lembrava os sorteios nos intervalos e de repente vislumbrei a tensão geral frustrada sempre ao ver o prêmio ir para outras mãos, quase sempre para as mesmas pessoas.

Ah! Que saudade! Rio muito ao lembrar que sempre me sentava no mesmo lugar e que conheci uma garota que também se sentava próximo a mim e que, tan-tan-tan, um dia, numa cena engraçada na tela ela segurou em minha mão e não mais largou. Sim, foi ela que tomou a iniciativa. Foi assim que me dei conta de que eu “estava namorando” e, acho, nem sabia o nome dela. Mas, desde então ia todos os domingos ao Mercurinho e ficava esperando a hora da primeira graça na tela para a menina assumir o papel de pegadora de minha mão. Nunca chegamos a ir às sessões noturnas e nossa intimidade maior foi a troca de algumas balas compradas na bomboniere. Assim, não nos valemos nunca do lanterninha, mas fico pensando em outras funções que aquele profissional tinha: não permitir beijos. Sem pudores, ele vinha de mansinho e jogava luzes nos casais assanhados e até em alguns casos os punha para fora do cinema. Mas, sabe, acho que nem isso eles fariam mais: já repararam que não se beija mais em cinema? Aliás, sequer o escurinho serve para alguém pegar a mão de namorados – ou de candidatos a tanto. De toda forma, vou esperar a primeira oportunidade para ver qual é o estatuto profissional do lanterninha dos cinemas modernos. E morrer de saudade daquele antanho.

Ode a uma árvore cortada...

3 DE AGOSTO DE 2007

Certamente a leitura que faço do *Contato* é diferente de muitas. Sempre que encontro em minha caixa postal, aqui no Rio, o envelope pardo mandado pelo editor, inaugura-se uma festa no meu coração de taubateano cativo. Faço cerimônias, complico o ato, exijo música ao fundo e se possível, água mineral gelada e com gás. Isto talvez explique a devoção que dedico ao “Jornal do Paulo”. Sabe, é como refazer um cordão umbilical cortado toda semana, mas que, como Fênix sagrada, refaz-se. Precisei desse introyto para explicar a escolha do tema desta semana. A leitura do número 326, que desde a capa me impactou: “Verde devastado”. A continuidade do título veio-me como uma sentença fatal: “*Contato* acompanhou e registrou a destruição de uma árvore com cerca de 20 metros de altura e um diâmetro que seis homens de mãos dadas não conseguiriam abraçá-la”. Doeu. Doeu muito.

A sequência de mais cinco fotos foi como se o corte fosse dado em minha carne ou cinco flechas me atingissem. A última imagem, do grosso tronco serrado e exibido sobre a carroceria de um caminhão, abateu-me de um jeito indizível. “Tenho que fazer alguma coisa”, pensei, mas o quê? Logo me veio a frase fatal de Drummond “tenho apenas meu canto, e que vale um canto?” Vale sim respondeu o poeta mineiro motivando minha atitude: “quisera fazer do poema/ não uma flor: uma bomba”. Pois é, quisera fazer desta crônica não um galho arrancado do imponente fícus, mas uma arma para provocar emoções em cabeças tão criminosas. Por falar em poesia, entretanto, além do destaque de capa – que por si só valeria reverências de leitores sensíveis – a

redação do texto assinado pelos dois Venceslau é digna de atenção da Academia Taubateana de Letras. Juro, valeria incluí-lo em uma antologia desejável sobre textos da terra. Vejamos: “própria para parques e praças, a árvore agredida é popularmente conhecida como seringueira. Sua principal característica é a presença abundante de látex, usado na fabricação da borracha. Originária da Ásia Tropical, ela é uma árvore de tronco volumoso, revestida de casca lisa da cor pardo escura, com possibilidades de formarem troncos secundários. As folhas são verdes brilhantes. Os frutos são cilíndricos, com cerca de 2 cm”. Sabe, pensei: se os “derrubadores” de árvores lessem este texto antes, talvez tivessem mais pudor. Não foi assim, no entanto. Na verdade, sempre gostei dessa espécie, cujo nome e sobrenome – aprendi agora com o agrônomo João Carlos Nordi – é *Ficus Elástica* Roxb. Eu carinhosamente a chamava, em nossa intimidade, de “Ficus”.

É preciso dizer que sou daqueles seres estranhos que conversam com plantas. E muito. Aqui em casa, morando em apartamento, tenho 33 vasos diferentes e, em minha tranquila solitude, reparto prazeres com eles. Mas os “Ficus” me atraem pela lição que nos dá. O que os articulistas chamaram de “troncos secundários”, para mim sempre foram tentáculos, apoios que o crescimento pedia para a árvore poder se realizar em sua plenitude. E sempre pensava nelas quando via dificuldades que me convidavam a buscar apoios. E como a árvore, ia criando de mim mesmo situações que pudessem dar sustentação aos projetos. Então, resta chorar esse corte. Aliás, a palavra corte é apropriada para dizer às “autoridades competentes” que o prédio de seis andares a ser construído no lugar servirá como jazigo dessa “maravilha da natureza”. Tomara que cada vez que passarem por ele lembrem-se de que ali um dia existiu uma criatura divina.

Sete maravilhas de minha saudade taubateana

24 DE AGOSTO DE 2007

Gosto de acordar muito cedo. Sei lá quais razões me enchem de energia e há situações em que me ponho a tomar café, sempre muito forte, na varanda de meu apartamento no Rio. E vejo o sol nascer sobre a Guanabara magnífica. É mais do que emocionante. Garanto. Na verdade, levo tão a sério esse ritual que, em me despertando muito mais cedo, ainda quando o escuro não se sente ameaçado pela luz que irá violentá-lo, vou direto ao computador ver as mensagens. Aconteceu hoje, e deparei-me com uma sequência fantástica de fotos do Rio Antigo, mandadas pelo meu filho Felipe. Foi o que bastou... e fiquei pensando nos lugares de minha memória afetiva sobre minha enternecida Taubaté.

Novas emoções! No embalo das “Sete Maravilhas do Mundo Moderno”, me permiti supor outras “Sete Maravilhas”, na pacatez do que foi um dia a hoje agitadinha Terra de Lobato (como diria o Paulo de Tarso). Então se me acenderam lembranças encantadoras. É bem verdade que os sofisticados estudos de memória explicam a idealização mágica das transformações e, assim, não é errado pensarmos as chamadas “utopias de passado”. Então, enfeitamos tudo de um jeito que é melhor que fique guardado nas reminiscências recônditas de nós mesmos. De toda forma, elegi as “Sete Maravilhas de Minha Saudade Taubateana”. Não sei dizer se a ordem seria esta, mas recordei-me em primeira instância do velho Bosque com suas frondosas árvores e com o bicho preguiça que de quando em vez caía e deixava toda a urbe preocupada; a antiga Rua das Palmeiras veio-me em seguida e não há como negar homenagem à imponência daqueles (ex)magníficos

exemplares; no antigo Jardim da Estação, havia uma ilhota a que se chegava por uma romântica pontezinha – e num banco solitário, eu ia com alguns livros e me escondia debaixo de um Chorão para ler poemas de Vicente de Carvalho, Carlos Drummond de Andrade e Cecília Meireles (será que ainda existe?); quando em 1959 começou a construção da imagem do Cristo, no Alto de São João, subia o morro não para admirar o monumento, mas para gozar da vista serena daquele então; ir a Tremembé ouvir as cigarras em tardes de novembro me era um exagero de felicidade e de igual monta era descer até a bica à esquerda do rio e tomar a água cristalina que jorrava de uma fonte vagabunda, em abundância; o canto ensurdecedor dos pardais da Praça da Catedral me fazia sentar nos bancos e esperar a noite; sei lá porque, mas sempre me impressionei muito com a região do Largo da Estrela, onde os dilatados tijolos da CTI mesclavam no arremedo da planta da *Place d'Étoile*, de Paris, a pujança da indústria nacional nascente e a agitação dos trabalhadores que faziam o Morim Ave Maria; Quiririm me arrebatava também e, com seus italianos, completava a fascinante composição de Taubaté em sua singularidade meio cabocla, meio metida a besta, sempre bem brasileira.

Sei que é reducionista esta minha relação. Eu mesmo reconheço que há outros detalhes mais que poderiam preencher esta lista. Gostaria de lembrar o Bar do Alemão, a Leiteria Cristal, as sessões do Mercurinho, o Clube do Guri, a Rádio Difusora Taubaté, as delícias fabricadas pela Embaré e até a imponência da Fábrica Corozita. Não seria justo deixar longe os palacetes que acompanhavam o Colégio Bom Conselho e nem a Casa Cabral. O velho Mercado Municipal, as quebradas da Rua São José com sua igreja resistente e, sobretudo, a Bica do Bugre. Ah! Taubaté, por que mudou tanto?! Será que valeu a pena?! De toda forma, não há como estancar o destino, e benditas sejam as lembranças que nos fazem melhores porque envelhecemos na contramão de sua beleza. Pois, é... de tão perdido na redação deste texto até me esqueci de saudar o sol, que a esta altura já é senhor do dia.

Os fantasmas de Taubaté

7 SETEMBRO DE 2007

Com certeza, cada cidade tem seus fantasmas e nem lhes faltam aqueles que os cultuam e dão perenidade. A identidade de cada centro constrói-se na caracterização desses seres imaginários. E quanta graça existe nesses enlevos amorosos. Certamente os fantasmas do passado encantam e tornam ternas as lembranças sobre o que um dia foi o cenário de nossa vida. De Taubaté, mesmo sem ser saudosista, gosto de ressuscitar alguns tipos que enchiam de medo, às vezes de ternura, sempre de emoção. Cresci no Largo do Mercado. Lá negociavam-se muitos artifícios que davam graça à memória da cidade como um todo. E o próprio Mercado era personagem vivo das trocas de informações e mistérios. Seria injusto se eu considerasse apenas o Mercado como “lugar de memória”. Havia outros importantes também: o Largo da Estação, a Praça do Chafariz, o Bosque, o Convento, cemitérios, casas assombradas que guardavam formidáveis histórias sempre contadas a meia-voz, mas com garantia de verdade.

Como historiador, não poderia deixar de lado o Cavarucanguera com a lenda magnífica da curva do rio onde estariam enterradas as caveiras de burros malditos e, portanto, lugar de muitos azares e desgraças. Aliás, o sufixo “enguera” em tupi significa “diabo” e só isso despertaria suspeita. Indo mais fundo na toponímia, aceitando que a mais clara inspiração para o nome de nossa urbe era mesmo “taba-e-eté”, ou seja, “taba grande”, ou mesmo “capital”, temos que ao lado do sítio privilegiado escolhido para abrigar as artimanhas do poder governamental dos índios, havia um lócus onde era enterrado o mal. E o “lugar diabólico onde eram enterrados os burros” transformou-se em um arsenal de lembranças.

Quando penso no fantástico levantamento feito por Lobato sobre os sacis, tenho certeza de que só uma pessoa que passou a infância em Taubaté poderia garantir tanta potência à mágica daquele personagem formidável. Mas, passemos aos nossos fantasmas “reais”. Com admiração recordo-me da “Isaura da chave”: despenteada, com roupas velhas, cara enrugada, ela andava pelas ruas com uma chave na mão. Diziam – e até juravam – que ela havia matado a própria filha cujo corpo estaria ainda em sua casa, e daí a chave. A “loira do cemitério” – que certamente é uma variação da portuguesa “mulher de branco” – é outra que metia medo. A fogosa mulher se materializava e conquistava os homens solitários que nunca mais amariam ninguém. No Largo do Mercado, diziam que o “homem da capa preta” aparecia às sextas-feiras depois da meia-noite, e eu morria de medo. Interessante que mesmo os fantasmas camaradas eram aterrorizantes. Tinha um, o “frei bom”, certo velhinho que morreu no Convento Santa Clara, que até fazia milagres, mas se falássemos palavrões ele viria nos beliscar à noite. Acho que nunca uso palavrões, até hoje, por medo do fradinho.

Mais recentemente, diziam que um médico famoso que se suicidou aparecia em determinado local, exatamente onde havia cometido o ato derradeiro. Mesmo mocinho, eu sempre ia lá, mas nunca tive o prazer de vê-lo. Juro. Há personagens, porém, que mesclavam a vida real e a surreal. Será que existe ainda aquela senhora que toma conta de sepulturas no cemitério da Ordem Terceira? E o Júlio Guerra, quem dele se lembra com seu projeto de fazer uma linha ligando por teleférico o alto de São João à praça da Catedral? O seu nhô-nhô Cassiano e seu legendário patrimônio certamente é vivo na recordação de quantos lhe pagavam juros altíssimos.

E sabe o que fico pensando? Com tanta riqueza, com tanto patrimônio mnemônico, como podemos abdicar de tudo isso e aderir às estranhezas da importação de mitos como o Dia das Bruxas. Sei, não... Mesmo sendo vulnerável às modernidades, acho que negar essa nossa herança é deixar por menos o que tem valor simbólico inestimável.

Taubaté no espelho

ENCARTE ESPECIAL EDIÇÃO 344

NOVEMBRO DE 2007

Avesso às alternativas, o clamor local exige que não dispenseamos a simpatia pelo lócus de origem. Ser taubateano, ou integrar a comunidade taubateana, é um apelo inerente a quem desenvolveu afetos por essa terra. Nem é preciso ter nascido na seara de Lobato para se assumir “nativo”. A adesão voluntária é, talvez, uma das marcas mais pujantes da opção identitária. Pergunta-se, porém: como se constitui essa identidade taubateana? As respostas, em plurais históricos, montam-se de maneira a construir um passado glorioso, ainda que disfarçado, que nos faz vibrantes frente à suposta intrepidez de velhos bandeirantes, de formidáveis fazendeiros de café, de políticos expressivos.

Em páginas mais recentes, há um fator que chama a atenção de quantos contemplam Taubaté na pauta nacional: nossas manifestações artísticas. Grosso modo, pode-se dizer que somos conhecidos por três gêneros artísticos: pintura, escultura e música. Para quem é familiar a Taubaté, fica fácil imaginar a presença das cores e a sutileza das formas em quantos se expressam pela pintura. Em termos de pintura, contudo, faz-se necessário sublinhar algumas manifestações que se alongam em preferências ou escolas. Referência esquecida, mas singular na história da pintura brasileira é Georgina Albuquerque, figura distinta que pode ser considerada a maior de todas as nossas expressões na pintura.

Numa busca de raízes recentes, cabe matizar uma personagem que foi catalisadora de simpatias e pela competência na arte tornou-se uma espécie de modelo. Creio que não seria errado dizer que Anderson Fabiano foi uma espécie de matriz de tantos

pintores e escultores importantes que surgiram a partir da década de 1960. Dono de traços formais, mas também variando para a abstração, Fabiano marcou uma primeira leva de taubateanos pintores e escultores que ganharam a cena nacional. Pode-se dizer que, a partir dele, Taubaté gerou artistas que assumiram linhas arrojadas e definiram-se em escolas diferentes. De um lado, expressões modernas como Régis Machado, um dos melhores do concretismo brasileiro, que conviveu com Adão José dos Santos e Sebastião Justino Faria (Mestre Justino), notáveis no *naif* e no que pode ser considerado “modernismo caipira”.

Adão José dos Santos trouxe de sua cidade natal, Redenção da Serra, as cores genuínas do que poderia ser identificado como o mais autêntico primitivismo brasileiro. Do mato para a cidade, frente aos seus quadros, não há como deixar a evocação de quem soube naturalmente misturar tendências “elementares” com formas locais. Paisagens e a cultura popular em diferentes contornos e manifestações tornaram-se temas de sua profícua produção. Mesmo dizendo-se autodidata, a memória de toda uma tradição de pintura justifica considerá-lo como um dos 14 melhores pintores do Vale. Memória realmente é uma designação perfeita para este pintor que se expressa com o que de melhor guardou em termos de estetização da vida folclórica local.

Ainda que Mestre Justino, como é conhecido, seja qualificado como “o nosso Portinari”, não seria errado aproximá-lo de uma linhagem que “transcria” traços de Van Gogh. A firmeza de seus contornos, a densidade de tinta usada em suas figuras, a rapidez das linhas, tudo provoca evocações do grande mestre holandês. Sem negar resistência a um formalismo sofisticado de matizes europeus, Justino conseguia incorporar motivos locais capazes de confundir analistas da pintura. Uma das características mais prezadas do mestre Justino é a recriação dos personagens do universo de Lobato. Aliás, a ele devemos muito do imaginário fixado sobre os tipos do Sítio do Pica-pau Amarelo. Notável é que no final da vida esse grande pintor, a exemplo de um Goya desiludido, produziu uma memorável série de figuras escurecidas que se comportaram como um fatal adeus à vida.

Ainda no território das artes plásticas, cabe saudar duas expressões que dignificam a escultura brasileira: José Demétrio e Fernando Ito. Demétrio parece ter nascido como uma materialização da arte derivada do barro. Tão natural foi sua realização como escultor que não se pode definir inícios. Desde garoto, vendendo peças em feiras regionais, Demétrio caracterizou-se por viver da arte. Mais tarde, já em Taubaté, aproximou-se de Anderson Fabiano, que lhe estendeu a mão e transformou-se em seu mecenas. Causa admiração profunda a análise da produção dos tipos sociais esculpidos por Demétrio. Como um denunciador das condições de trabalho, as figuras de lavradores, operários, lavadeiras, feitas por Demétrio desafiam análises que aproximam a arte do grito social.

De formação universitária, Fernando Ito fez uma carreira que o distingue dos demais. Seria, contudo, um equívoco isolá-lo da linhagem destes artistas que o precederam. Ainda que moderno, reparte-se entre Taubaté e o mundo. O uso de materiais locais, em particular o aproveitamento de madeira e restos de construção, mostra uma capacidade de transformação em que o artístico é talhado no material local e tudo sem deixar o âmbito nacional. Ito, hoje expressão brasileira, dignifica o que de mais intenso existe como mestiçagem. Seus filhos ganharam nome indígena juntado ao sobrenome japonês; sua arte, apreendida também com os índios, ganha um sentido moderno onde a diversidade das formas coloca em questão o próprio conceito de escultura. E tudo filtrado pelo significado de Taubaté na cultura do país.

Mas, que seria de Taubaté sem música e sem seus intérpretes? Aqui sim, temos polarizadas duas tradições que nos caracterizam: de um lado, a beleza da música erudita assumida por Dona Geni Marcondes e, na outra ponta, a síntese da alma caipira expressa por Renato Teixeira. Não bastasse, cabe o registro aos irmãos Campello, que fixaram o rock no Brasil. Celly e Tony foram, sem dúvida, as queridas expressões da Jovem Guarda. Dona Geny, típica “mocinha do interior”, aprendeu com sua mãe um pouco de música e muito da vida. O maestro Fêgo Camargo aprofundou o conhecimento musical e lhe abriu caminho para de

Taubaté ela sair para o mundo. Não se contentando em interpretar músicas, tornou-se também artista e compositora conhecida. Renato Teixeira dispensa todos os comentários.

Assim como Rita Lee é a melhor tradução da paulistanidade, Renato Teixeira ampliou Taubaté como sinônimo de um mundo caipira/brasileiro feito com o melhor da tradição e a singeleza da alma “rururbana”. Renatinho, em cada nota musical, recompõe um espaço imaginário que dinamiza a saudade de uma terra que nunca deixou de ser o que lhe é essencial: a combinação nostálgica do velho com o desafiante novo. Olhando no espelho do tempo, juntando esses fragmentos amorosos, temos hoje uma Taubaté que nos dá uma cara e devolve-nos uma identidade. Se somos algo, nossas expressões em cores, formas e sons nos recompõem como convivas de uma festa da qual somos nós mesmos as cores, as formas e os sons legados por quem nos é.

Renato Teixeira no meio da noite...

21 DE MARÇO DE 2008

Outro dia, sem saber por que, acordei no meio da noite. Nunca ligo a televisão nesses casos, pois sei que o efeito é contrário ao de muita gente, que consegue dormir com a programação em curso. Comigo é diferente, desperto de vez. Daquela feita, contudo, tinha um motivo a mais. Em minha frente o Renatinho destilava a alegria de ser quem é. Junto com o Amaury Jr., lá estava o artista sendo entrevistado também por Lília Klabin. O Brasil podia ver o autor e intérprete Renato Teixeira falando da altura de quarenta anos de carreira. Nada mais justo, pois seu sucesso atravessou décadas. Sentei-me como menino à beira da cama e atento via na telinha, emocionado, o parceiro de infância e mocidade contando sua história como quem recobrava uma lenda antiga cheia de magos, noites estreladas e madrinhas fadas.

Comecei mansamente a chorar. Foi bom, juro, para não confundir a situação com um devaneio assombrado, delírio. O inusitado da cena me estonteava, mas recobrei a lógica e vi que era ele mesmo e eu reconhecendo naquela imagem a materialização de uma carreira bem-sucedida, coerente e coesa. Juro que, mesmo assim, houve instantes em que precisei usar a consciência como bússola para ter certeza de que não se tratava de sonho. A imagem que via na tela noturna bem poderia ser a de um Dom Quixote. Bastaria ter a viola trocada pela lança do “cavaleiro da triste figura” que não mais seria o meu amigo o entrevistado e sim o personagem cervantino. Custava a crer: barbicha, cabelo desalinhado, esguio, lá estava o meu querido desfiando um rosário de lances, engraçados alguns, notáveis outros, todos sinceros. Mas o Quixote aparente me confundia a cada passo. E vi um em outro

e nos dois os contadores de histórias e de lendas pessoais. Mais ilusões; histórias; “eus”.

Lembro-me de uma vez escrever uma carta ao Renato dando conta de nossas trajetórias de narradores diferentes. Ele contando casos para o mundo e narrando em músicas situações românticas, semeando otimismo e esperanças. Eu, historiador de ofício, propondo visões de guerras, denúncias, desastros sociais. Ambos saímos de Taubaté. Deixamos, por inevitável, que o contorno da Mantiqueira virasse memória recorrente e nos lançamos no mundo, fora de nossas fronteiras emotivas. Enquanto via a entrevista, voltavam-me reminiscências que se emendavam pós modernamente naquele instante madrugada.

Lágrimas e lágrimas rolaram quando o vi declinar sua vocação de arquiteto, motivada pelo Romeuzinho Simi, em troca dos mandamentos decorrentes do verso de Bandeira que ele declamou com perfeição: “Criou-me, desde eu menino / Para arquiteto meu pai / Foi-se-me um dia a saúde... / Fiz-me arquiteto? Não pude! / Sou poeta menor, perdoai!”. Dada a receita, lá estava nosso Renatinho poetando casos tão nossos. Há algo de generoso extremo em Renato Teixeira. Não apenas por nos cantar em versos musicados com o jeito caipira de falar, mas, sobretudo por ele nos dimensionar de um feitio que promove nossa alma.

De minha parte, cabe dizer que meu coração transborda da melhor emoção ao vê-lo cantar, dele e Dominginhos, “amizade sincera”: “A amizade sincera é um santo remédio, um abrigo seguro / É natural da amizade o abraço, o aperto de mão, o sorriso / Por isso, se for preciso, conte comigo amigo, disponha / Lembre-se sempre que mesmo modesta, minha casa será sempre sua”. Sabe, suponho que ele compôs – imagine a pretensão!? – isto para mim. E me consolo quando caio na realidade e vejo em outra canção o meu destino de admirador perene do “amigo sincero”: “Penso que cumprir a vida / seja simplesmente compreender a marcha / e ir tocando em frente / como um velho boiadeiro levando a boiada / eu vou tocando os dias pela longa estrada / eu vou, de estrada eu sou”... Pois bem, entre Dom Quixote e o amigo caipira, rendo minhas homenagens ao canto de nossas vidas e ao querido que

tem forças para me acordar à noite e fazer que meus sonhos sejam coroados pela realidade de sua história. Somos cavaleiros errantes, sonhadores com sonhos trocados.

Lugares de memória: Bar do Pereba...

15 DE AGOSTO DE 2008

Dia desses li uma crônica sobre Machado de Assis e a Confeitaria Colombo no Rio. Soube depois de encontros dele com Bilac, Lins do Rego, José de Alencar – já velhinho – Coelho Neto. Tais casos sempre ocorriam nas cercanias da Rua do Ouvidor, em torno de doçarias, cafés, salões. Cultivei o tema e achei outros escritos como os de João do Rio, Lima Barreto, Martins Pena e Orestes Barbosa, sempre conversas amistosas... Ler essas coisas provocou devaneio. Foi o que me bastou para pensar nos meus espaços nostálgicos. Logo me vieram à cabeça os frequentes estímulos enviados por amigos que insistem em mandar fotos do que um dia foi nossa cidade.

É verdade que na altura dos sessenta anos um saudosismo natural nos invade com lembranças, trocando a realidade de agora pelo passado idealizado. E então vestimos o ontem com a roupa de domingo e nos permitimos passear pela missa do padre Evaristo, pelas manhãs das sessões do Mercurinho, pelos sons encantados da Rádio Difusora e pelo footing domingueiro. E tudo ganha cores: o mercado, o bosque, o clube, a estação de trem. Incrível como a saudade apaga defeitos e enfeita a vida. Suspiros... Perfumes... Risos leves e até lágrimas!

Na modéstia cabível às recordações provincianas, indaguei dos “lugares de memória” da nossa Taubaté. Sem grandes nomes, na singeleza interiorana, veio-me à cabeça uma crônica assinada pelo Renato Teixeira sobre Júlio Guerra (“o homem da terra”, como era reverenciado) e liberei lembranças presas no álbum do melhor pretérito pessoal. Recordei-me da Leitaria Cristal e das

delícias que oferecia à venda: latinhas de balas de cevada, caixinhas de passas da Califórnia... Creio que a primeira pizza que comi foi do Café Ideal, na praça, exatamente onde hoje meus filhos têm negócios. Tinha o Bar do Rachid que fazia o notável bauru, mas sobre todos esses lugares, reinando absoluto, estava o Bar do Alemão, ponto obrigatório de tanta gente que ia em busca do melhor chope, sempre servido com a famosa salada. Ah! A salada do alemão... Só de pensar valorizo a mitologia que a cerca até hoje. Sim, disse até hoje porque sei dos trâmites que a imortalizaram qual segredo medieval.

Gosto muito desta história e acho que todos deviam saber como a salada do Bar do Alemão foi parar no atual Bar do Pereba. Detenho detalhes dessa “negociação” até porque ocorreram no âmbito familiar que repartiu com o “Paulinho Pereba”. Foi assim: a lendária receita era exclusividade da família Groh que a teria trazido da Alemanha e jamais repartido com qualquer vivente tropical. E a “maionese branca” misturada com fios de presunto era mesmo algo que provocava a sanha das senhoras cozinheiras. Sei de uma muito famosa quituteira que certa vez tentou por mais de vinte vezes decifrar o segredo. Fracassou. Não fora a mostarda ou o gengibre que dava aquele gostinho inigualável. Não. Pensou-se no sal e a tal senhora logo notou que não seria o sal marinho, corriqueiro; o sal grosso não seria também, e então se valeu do Kashet; do defumado; do de aipo e até do famoso Guérande (considerado o melhor do mundo, francês). Nada. Foi aí que a família Camargo entrou em cena. Excelente cozinheiro, o Paulinho resolveu abrir negócio próprio. Sistemático ao limite máximo, entre suas exigências quis a receita “do alemão” e foram longas as negociações que permitiram a passagem da misteriosa iguaria que é, até hoje, guardada a 1.007 chaves.

Esta história interessa também por outros motivos. Com a manutenção da receita, outra tradição é legada aos filhos da minha geração: a constituição de lugares sagrados de convívio. Certamente, o Bar do Pereba é um dos lugares que funcionará como Caixa de Pandora da qual, no futuro, ao se abrir saltarão saudades, lembranças afetuosas e o gosto passado enfeitado por detalhes como o segredo da salada do alemão. Do alemão e agora do Pereba...

“Os monstros” e os anjos...

29 DE AGOSTO DE 2008

Como sempre, acordei muito cedo. Li o jornal, ouvi um pouco de música sorvendo um bom copo de café e, em seguida, enchi algumas páginas de meu diário. Antes das 5h30 já estava pronto para enfrentar pesquisas, redações, tarefas de professor, enfim. E comecei alegre por ter a certeza de repartir o início da jornada de trabalho com o sol que nasceria, segundo informações meteorológicas, às 6h07. E assim o dia abriu-se entre a suavidade das cores que animavam minha janela e a severidade das linhas estampadas na tela em minha frente.

Tudo corria normalmente quando, de repente, luziu uma mensagem, vinda do Célio Gualberto. Polidamente, sabendo de minhas ocupações, pedia atenção para uma notícia importante. Em seguida começamos uma troca no MSN e, com cuidado, ele foi me informando sobre o estado de saúde dramático de um “ex-monstro”. Fiquei triste pela piora das condições de um “menino” que me foi muito querido. Na sequência do lance começamos a “falar” de certas passagens do antigo “Clube dos Monstros”.

Outro sol começou a brilhar, agora salpicando o meu canto interior escurecido em lembranças silentes. Convoquei meu lado arqueólogo e procedi a algumas escavações. Mais brilhos. Na segunda metade dos anos de 1960, andava já preocupado com o rumo da juventude em geral. Instalado o golpe civil militar de 1964, como outros, buscava um campo de atuação possível para, no modestíssimo limite de meu alcance, ter algum papel, digamos, transformador. Por esses anos o CAST era uma alternativa de trabalho social que sob a atenta direção do “seu Tinho Dias” atendia zelosamente uma coletividade. Lembro-me de uma tabuleta na antiga sede, à praça Santa Terezinha, com dizer bíblico que me

impregnou: “Ninguém é pobre o suficiente que não tenha o que dar; ninguém é rico o suficiente que não tenha o que receber”. Essas palavras colaram nas paredes do meu coração. Eternamente.

Em conversas com “seu Tinho”, desenhou-se a alternativa de fazer algum trabalho com adolescentes. Motivado pelo convívio com meu futuro cunhado Paulo Pereba e sua turma, então garotos, juntamente com dois outros amigos, o Zé Roberto Campos e o Dé Manara, resolvemos fundar um “clubinho”. Solícito e apoiador, “seu Tinho” nos emprestou um galpão então vazio, onde hoje funciona parte do Departamento de Economia da UNITAU, próximo à Rua Quatro de março. A proposta era simples: por meio de atividades esportivas e sociais, festinhas, passeios, reunir jovens que teriam condições de um dia assumir papéis importantes na sociedade. Na ocasião, eu cursava a antiga Faculdade de Filosofia, e candidato a professor achava aquela possibilidade prometedora.

A par da programação intensa que cumpríamos junto aos meninos e meninas que se agregavam espontaneamente, havia fundamentos éticos e morais que, sobretudo, obrigavam-nos a dizer por que trabalhar com aquele segmento e não com pobres, moradores de bairros. Essa definição replicava intenções, pois achávamos que era exatamente este o grupo que mais precisava de atenção, não por carências econômicas, mas pelo desafio frente ao futuro. Houve muito apoio. Alguns pais extremaram-se em ajudas, mas na mesma medida ocorreram incompreensões que nunca foram relevadas. Nas fronteiras desse devaneio, pretendíamos forjar uma fraternidade consistente. Utopia? Talvez sim, mas própria daquele então. Entre bailinhos – muitos bailinhos – quermesses e principalmente acampamentos, construímos um fino relacionamento. Eu ainda na casa dos meus verdes 20 anos, pude usufruir de tramas que se armavam nas histórias pessoais e ao longo de décadas foi-me dado acompanhar destinos. Eram uns trinta adolescentes que desdobravam suas trajetórias sob o signo de uma ditadura perversa e de desencontros decorrentes de um sistema alienador.

O tempo correu. Nossos destinos diversificaram-se. Depois de um convívio de oito anos, fomos distanciando-nos e as relações

esgarçaram-se. Mas sempre repontava alguma notícia desses jovens. Quando nos vemos – ainda hoje – inaugura-se em mim uma festa e então posso conferir que se o resultado não foi o esperado, muitas vezes, somos testemunho de um abraço fraterno que nos colocou parceiros acima do bem e do mal, vestígios de um sonho que não cabia naquela realidade. Ah! Não posso me esquecer de assinalar que “Os Monstros” tinham até um hino: “os monstros, os monstros, os monstros são demais / os monstros, os monstros, os monstros maiores / e monstros, monstros não morreremos jamais”. Dói dizer que nem fomos “demais”, nem “maiores” e que morremos também. Isto, contudo, não anula a fertilidade da tentativa. Essa experiência foi um dos mais emocionantes projetos de minha vida. E me é triste ver monstros virando anjos.

Heleninha, adeus...

26 DE SETEMBRO DE 2008

Dói dizer que amigos morrem. Dói muito. Muito mesmo. Aliás, tenho uma relação difícil com afastamentos de entes queridos, em particular quando poderiam render muito mais vida. Neste setembro, por exemplo, procurei estar longe de casa, dos filhos e netos, dos amigos, pois faria quinze anos de minha viuvez. Não queria ser inoportuno a ninguém e precisava de silêncio e recolhimento. Seria algo como um retiro espiritual, momento caro de introspecção necessária. Escolhi estar longe e levei a sério a distância e, assim, outro continente, hemisfério oposto, fusos horários, foram convocados para que tudo se fizesse o mais tranquilo possível. A vida é irônica, porém e como dimensionando o velho adágio popular “a gente põe, Deus dispõe” aconteceu outra fatalidade.

Estava em um país longínquo e de acesso complicado aos modernos meios de comunicação. Para ser verdadeiro, até isso estava nos meus planos. Queria mesmo me reciclar e usufruir o tempo para filtrar questões da vida pessoal, propor novas metas e relaxar. Quem vive de cultura acadêmica entende bem do que falo: teorias, exames, análises sociológicas complexas, teses e teses a serem lidas, comprovadas, acabam por gerar um outro mundo e espaço diverso do que usualmente chamamos de “realidade”. Diria que tudo seguia o fluxo pensado. Sim, tudo ia bem até que um impulso indizível me atraiu para a internet. Cheguei a duvidar do apelo estranho, mas parecia adivinhar que algo pungente me clamava. Detalhe: muitos problemas tiveram que ser vencidos antes de conseguir conexão que, contudo, com paciência estabeleceu-se. Era longuíssima a lista de mensagens acumuladas, e logo fui pulando as dispensáveis, aquelas rotineiras e de trabalho.

Saudoso, porém, jamais passaria pelas notícias familiares. E foi assim que abri a nota de meu filho Felipe que comentava, entre aspectos outros, o seguinte “infelizmente não trago boas notícias, Heleninha morreu”.

Heleninha iniciou há algum tempo um tratamento para parar de fumar, pois vinha enfrentando problemas respiratórios. E eram muitos os remédios. “Semana passada passou mal e foi internada” dizia meu filho que continuava “ela veio a falecer, aos 57 anos, após um ou dois dias de U.T.I. Estou muito abalado com sua perda”. A história desse meu filho com Heleninha é antiga. Quando menino exatamente aos seis anos de idade refratário à permanência na escola, recorri a ela, amiga de tantos anos, companheira de agruras profissionais e dilemas de vida, para alguma assistência psicológica. O resultado foi o esperado, e o então menino pode se conduzir a contento. Anos passaram-se, o filho cresceu e mais maduro quis reciclar sua experiência terapêutica. A volta à mesma profissional foi natural e os efeitos também. Chocado, ele concluía a mensagem enviada à guisa de desabafo, com um melancólico “perdi muito, pai”. E eu o entendo. Perdemos todos.

A ironia da vida marcou tento. Eu que fugia de uma data e de um evento, no retiro utópico do abandono, fui cobrado de outra morte. Mais treinado pela vida, restou ter evidente que a lição é sempre arrancar o sumo da dor e vertê-la em benefício. E qual poderia ser melhor que a constatação do encontro marcado, dia e hora, de duas amigas, minha mulher e sua colega de escola, que reunidas, longe deste mundo, pensam no meu filho amado e no pai dele? Precisei desta crônica para fazer meu luto. Sei que muita gente é solidária ao que digo e se uma palavra posso garantir em favor da simpatia para com seus familiares é que poucas vezes conheci alguém que usava a razão a favor da sensibilidade. E que a saudade que fica seja como o cometa que risca de luz a noite que nem sempre é amiga.

Hebe Camargo, menina de oitenta anos: ‘que graçinha’...

6 DE MARÇO DE 2009

Minhas reações frente ao fenômeno Hebe Camargo são pendulares. Ora a admiro e rendo tributos; ora a critico e a classifico como retrógrada, superficial e fora de moda. Pois é: ela desafia minha coerência e coloca meus critérios de julgamento numa berlinda ameaçadora de sanidades. Mas é isto que me fascina nessa taubateana serelepe, mulher semi-eterna e ternamente nossa. Dia 8 de março, exatamente no Dia Internacional da Mulher, esta jovem senhora completará oito décadas de vida. Oitenta anos. Pode? Só pela vitalidade da loira à força, que bebe cerveja e não esconde sd muitas escorregadelas, valeria esta saudção perplexa. Vaidosa, perua sem pudor, loira falsa, negociadora esperta, ela é mostra de energia invejável. E que vitalidade?!

Provocando o público, Hebe garante que a beleza de suas pernas é cobiçada pela Playboy, e com igual petulância pede Roberto Carlos em namoro, dá passos meio cafonas de samba e rock, diz-se ativa sexualmente e defende animais e com o mesmo entusiasmo que se coloca como madrinha dos gays. Incrível, não? Mais desconcertante, contudo, é vê-la acobertar alguns políticos nacionais – ela é malufista declarada – e ao mesmo tempo reclamar das falcatruas do Congresso Nacional, dos candidatos com fichas policiais manchadas. Dá para entender? Dá? É possível aceitar uma pessoa assim? É? Parece incrível, mas é.

Gosto, irrestritamente, de algumas coisas, da nossa “Hebe”: o fato de ela não esconder a idade e admitir “retoques” em cirurgias plásticas, por exemplo, a faz íntima, como alguém da família ou da vizinhaça. Por passar por cima da crítica que a vê como superficial,

pouco inteligente e mesmo ignorante, cativa com charme todo um público que nem precisa se espelhar nela para amá-la. Tropeçando no português, fica muito engraçada quando se mete a dizer uma ou outra palavra em inglês ou francês. E Hebe não para de nos surpreender, sempre. Sua devoção a Nossa Senhora de Fátima é ostentada de maneira quase irreverente, e, na mesma linha alardeia sua admiração pelo polêmico padre Marcelo Rossi. O uso de joias exageradas e a saudação constante às amigas de carteadado são hilárias. Mas, sabe, há algo enredante nesse paradoxo todo.

Hebe foi eleita a cara de São Paulo, mas não seria mais legítimo ainda tê-la como a cara de Taubaté? Sim, vejam que todas as características que detectamos nela, todas, são as mesmas que identificamos na imagem de nossa cidade quando projetada no contexto nacional: resistente, meio cafona, atrevida, moderna/velha, sedutora, contraditória, cheia de apelos e trejeitos, antiga pela persistência no tempo, politicamente equivocada, e, até atraente sem ser bonita?

Quando penso que esta cidadã foi das primeiras figuras da televisão brasileira, que desde os idos de 1950 ela está no ar, fico perplexo. Que lição! Cantora quase medíocre, atriz de talento duvidoso, apresentadora de sucesso inexplicável, garota propaganda de produtos inacreditáveis, até hoje, ela fez de tudo. E nem faltam fofocas para animar a figura que defende os pobres morando em mansão no Morumbi. E além de tudo, Hebe nasceu em Taubaté. É exatamente sobre isto que resta falar. Ela que já foi considerada “a cara de São Paulo” (e cá entre nós, que cara mais acertada, não?!), não mereceria agora ser homenageada no lugar onde nasceu? Taubaté é, insisto, a cara da Hebe e isso vale um aleluia especial.

Dia desses conversava com Renatinho Teixeira sobre ela. Ele – sempre tão atencioso com as coisas da nossa urbe – contava o sonho de ver a Hebe em Taubaté, registrando suas memórias da infância na Rua Barão da Pedra Negra, onde morou e a imaginou contando de seu pai maestro, das peripécias de ser mocinha do interior. Tudo isso me faz pensar como Taubaté vai saudar os oitenta anos da nossa Hebe, dessa mulher que é “uma gracinha”? Tomara que pelo menos um “selinho” tenhamos para dar a ela.

E, com todo respeito, candidato-me a ser o portador da homenagem. Aliás, já pensaram em um show da prata da casa onde ela seria a peça de ouro? Ave Hebe Camargo de Taubaté.

Memória de todas as outras

15 DE MAIO DE 2009

Foi assim: caminhava pelo calçadão da praça quando dois moços se aproximaram e sorrindo logo foram dizendo “professor Sebe...”. Foi o que bastou para que novamente aquela sensação sufocante de indecisão me avassalasse: “meu deus, quem são”? Sim, há algo que é preciso dizer: alunos que um dia foram crianças, tornaram-se jovens, passaram a senhores e alguns já carecas, outros de cabelos brancos, não se dão conta das transformações operadas. Sei lá, mas parece que para eles a visão dos professores os mantém infantis. Confesso que me bate um nervosismo assimétrico quando sou surpreendido por alunos que me reconhecem e, esperando a mesma simpatia, vão falando como se o tempo não houvesse passado.

Depois de alguns minutos, quase sempre me recordo do nome ou situação. Aprendi, por exemplo, que os olhos não envelhecem tanto e pelo olhar faço um exercício arqueológico e quase sempre acerto. Um dos cidadãos foi logo mostrando intimidade, dizendo que naquele encontro operava-se um pequeno milagre, pois estava exatamente no meu encaixe. Gelei: “com quem estou falando?”. As primeiras frases não indicaram nada e não houve eco capaz de ajudar. A conversa fluiu e o moço foi logo dizendo que ia lançar um livro e que gostaria de contar com minha presença. Estranho: de repente estabeleceu-se uma conexão afetuosa que dispensava a ciência do passado. Senti que de alguma forma, houvera entre nós algum vínculo forte e era este o pressuposto da abordagem entusiasmada. Aprendi em lições como esta que aos poucos fazem-se costuras em que o presente torna-se linha e junta tempos distintos. Acalmei-me logo.

O aluno interlocutor no caso era José Gualberto Gambier Costa. Entusiasmado, anunciava que havia escrito um livro de ficção. Animei-me. “É! E sobre o que?” Nos minutos seguintes ele disse que se tratava de uma história de alguém que se aposentara e resolvera voltar à sua terra natal. “Autobiográfico”, pensei, tenho que conferir. O resto da conversa foi sobre alguém que havia financiado a publicação, dificuldades de venda e desconhecimento de protocolos de divulgação. Na alegria de quem se sente autor, ficou de mandar o texto para minha leitura. Continuei minha caminhada, com o coração amolecido e algo exultante: “puxa, que bom, mais um livro de ex-aluno”. Emoções... Os dias passaram-se na rotina de trabalho massacrante, viagens atropelando-se, até que na volta à minha casa havia resolvido: “este final de semana vou descansar”. Ao pegar a correspondência na portaria, entre pilhas de coisas acumuladas, havia um pacote, o tal livro do ex-aluno. Sem dedicatória, um singelo bilhete dizia “Sebe, estou enviando o primeiro exemplar que chegou em minhas mãos. Um grande abraço”.

Olhei o livro, não gostei da capa e achei que as informações poderiam ser mais desafiadoras. O título, contudo, é arrebatador “Memória de todas as outras”. Tomadas as primeiras providências, sentei-me e imediatamente comecei a leitura. Música ao fundo, luz e tranquilidade. Desde as primeiras linhas senti a leitura de Garcia Márquez que, aliás, se presta como epígrafe. E o escritor colombiano mostrou-se como chão para o nosso novo ficcionista. Antecipo a expectativa recomendando com eloquência o livro. E o faço menos pelo dever de honra e mais pelas qualidades do texto. Pelos defeitos também. Aliás, o livro vale por tudo. Supondo a trajetória de aposentado, constrói-se um personagem absolutamente hedonista que carrega a narrativa na primeira pessoa. Anunciando-se um pícaro moderno, depois de trabalhos que permitiram o sustento, frente ao futuro sai o “herói” em busca do que fazer. Cabendo titubeios sobre o rumo, decide voltar para a cidade de sua infância, Taubaté.

Entre casos de amores dispensáveis e muita satisfação sexual, na maturidade do personagem de 66 anos, acaba

encontrando numa jovem a paixão capaz de dar sentido, não apenas ao futuro, mas ao passado. É aí que reside a maior virtude do livro: o encontro do motivo vital no amor maduro. Mas não se trata de qualquer amor. Depois de peripécias pluralizadas em relações bem resolvidas, o galã aprende o amor que supera razões físicas. Lindo. Há deslizes sim, mas todos perdoáveis, como uso de palavras esquisitas ou imprecisões referenciais. A indicação de espaços taubateanos específicos traem a possibilidade de criação de um lócus mítico que ficaria melhor. Mas também há referências arrebatadoras como uma prostituta que distribui seus poemas, uma surra dada pelo pai exatamente no dia em que resolve se assumir com pretensões de escritor. Enfim. Enfim, estamos frente a novo nome na literatura local. Confirmam. Vale a pena.

Dever de memória: sobre o “coleginho”...

29 DE MAIO DE 2009

Andava pela rua preocupado com os inúmeros afazeres compatíveis com o estilo de vida de quem optou por morar só, quando o celular tocou. Entre fila de banco, compras de supermercado, atendi a alguém que, gentilmente, fazia um convite importante. “Professor, o ‘coleginho’ fará quarenta anos e queríamos convidá-lo para uma cerimônia”. O evento seria dia 20 de maio, data que estava comprometida. Senti, contudo, um impulso quase irresistível para ir. De repente, um céu abriu-se e entendi o significado de utopia de passado. Sim, voltei no tempo. E que tempo!...

Nos anos de 1970, em plena vigência da ditadura militar, usei sonhar com uma escola modelo. Nessas águas, aceitei o convite do colega Arnaldo Saad para participar da aventura educacional que se abria como promessa. Era impossível não aceitar. Mesmo envolto em processos de pós-graduação, iniciando minha trajetória na Universidade de São Paulo, ainda acumulando afazeres como docente voluntário na antiga Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Taubaté, aceitei. E me entreguei de forma determinante àquele delírio. E como foi bom participar dessa experiência. Arnaldo tinha claro seu desafio e, com extrema competência, escreveu seu nome de educador.

Havia algo de épico nisso, pois ele era engenheiro, mas sua paixão devotada ao trabalho com jovens traía a vocação universitária. Ainda que fosse professor em nível superior, era o ‘coleginho’ que fazia seus olhos brilhantes. Em dado momento, eu, que era professor de História e Elementos do Direito, fui convidado

a substituir Arnaldo na direção da Escola. Confesso que titubeei, pois me entendia bem como docente. O desafio, porém, veio de um velho ideal: talvez na direção eu consiga mais. Meu plano era aproveitar o Colégio que estava estruturado e programar uma visão humanística. Seria a perfeição. E como trabalhei!

Dei o melhor de mim e inovei em alguns pontos. Lembro-me de ter acrescentado “aulas extras”: entre outras novidades propus – com algum sucesso – curso de datilografia (sim, naquele tempo então se justificava) e até de culinária (principalmente para rapazes). Os melhores anjos e orixás iluminavam-me e ousadias ganhavam estradas. Tudo ia muito bem, armava associações com outras escolas e sentia que chegava ao coração dos alunos. Houve, contudo, um revés dramático. Um dia, sem mais nem menos, em horário de almoço, em casa, recebi um telefonema de gentil funcionário anunciando que eu seria imediatamente substituído. Não houve explicação tácita alguma e entre silêncios ouvia-se que eu não era apropriado para o cargo por convicções políticas. Tudo, porém, ficou misturado pela velocidade dos fatos. Como doeu isso tudo! Chorei muito. Consolos, porém, vieram e imediatamente fui convidado a outro desafio. Compensações. O então diretor da Faculdade de Medicina, Dr. Emílio Francischetti, me chamava para um experimento notável: colocar um pouco de humanidade no currículo médico. Além de dar aula de “História Social da Medicina”, era assistente de direção. E como sonhamos!

A criação de alternativas com cuidados médicos comunitários nos levou a fazer postos avançados de atendimento em Tremembé e vizinhanças. Tudo ia bem quando, novamente deu-se um golpe. Dessa feita, um diretor da Sociedade Mantenedora, alguém que entendia de negócios e pensava a educação médica como um estabelecimento comercial, afastou tanto o Diretor da Faculdade como os demais colegas de direção. Rodei também. A vida continuou. Aprendi que, a cada revés, se luta houver e capacidade de trabalho, as coisas caminham para melhor.

Minha estrela brilhava e cada vez mais a Universidade de São Paulo me clamava. Fui e lá fiquei. Desdobrei minha carreira com toda a dedicação possível. Aprendi a olhar para trás com

ternura e apenas insistir nos bons momentos. E foram muitos. Deixei a Faculdade de Filosofia de Taubaté, deixei o “coleginho” onde continuei como professor, deixei a Faculdade de Medicina, mas, confesso, minha vida teria sido mais pobre se não trilhasse essas veredas. E elas são as responsáveis por não guardar mágoa alguma da irresponsabilidade administrativa de tantos que atestam o nível atual do ensino taubateano. Pelo contrário. Ao ver meus ex-alunos, ao ser cumprimentado por eles com emoção e respeito, reconheço que a estrada pavimentada com amor docente conduz a um paraíso que justifica a vida profissional. Terminei esta escrita profundamente emocionado. Cumpro assim meu dever de memória deixando o meu beijo de professor a tantos que garantem o adágio “o sonho que se sonha junto é o melhor” e o “coleginho” foi isso.

As duas caras de Taubaté

3 DE JULHO 2009

Tantas eram as preocupações – tarefas acumuladas, agendas defasadas, questões de saúde em família – que perdi o sono. Pensei em me valer daqueles truquinhos habituais como tomar um copo de água, caminhar por alguns minutos pela casa, ouvir música suave, mas nada adiantou! Alternativa: levantar e assumir a insônia e começar por priorizar deveres. Entre tantos, um em especial me convocava: escrever minha crônica semanal para o *Contato*. E foi por aí que iniciei. Estava com a narrativa pronta. Explico-me...

Em intervalos, no parco tempo livre, vou elencando assuntos, organizando temas que gostaria de abordar e não raro tenho alguns à disposição. Dessa feita, um logo me desafiou. Sim, me perguntava “quem é a cara de Taubaté”? Confesso que foi divertido promover esse concurso entre tantas possibilidades. Foi imediato supor exemplos, tanto que foi preciso estabelecer critérios: teria que ser alguém identificado com a cidade e isso demandaria preencher requisitos. Foi assim que achei que, como Taubaté, a pessoa “eleita” teria que ser antiga (não velha). De saída, fluíram alternativas óbvias como Renato Teixeira, Fernando Ito, Téio Frediani. Nova lista. Cuidadosamente, fui eliminando esse, aquele, aquela outra...

Depois de muito pensar, restaram duas pessoas. Um “ele” e uma “ela”. Horas decorreram até que, entre os dois, optei salomonicamente por ambos. Vejamos: ele é Gino Consorte e ela é Cidinha Aleandro Barros. Seu Gino, como o chamava quando era garoto, não é taubateano de nascimento, mas como eu, o é “por escolha”. Eternamente jovem, nos seus inacreditáveis noventa

anos completados recentemente, destilou sempre vocação esportista e fez dessa escolha opção que o costurou no tecido da cidade. Confesso que às vezes me assustava com sua entrega aos times que orientava, mas ao fim sempre achava que ele tinha razão. E com ele, toda a cidade vibrava. O empenho em favor de atividades esportivas colocava-o na vida urbana fazendo-o uma espécie de cidadão símbolo de luta e esforço por vencer. E tinha sua família: a sempre linda esposa Cidinha Aguiar e os três filhos que funcionavam como estrelas da mesma constelação. Sabe mais? Gostava de ver o seu Gino dançando no Taubaté Country Club metido em seus ternos impecáveis, com o cabelo sempre penteado. Era exemplo de alguém feliz da vida.

Dona Cidinha Aleandro me era ainda mais familiar, senhora do tipo mãezona, alguém com quem tive a extrema alegria de compartilhar momentos plenos de camaradagem. Fui colega de escola de seu filho Eduardo, e desde pequeno frequentava sua casa, então à Rua Duque de Caxias, 24. Mais tarde, pela amizade nutrida pude recebê-la como hóspede quando morava na Califórnia. E vivemos dias fantásticos entre sol, neve, passeios e afagos. Ela, na plenitude de seus 84 anos, me parece até hoje a mais vigorosa taubateana por ser uma andarilha contumaz e não descuidar de quantos a amam tanto. Sempre arrumadinha, apumada, com um sorriso entre meigo e severo, dona Cidinha distingue-se por ter pronta alguma palavra amiga, recomendação certa, ou um caso apropriado para contar – e como narra deliciosamente! Sempre que me vejo em apuros, penso em pedir a dona Cidinha que reze por mim, pois creio que se Deus tem que ouvir alguém, seria a ela em primeiro lugar. Então valho-me do carinho acumulado por tantas vidas repartidas juntos para elegê-la a cara da minha Taubaté.

Seu Gino e Dona Cidinha, para mim, funcionam como moeda de duas caras, com a qual lastreio minha afinidade com a terrinha. Garantia do que de melhor nosso meio urbano pode gerar, elejo os dois como quem agradece a cidade toda. Sei que muitos leitores entenderão o que digo, contudo, aos que não conseguirem atingir a profundidade desse patrimônio, recomendo que conversem com ambos e entenderão melhor minha escolha.

Contato e eu: assim se passaram cinco anos

30 DE OUTUBRO DE 2009

Nota do editor: Na edição 195, de outubro de 2004, o artigo “Sabino: meu encontro marcado”, uma homenagem ao escritor Fernando Sabino, falecido dias antes, foi um título premonitório da primeira crônica do Mestre JC Sebe no seu reencontro com a terra de Lobato, promovido por este jornal, no qual não faltou uma semana sequer.

O mês de outubro assinala uma data cara em meu calendário afetivo: faz cinco anos que comecei escrever para o *Contato*. Corria então o mês de outubro de 2004, o *Contato* estava no número 195 e nele estampado o artigo “Sabino: meu encontro marcado”. Tratava-se de uma reflexão sobre o escritor Fernando Sabino, morto dias antes. Abria-se uma longa temporada de crônicas.

Na intimidade de minha saudade, chamo esse noticioso de “jornal do Paulo” e assim navego por mares que mesclam nostalgia e desafios contemporâneos. Mas há algo mais. Na essência de minha solitude “presentifico-me” em face dos acontecimentos da terrinha, ainda que leia o jornal sempre atrasado pela separação atenuada pelo correio. Isto, porém, não faz diferença alguma. Reina em mim uma estranha alegria, algo quase solene ao virar o jornal, página por página. Há levas de estímulos que produzem efeitos vertiginosos quando me deparo com qualquer nota ou notícia sobre pessoas ou eventos que de algum jeito dizem respeito à minha experiência de “taubateano exilado”.

Choro e rio demais, nunca fico indiferente. Há, por exemplo, surpresas em descobrir trajetos de ex-alunos, colegas de escola que nunca mais vi, histórias de romances feitos, desfeitos e refeitos, falecimento de entes que um dia me foram significativos. Com segurança, muitos leem o *Contato* com olhos no imediato, eu o faço também, mas com um só; o outro fica no passado. E no mágico tapete vertido em páginas, voo por paisagens fugidias. Por certo vejo defeitos na produção, mas o que são eles em vista das virtudes tantas. Cabe lembrar o que mais me admira na caminhada do jornal. Antes de mais nada e de ninguém, a figura do Paulo de Tarso, a quem chamo de “Mundinho” evocando o jornalista progressista profetizado por Jorge Amado.

Das façanhas únicas conseguidas por nosso dublê de jornalista/político, destaco o fato de reunir amigos que insistem em reverenciar a cidade com crônicas. Juntar o Marmo, Renato Teixeira, Beti Cruz, entre outros, dimensionar a poesia de Lídia Meireles e ainda completar o quadro com figuras nacionais como Eric Nepomuceno é algo a celebrar. E há fotos, em especial do Dinamarco, que se juntam aos comentários deliciosos sobre nosso futebol. Evidentemente não poderiam faltar pedradas na administração local, fato que, aliás, justifica o teor crítico conveniente ao jornal instrutivamente “do contra”. A par dessas identificações, há outros segredos permitidos pelo *Contato*. Dentre todos o meu favorito é, sem dúvida, a rearticulação de amizades antigas, daquelas feitas no melhor de nós mesmos. Vou segredar algo: mantenho uma troca de informações aguçadas com o querido Renato Teixeira. Vemo-nos muito pouco, menos do que deveríamos, por certo. Nosso encontro, contudo, dá-se pelo “jornal do Paulo”: mandamos recados, trocamos ideias, mensagens são passadas de maneira leve, espontânea, informal, mas sempre amorosas. Imaginem que isto se tornou tão louco em minha vida que, quando passo semana sem saber dos amigos que escrevem, sinto-me estranho. Pode?

Penso que meu compromisso com o *Contato* está se tornando religioso. A culpa não é só minha (religião significa *religar*), porque desde o título do jornal me reintegro a Taubaté. No começo

era-me fundamental o contato com a Beatriz Cruz. Com ela refizemos caminhos que nos explicam o que somos hoje. Depois, vigorei a amizade de amigos de filhos e Ana Laura Camargo apareceu como novo anjo da minha guarda taubateana. E os anos correram céleres. Ao olhar o montante de crônicas escritas ao longo desses anos, nem sei o que pensar. Entre as boas coisas ou melhores projetos de minha vida, com certeza, o modesto patrimônio de emoções registrado nessas páginas vale como garantia de investimento sentimental.

Não sei quantas velas ainda vou apagar na comemoração da parceria com o *Contato*, mas quantas forem, já valeu a experiência. Paulo, fica meu abraço mais que amigo, parceiro ou fiel seguidor, guarde o que minhas palavras têm de coletivo e cidadão.

Para Taubaté ser feliz...

4 DE DEZEMBRO DE 2009

364º ANIVERSÁRIO DE TAUBATÉ

No calendário municipal, o dia 5 de dezembro marca o aniversário de Taubaté. Homenagens cabíveis somam-se, mas não é justo que não caibam sugestões de melhorias. Ademais, sou daqueles que acham que críticas sempre ajudam a pensar caminhos alternativos. Fiz uma lista de dez sugestões que considero capitais para que mereçamos uma urbe que seja “nossa imagem e semelhança”. Confesso que coloquei o melhor de mim ao elaborar esta relação que visa alvejar a sensibilidade comum como um tiro de amor.

Reclamo em primeiro lugar de espaços culturais. Que falta faz uma boa Biblioteca Municipal. Sei que temos uma, mas falo de algo consistente que faça parte da rotina da cidade e que tenha um calendário robusto, capaz de promover encontros, certames, e que pertença ao coletivo além das necessidades escolares. E teria que ter um prédio majestoso, prateleiras repletas de livros atualizados, além de pessoal de atendimento.

Na linha cultural ainda, reclamo de atividades voltadas à juventude. Sei que há algum esforço no âmbito geral, mas supor-nho virtudes em pensar na lógica que vincula novos procedimentos artísticos, coisas como a relação entre a eletrônica e os jovens. Festivais de curta-metragem com produtores, artistas locais; exposições de arte gráfica ou xerográfica, atividade criativa e acessível, seriam virtuosos.

A criação de “lonas culturais” distribuídas por bairros poderia facilitar festivais de leituras e produção de textos que, articulados, dimensionariam foros de criatividade cumulativa. Ademais,

peças de teatros e outros artefatos literários poderiam fazer germinar talentos afastados dos centros.

Na linha dos direitos cidadãos, a sugestão maior encaminha-se para as possibilidades de preparação da cidade para os “especiais”, pessoas que de alguma maneira precisam de espaços específicos para se locomover. Temos inúmeras ruas com postes mal situados que impedem, por exemplo, a circulação de cadeirantes. As indicações para cegos, recém colocadas na praça da catedral e calçada central chegam ao ridículo, posto que, além da péssima qualidade, conduzem a obstáculos intransponíveis. Aliás, são mais perigosos do que se supõe.

Poderíamos ter estacionamentos coletivos, públicos, capazes de auxiliar a movimentação de veículos e mais do que isto, gerar algum rendimento que de outra forma é capitalizado por empresas particulares.

A miserabilidade do Sítio do Pica-pau Amarelo é das mais tristes manifestações que temos. Falta tudo lá, principalmente cuidado com a memória construída de Monteiro Lobato. O que poderia ser um lócus de dimensão nacional é pouco mais do que espaço ocioso sem nenhum planejamento em médio prazo.

A elaboração de um projeto urbano contra o crescimento das favelas que surgem a olhos vistos é mais do que uma necessidade. Se governos anteriores deixaram preparada a cidade para crescimento na periferia, cabe agora supor cuidados contra a ampliação de bolsões pobres.

A vinculação das duas universidades ao meio seria desejável como forma de justificar a existência destes lugares de saber como entidades capazes de produzir alternativas que vão além da generalização de diplomas universitários de competência, muitas vezes, duvidosa.

A inscrição das indústrias locais na problemática da cidade. Quase sempre “olhando para fora” o formidável parque industrial taubateano não reage aos questionamentos locais. Fica situado no espaço urbano cumprindo apenas dois objetivos: produzir para fora da cidade e dar poucos empregos aos locais. Mais nada. Sequer financiamento de projetos voltados para a cidade são arrolados.

Um foro aberto aos cidadãos da cidade, instituto capaz de promover discussão pública, aberta, sobre os destinos da urbe. Temas como orçamento participativo, competência administrativa e controle de gastos poderiam compor debates que, inclusive, deveriam ser transmitidos por canais televisivos municipais.

Enfim, são algumas poucas ideias que merecem contemplação no dia do aniversário da cidade. O que mais toca fundo na razão administrativa, contudo, é que tudo isto não é tão difícil de ser executado. Precisamos emendar vontade política com imaginação. Isto falta para Taubaté ser uma cidade, realmente, feliz.

Régis Machado, o poeta do concreto

19 DE MARÇO DE 2010

Conheci Régis Machado quando ainda cursava o colegial. Além de estridente, divertido, irreverente, o pintor concretista hoje consagrado reunia atributos de intrincada comunhão. Por um lado, era sensível, delicado, afável, e por outro, direto e firme ao lidar com a solidez da vida de moço pobre que enfrentava dificuldades visíveis e pouco indicativas de possível sucesso. Meu fraterno colega era exemplo de trabalho e dedicação à sua mãezinha e ao irmão, mas sua cabeça abençoada nunca cessou de criar outros mundos. Em reinos de cores e formas, Régis inventou um espaço desviado da maioria, e nunca deixou de trilhá-lo com a segurança de quem sabe de onde veio e para onde quer ir. E pela combinação de formas definidas e tons certos, tornou-se autoridade em um estilo pouco prezado no Brasil, a arte concreta. Perfeito poeta das formas exatas e das combinações ajustadas, Régis, como ninguém, enfrenta a dureza das exatidões: evita tons e meandros fáceis e vai, sem dúvida, promovendo combinações improváveis na expectativa comum.

É preciso repetir com frequência que Taubaté teve um momento importante no mundo das artes plásticas nacional. E seria natural que desgalhassem ramos derivados da tradição importantíssima, ainda que pouco reverenciada entre nós. Falo de matrizes da pintura que guardam nomes como Georgina Albuquerque e Clodomiro Amazonas. De todos, juntando também personagens que nasceram alhures, na década de 1960 vivemos um outro momento luminoso no qual, o melancolicamente esquecido senhor de nossa cultura urbana, Anderson Fabiano, juntou figuras que despontavam, nomes como: Lúcio Moreira, Adão Silvério, Sebastião Justino, João Santus.

Dando um contorno mais histórico, tivemos em Anderson Fabiano uma síntese que permitiu caminho aos outros. Sim, ele reunia em si as habilidades de um retratista convencional, mas ao mesmo tempo permitia-se ousadas que liberavam traços atrevidos, impensáveis naquela Taubaté. Em torno dele foi tecida uma plêiade de experimentalistas que se valiam de peneiras, objetos descartáveis, restos de metal ou madeira. Como condutor de um grupo, qual em pequena procissão, Fabiano, com seus seguidores, foi trilhado um caminho hoje continuado por nomes como Fernando Ito. Nessa constelação, Régis era uma espécie de mascote e assim lhe eram permitidos devaneios formais apenas entendidos mais tarde. Régis foi o “fato diverso” desse grupo e, sem dúvida, o mais radical dos frutos dessa geração. E valente, trabalhou sempre, sem medir empenho ou ligar para a crítica cética.

Creio que Régis nunca viveu “da” arte, mas jamais deixou de respirar por ela. Seria inócuo dizer de onde tirava inspiração. Idem, de seus inspiradores, pois desde o início sua vocação por linhas exatas não se afiliou a padrões. Confesso que podendo acompanhar de perto a evolução do artista, ficava atônito com a capacidade de combinação de cores e formas, com os materiais que usava e com a liberdade para continuar fazendo o que não cabia no conceito de arte convencional. Era algo inacreditável como equacionava equilíbrio e leveza. E como pensava o tridimensional.

Passados os dias de Taubaté, distanciamos-nos em pedaços de nossas vidas e lembro-me da surpresa ao saber que havia mudado para São José dos Campos, que trabalhava na Embraer. Consolava-me ter notícias de que jamais abandonara a arte e não foi sem uma ponta de ironia que comparei o labor desse mago a trabalho em interiores de aviões. De longe, cá e lá, sempre escorria alguma notícia dele e isso alimentava uma daquelas saudades boas. Lembro-me principalmente de que, em 1972, fiquei hipnotizado na Bienal de São Paulo ao ver uma obra sua entre os maiores nomes da arte mundial. Vibrei. Chorei. Reverenciei.

Dia desses, por razões afetivas visitava a Galeria da Mirian Badaró. Entusiasmado com a instalação de um conveniente espaço de arte em nossa cidade sempre tão modesta em prestígio à prata

da casa, logo ao entrar avistei um trabalho do Régis. Ao bater os olhos sabia que era dele. Mesmo a extrema sofisticação dos novos materiais usados, não dissimulava a perfeição no acabamento, marca fundamental de seus artefatos. Absolutamente balanceados, os elementos concretos expunham o rigor das escolhas. Na visita à loja, cumprido o ritual do abraço à jovem empresária, voltei aos quadros e me permiti êxtases. Sinceramente, tive que disfarçar para não traír o objetivo da visita.

Sem me esquecer do que vi na galeria, considerando a arte local, pensei em fazer um artigo mais consequente recuperando a sequência dos pintores e artistas taubateanos. Talvez um dia eu faça, mas o que quero marcar agora é a certeza de que o Régis, nas artes plásticas, foi o melhor de minha geração. Naquela noite, em meu diário escrevi “assim como o Renato (Teixeira), o Régis me salvou e salvou junto minha geração inteira”. Do diário a um devaneio, tive vontade de escrever para o Régis. Achei um clipe engraçadíssimo dele na internet e isso serviria de mote. Chorei ao vê-lo irreverente como sempre, mas, mais que tudo, pensei que seria melhor guardar as lembranças boas de uma amizade tão fecunda e concreta como a obra desse sujeito notável, tão notável que dá formas sólidas aos sentimentos abstratos.

A arte de comer ovo frito

2 DE ABRIL DE 2010

Apreendi pelas páginas do *Contato* que Renato Teixeira, além das artes do canto e do encanto, pode posar como legítimo chef de imaginada cuisine creole. Os méritos para tanto podem ser avaliados pela receita estampada na edição 448 do glorioso *Jornal do Paulo* onde, com detalhes sedutores, ensina “como preparar um ovo frito”. Declinando prática secular, com pertinência que explica desde a escolha da panela, tipo de ovo, o mestre coloca água em nossa boca ao demonstrar truques especiais como: a esquentadinha da frigideira, o ponto de fervura do óleo, as mexidinhas, até como quebrar o ovo. Tudo perfeito como os versos da nossa Romaria. Mas tal deus cansado, nosso fritador não revelou como degustar o quitute. Ao finalizar a crônica, de forma provocativa, chamou-me para completar a receita. Tive que pensar muito e acho que mesmo percorrendo diversas versões para o preparo de um ovo, não encontrei nada melhor. Nada.

Visitei receitas italianas e os ovos à *la Benedictine* não venceram. Os *huevos revoltos* espanhóis, ou mesmo os com gambas ficaram no chinelo. Os franceses nem entusiasmo trouxeram, e o mesmo deu-se com o russo com vodca. Os latino-americanos à *la plancha* sequer a floraram. Percorri também receitas ancestrais de omeletes, combinações alemãs com salsichas, *fricassé* de ovos, mas tive mesmo que voltar aos “ovos fritos do Renato Teixeira”. Então como complementar?

Passei noites espreitando e tudo que consegui foi acumular alguns conselhos para deglutir as delícias indicadas pelo nosso cantador. Seguem sugestões:

Roupa: use, ao servir, algo especial, seu melhor traje, mas não se esqueça de colocar avental. Isso complementar a sua elegância.

Detalhes pessoais: se ainda não for careca, penteie o cabelo e pode abusar um pouco de perfume amadeirado, pois é básico que se sinta bonito, sedutor e capaz de fazer do ovo frito um convite para outras solenidades mais íntimas.

Cenário: o local deve, logicamente, ser a própria casa, pois não fica bem comer ovos fritos em casa alheia e, veja bem, seria injurioso preparar a iguaria em panelas estranhas. Nem pensar.

Olhares: mirando nos olhos da amada, puxe a cadeira para ela se sentar e não ficará mal se a surpreender com flores campestres.

Solitude: é obrigatório que durante esta armação não haja interferência de filhos, vizinhos, amigos. Só em casos especialíssimos deixe parentes como: sogra, cunhados, primos, passarem na calçada da casa duas horas antes desta refeição que aspirará lembranças eternas. Por educado que é, o Renato não disse que esses “parentes” fazem desandar a receita e irritam a gordura quente.

Bebidas: Deixe-a escolher entre um traginho daquela cachacinha de Minas ou o prosaico suco de laranja que você mesmo espremeu. Esta escolha é significativa para o que virá depois.

Complementos: assegure que o acompanhamento seja arroz e feijão e que estejam no ponto, quentinhos, e dispostos a ser base para o quitute rei. Farofa é aceitável, mas não deixe ir à mesa nada que concorra com o ovo frito – jamais pense em torresmo ou molhos picantes. Sinceramente, nem salada fica bem.

Pão: logicamente é essencial, mas nada de pão de forma. Tem que ser pão de padaria. Nem de supermercado serve. Se estiver moreninho melhor.

Sobremesa: deve ser algo brejeiro, uma cocada talvez, mas de sabor leve. Melhor seria uma fruta.

Café pode. Mas cafezinho servido dez minutos depois de finda a refeição que deve ser de poucas palavras, alguns olhares e muita sugestão. O mestre Renato – perverso – não disse o quão afrodisíaco um ovo pode ser. Finalmente, porém, o detalhe mais importante: música de fundo. Ah! Este é o detalhe. A música deve ser do Renato Teixeira e pode admitir o Almir Sater porque é citado na receita. Garanto: música do Renato Teixeira com ovos

fritos não há quem resista e como recomendei que a par da companhia não houvesse ninguém por perto, deixo o resto para a imaginação dos leitores.

A dívida de Taubaté: Celly Campelo

30 DE JULHO DE 2010

A prata da casa está suja. Sim. Enquanto não pagarmos a dívida que temos com Celly Campelo estaremos como diz o jargão economicista “no vermelho”. Pode-se garantir que taubateanos, de nascimento ou não, quando se destacam são afetivamente acolhidos pela cidade. Taubateanos, somos famosos pelas celebrações e nunca faltaram rojões que nos distinguem das urbes vizinhas. Mas com Celly Campelo tal não ocorreu. Justamente com ela que nasceu em Taubaté e deixou tantas lembranças entre companheiros. Isso sem falar do rastro luminoso no renovado céu da cultura musical brasileira.

Recordo-me vivamente da menina de sorriso pronto e que adorava cantar. Fiz primeira comunhão ao lado dela, mas a imagem que mais guardo da alegre colega é vestida de uniforme do Bom Conselho. São inesquecíveis suas aparições nos programas de calouros da Rádio Cacique ou com seu violão na mureta da praia do Cruzeiro, em Ubatuba. Lembro-me vivamente de um aniversário dela, comemorado em sua casa na Praça Santa Terezinha. Não há como dissociar a figura da roqueira de sua mãe, sempre presente, acompanhando-a Brasil afora, receando o meio artístico.

Seu irmão Tony também se destacava e, com ele, aos 15 anos, gravou o primeiro disco compacto, com as versões de *Forgive me* e *Belo Rapaz*. Corria o ano de 1958 e os dois irmãos entravam na cena nacional matizando a era das transformações que mudariam o Brasil, fazendo-nos menos caboclos e mais modernos. São desse ano outros sinais da alteração nacional: construção de Brasília, nascimento da Bossa Nova, primeiro fusca, Brasil campeão do mundo na Suécia, Eder Jofre, Maria Ester Bueno, Carolina Maria

de Jesus. A TV Tupi possuía um programa intitulado Campeões do Disco e, graças ao sucesso já alcançado, Celly em aparições múltiplas gravou *Devotion* e *O céu mudou de cor*. Mais sucessos, fama, elogios da crítica.

No ano seguinte, juntamente com o irmão, comandava, pela TV Record, *Celly e Tony em hi-fi*, programa de enorme audiência. Nessa trajetória, no mesmo 1959 Celly estourou com duas músicas *The secret* e principalmente *Estúpido Cupido*. Estava então firmada no céu dos grandes nomes da música popular brasileira com o título de seu primeiro LP Celly Campello: a nova sensação dos brotos. A consagração definitiva, porém, veio no mesmo ano quando depois de contrato milionário com a TV Record gravou o inesquecível *Banho de Lua*. Foi assim que Celly, menina ainda, tornou-se a nova “namoradina do Brasil”.

Não deixa de ser paradoxal que da terra da música sertaneja, do nicho caipira, tenha saído a primeira grande figura feminina do rock brasileiro. De certa forma, isso implicava nossa cidade que além da tradição portava também os laivos de uma modernização que se expressava no progresso industrial que então se instalava. Isso é notável. Taubateanos devem retomar essa polaridade que, em síntese, explica o Brasil. A vida artística de Celly pode ser medida pelos prêmios que ganhou: quatro vezes o Troféu Chico Viola; duas vezes o Roquete Pinto e uma vez o importantíssimo Disco de Ouro, mas, talvez, o maior mérito de Celly tenha sido receber o elogio pessoal de Tom Jobim que reconhecia na menina roqueira “a voz límpida e pura de quem canta com a alma”.

E Celly deixou seguidores, entre os quais, principalmente, Rita Lee que declarou que sem ela “eu não seria quem sou”. Foi a graça da taubateaninha que preparou o coração nacional para o sucesso do que seria depois a jovem guarda. Não foi sem razão, pois, que em 1961 ela fosse eleita nossa primeira “Rainha do Rock”. Foi por amor que Celly parou de cantar. Resolveu casar-se, ter família e filhos, largou tudo e foi para Curitiba, Paraná. Voltou ao sucesso em 1976 com a novela que levava o nome de sua canção mais difundida: *Estúpido Cupido*, mas não deu sequência. Sabe-se que recusou contratos expressivos para voltar, mas não quis.

Quando de sua morte prematura, Roberto Carlos disse que “sem ela a jovem guarda não seria a mesma”. Cá e lá, ouve-se alguma gravação daquela que um dia foi a Celinha de tantos colegas que mantêm a saudade da amiga ausente. Mas só isto. Fico pensando se não é chegada a hora de alguma manifestação mais vibrante, de ato público que mereça destaque real, de revitalizar o nome da taubateana ilustre. Que mais dizer?

Taubateanismo gastronômico: a culpa do Renato Teixeira

27 DE AGOSTO DE 2010

Pois é: tem hora que ser intelectual cansa, mas rende. Tomei consciência desta máxima ao meditar sobre determinados detalhes. Imaginem que depois de farta comemoração gastronômica em casa de amiga querida, comecei a ponderar sobre defeitos derivados do exagero da ingestão da comida boa oferecida pela anfitriã. Foi como se me vingasse do tudo que havia exagerado na comilança. Tratava-se de uma feijoada e a conveniência do dia frio, a caipirinha apropriada, a companhia pra lá de agradável, o cenário aberto ao céu azul de brigadeiro em sábado esplêndido, tudo ajustado ao meu descontrole me fez, depois de empanturrado, destilar análises cerebrais sobre o deglutido. E comecei a falar da evolução do quitute. Logicamente, minha verve de historiador incontrolado fez evocar a escravidão. Detalhei então meus encontros e desencontros com a iguaria. Dissertei sobre “restos de vários produtos” e não poupei lances sobre a sapiência das “classes subalternas” que aprenderam no cativeiro a poupar tudo que sobrava de alimento e combiná-lo para gerar algo saboroso que servia também para a sobrevivência. Mediante consenso dos demais participantes do encontro amigo, vi-me exaltado a destilar outras variantes do assunto. Afinal, satisfeito, tinha que fazer também a conversa engordar. Foi quando falei do soul food. Precisei ficar em pé para valorizar o conhecimento de que nos Estados Unidos, na década de 1960, exatamente quando o movimento negro ganhava projeção frente à luta pelos direitos civis, nomeou-se a tradicional comida do sul estadunidense como soul food e não fosse isso seria mais uma versão da nossa velha

feijoada, comum também aos negros daquele país. Estava empolgado quando tive que engolir que ropa vieja é uma variação de comida comum no Caribe e principalmente em Cuba, Panamá, República Dominicana e Porto Rico, consistindo exatamente no mesmo princípio: aproveitamento de restos, com o acréscimo de molho de tomate.

Ao ver que a conversa empolgava, sempre atento ao tema comida, clamei outras possibilidades analíticas. Mudei para a comida italiana. Iconoclasta, tratei de desmistificar que o macarrão fosse genuinamente italiano. Convoquei Marco Polo para provar a importação chinesa, mas de verdade ganhei luzes quando apelei para a análise junguiana da pizza. Sim, recorri a artigo lido sobre um elogio à pizza brasileira como síntese de tantas outras de inspiração italiana. Ressaltei o caráter político emanado das propriedades integradoras da mandala e expressas na “nossa” pizza. Como argumento, aquilatei o arquétipo do conteúdo do círculo e dos produtos variados que conseguíamos colocar com extrema liberdade. A mistura criativa como solução brasileira para uma receita importada era prova de nossa autonomia. E não faltaram exemplos: pizza de carne de sol, de frango, catupiri, milho, goiabada, chocolate e até de banana.

De feijoada para pizza foi fácil chegar ao angu. Seria o nosso angu, originalmente nosso? Com esta pergunta cheguei ao fubá. Havia filhos de italianos no círculo e um logo convocou para a Itália a origem do que achava ser oriundo da polenta. Retracei oposição distinguindo dois tipos: o angu feito com farinha de mandioca e o de milho e presentes no Brasil muito antes de os italianos chegarem – lembrei-me, claro, de Câmara Cascudo. Confesso que fiquei meio irritado com a pretensa europeização do nosso angu. A composição semântica da palavra me salvou e sugeri que o termo vem da África, do dialeto fon e que segundo aquela origem *àngun* era feito de inhame moído e que os colonizadores portugueses aprenderam logo que seria alimento barato, portanto propício aos escravos.

Novamente chegava aos negros como inspiração de nossa culinária e da apropriação brasileira de pratos exóticos. Aquecidos

pelos exemplos, estávamos prestes a sair do tema comida para reflexões historiográficas que, com certeza, acabariam em Sérgio Buarque de Holanda ou em Gilberto Freyre. Fui salvo sabe por quem: pelo Renato Teixeira. Lembrei-me das receitas caipiras de ovos fritos, de pães crocantes. Disse algo também das alternativas dadas pelo Edmauro em complemento no *Contato* e só me calei quando a dona da festa, algo preocupada com o andamento da conversa concluiu: olha é bom mudar de assunto, pois do nacionalismo da conversa sobre comida podemos cair num taubateanismo gastronômico. Taubateanismo gastronômico... estou até hoje pensando.

Taubateanismo gastronômico (2)

17 DE SETEMBRO DE 2010

Aristóteles dizia que do espanto nasce a luz e a busca progressiva por saberes acumulados. A ciência, portanto, seria resultado de surpresas multiplicadas. Acho, porém que tal máxima não se aplica apenas aos saberes científicos. Explico-me: tudo começou com a receita respeitável dada pelo Renato Teixeira que colocava a nu o preparo do melhor pãozinho torrado. Repliquei nos limites de comensal. Edmauro Pereira Santos ecoou provocações que se dimensionaram em palpites e principalmente no sugestivo título “bundinhas torradas”, estampada na edição de 3 de setembro último.

Retomando Lobato, depois de loas à iguaria que ele nunca provou, arremata com o verso gaiato de Zeca Pagodinho dizendo que “nunca vi, nem comi, só ouço falar”. Na senda do “Gastronomismo Taubateano”, resolvi soltar a imaginação de historiador e fornecer algumas pistas para que o querido Edmauro saia das provocações e favoreça um jantar a fim de tirar a prova dos nove. Antes de mais nada, o içá tem nome científico – *atta laevigata* – e é conhecido também, em toda América espanhola, principalmente na Colômbia onde é bastante popular, como *hormiga culona* ou *bachaco*. Famosa pelos efeitos afrodisíacos, a formiga é apreciada por populações nativas e prova de resistência à dietética colonizadora. Mais do que isso, contudo, a fama dos içás estende-se por todo o continente como forma sofisticada de presentear nubentes que devem servir o prato em casamentos.

Sim, por ser o *bachaco* exposto ao público na época do aca-salamento, ele metaforiza o vigor sexual. Uma das características eróticas da *atta laevigata* é que ela dança em bandos anunciando

a chuva que antecede as colheitas. Reza a lenda que se os machos comessem tal iguaria passariam dias chuvosos recolhidos fazendo o que mais gostam. Mas nem toda *atta laevigata* é comestível, só as rainhas que, aliás, distinguem-se pelo tamanho. As receitas são também refinadas e seguem o seguinte ritual: depois de lavadas, removem-se as asas e as pernas e assim preparadas são lançadas em um pote de barro onde são salgadas e misturadas a ervas leves que a condimentam.

Em duas regiões especiais do nordeste colombiano, em São Gil e Barichara, o *bachaco* é apreciado como prato principal e é servido com rum. Não há como não sentir algum adormecimento do céu da boca depois disso. Nessa região, mascar folha de coca depois é complemento obrigatório e culturalmente aceito sem restrições. Tudo isso pode parecer muito primitivo ou exótico, porém, saibam que entre os mais refinados gourmets impera o gosto por este “caviar dos pobres” – como diria Lobato – e os custos são inimagináveis. Há lojas em Tóquio, Londres e Nova York em que o produto tem que ser encomendado com antecedência. Mas não é só como comida que o nosso içá tem valor. Também na Colômbia, na província de Santander, as *atta laevigata* são estudadas na Universidade Industrial e seu reconhecimento científico a qualifica como produto de baixo nível de gordura saturada em combinação com alto valor calórico. Sim, eu já comi içá.

Em minhas constantes idas à Colômbia tive oportunidades de provar a iguaria em festas e recepções. Tudo muito natural. Não achei muito diverso do nosso tradicional bacon e a textura era próxima do chocolate. Aliás, como já comi grilo, devo dizer que o sabor não é distante, ainda que o içá seja levemente mais salgado. Se há algo a scandalizar com esse experimento, apenas lastimo que não tenha sido no Brasil e sim fora daqui que provei o tal içá. Confesso, porém, que estarei atento agora que o Edmauro alertou quanto à proximidade das chuvas. Quem sabe não fazemos uma mesa para celebrar o evento? Quem será que iria?

Ai de ti, Taubaté...

1 DE OUTUBRO 2010

Adoeci. Tudo foi repentino e em vez de viagem ao sul do país fui obrigado a trocar itinerário. Preocupados, os filhos decidiram que em vez de pai seria eu o tutelado. Confesso que foi bom me sentir em família, centro de atenções, cercado por filhos, netos e noras, hospedado no centro da cidade. Aturdido com afazeres acumulados, a conselho médico não devia trabalhar. Vivia uma daquelas situações em que a prudência dita a necessidade de “dar um tempo”. De início achei que seria impossível, mas aos poucos fui me recuperando e driblando o pessoal que zelava pelo meu “descanso absoluto”.

Lembrei-me do escritor português Almeida Garrett, que nos idos do século XIX, exatamente em 1846, teve a perna quebrada por tombo tolo. Prescrevia-se naquele então que casos tais demandavam imobilidade completa, por pelo menos três meses. Foi quando o autor, recluso em seu quarto, escreveu o incrível “Viagens na minha terra”, um dos meus livros favoritos pelo estilo trançado com informações elegantes e tratamento político favorável ao Liberalismo.

Por lógico, mesmo doente, não perdi a noção do meu espaço e lugar cultural, mas me propus seguir a sugestão do lúcido escritor: pensar a minha terra. Graças a bons atendimentos, a melhoria se fez pronta. Poucos dias e já despertava a vontade de trabalhar, sobretudo de escrever. Do alto em que estava, na Praça Dom Epaminondas, a janela aberta permitia uma visão continuada da minha Taubaté tão preciosa. Deixei meus olhos flanando por vias antigas e com eles minhas mais ternas lembranças refizeram-se: caminho do Grupo Escolar Lopes Chaves; o sussurro insistente dos frequentadores do Largo do Mercado; as idas vagarosas das senhoras piás até a Catedral. O desenho da Praça foi alterado, as

árvores são outras, mas a nostalgia transformou isso em meros detalhes. Foi emocionante, mas durou pouco.

Sem o enlevo da saudade, no lugar o que dominava era cena bem diversa, real e até doída. Contraste, diria. Em primeiro lugar a incrível sujeira acumulada em calçamento mudado recentemente, inapropriado para o trânsito de uma cidade que não renuncia a seu centro e o busca como oxigênio. As muitas prostitutas que tão cedo iniciam o trabalho chegam a deplorar a situação de uma urbe que aspirava ser coerente com seu passado histórico bem mais honroso do que essa exposição deprimente. E que dizer dos vendedores de CDs e DVDs piratas? São muitos e contam com concorrência capaz de desafiar o fisco e os ouvidos de quantos se indignam com a permanência da prática nada discreta.

Os jardins tão judiados, com canteiros carentes de grama expõem o ambiente à falta de governo. Reparando bem, a maneira das pessoas segurarem pertences denota medo e explica a insegurança substituta da alegria de antes. Procurei cuidadosamente por guardas e não tive sucesso. Enquanto meditava sobre tais coisas veio-me à mente outro texto, implacável, do nosso melhor cronista sobre a “Princesinha do Mar”. Rubem Braga, em 1958, publicou os vinte e um sinais de alerta à decadência daquela que tinha sido a mais efusiva Meca da moderna renovação cultural brasileira.

A primeira máxima de “Ai de ti Copacabana” veio-me à mente pronta e completa “1. AI DE TI, Copacabana, porque eu já fiz o sinal bem claro de que é chegada a véspera de teu dia, e tu não viste; porém minha voz te abalará até as entranhas”. Novamente me enquadrei e reconheci que não tenho os poderes do cronista capixaba. Aliás, dei graças a isso e no lugar ousei metaforizar minha situação pessoal: chegando adoecido, recordei como remédio o melhor de meus tempos de menino, e, mesmo reconhecendo as mazelas do corpo padecente, sei que poderia melhorar. Antes de voltar à minha rotina, vou mais uma vez depositar meu ver afetivo nas ruas do centro de nossa Taubaté e tentarei – prometo – esquecer a profecia de Rubem Braga sobre Copacabana. Mais do que isso, espero poder escrever uma crônica com outro título. Por enquanto, porém: Ai de ti, Taubaté.

Estranha perseguição a *Caçadas de Pedrinho*

5 DE NOVEMBRO DE 2010

Na primeira noite, eles se aproximam e colhem uma flor de nosso jardim. E não dizemos nada. Na segunda noite, já não se escondem, pisam as flores, matam nosso cão. E não dizemos nada. Até que um dia, o mais frágil deles entra sozinho em nossa casa, rouba-nos a lua e, conhecendo nosso medo, arranca-nos a voz da garganta. E porque não dissemos nada, já não podemos dizer nada.

Ainda que não seja certo, este poema é atribuído a Maiakovski. Vários outros correlatos têm surgido ao longo do tempo apoiando-se na mesma proposta: o aviso sobre as não providências frente a ataques progressivos que nos acometem. Sim, cabe a palavra “comodismo” ou mesmo “alienação”. Este alerta coloca-se como farol frente ao absurdo veto à obra *Caçadas de Pedrinho*, do nosso tão pouco entendido e sempre deformado Monteiro Lobato. Antes de costurar ideias sobre o impacto de Lobato na crítica brasileira, corre o alerta para a absoluta falta de cuidado da cidade em vista da produção reflexiva sobre seu filho mais ilustre.

Vale pavimentar o chão para esse reconhecimento com as pedras da lástima e do lamento, profundos. Tristes sentimentos, pois tudo estava anunciado e não quisemos ver. Pois é, o veto às *Caçadas de Pedrinho* decorreu da Relatora Conselheira Nilma Lino Gomes que referendou o parecer de Antônio Gomes da Costa Neto apontando o tratamento dado a animais vindos da África (urubus, macacos e demais bichos ferozes). Junta-se a isso as referências à personagem feminina, negra e servil, Tia Anastácia e os

éteres do que se supõe “preconceituoso” e “racista” embebedam quantos advogam ditames do “politicamente correto”. Essas ideias seriam apenas polêmicas se não levassem a chancela do potente Conselho Nacional de Educação (CNE). A agravar tudo, é exatamente essa instituição que regula os livros a serem comprados e distribuídos nacionalmente. E nessas águas pretende-se fazer naufragar o inocente *Caçadas de Pedrinho*, que não fará parte das listas indicadas para divulgação.

Perplexos, alguns dos mais importantes críticos literários brasileiros pegam em armas contra o espantoso veto – sobretudo imperdoável vindo de um órgão público, ligado à difusão da leitura e, portanto, da educação para a democracia. Comandando o exército que se forma, a batalhadora Marisa Lajolo pede apoio a todos. Por certo não faltarão soldados para esta boa luta. Interessa, no entanto, assinalar dois fatores que se abraçam envolvendo Taubaté. Um, a permissividade, a atitude sempre passiva e imitadora de nossos professores, intelectuais e promotores de políticas culturais e turísticas. Confesso que não aguento ver teatrinhos caricaturando modelos estereotipados e nem estátuas divinizando não Lobato, mas suas imitações baratas.

O acatamento pouco inteligente às seguintes deformações da obra de Lobato é prova de nossa inércia e falta de inteligência. Ao longo dos anos, assumida por importantes emissoras e interesses econômicos que visam em primeiro lugar transformar Lobato em mercadoria de fácil consumo, foram roubados os indicadores originais do grande autor. Em se falando de literatura para crianças, vejamos o que aconteceu com o Saci: sequestraram-lhe o cachimbo, pois não seria exemplar mostrá-lo fumando – ainda que personagens como o ET de Spielberg possam ostentar o fumo. O mesmo Saci não bebe, como sugerem os inventários do próprio Lobato.

Não bastasse, a Emília, que na proposta seria “cor de jambo”, portanto mulata, ser “embranquiçada” e inculcada no imaginário na forma proposta pela TV Globo. O mesmo se diz dos caipiras, de quem tiraram também o “pito” ou o “cigarro de palha”. Ora, seguindo essa linha que é política e que não oculta

laivos ideológicos, seria de se esperar maiores deformações ou mesmo vetos cretinos. A hipócrita “higienização” dos personagens de Lobato, agora promovida pela falta de tino de órgãos governamentais, é apenas decorrência do que vem acontecendo. Não se trata de atitude isolada. Não mesmo.

É erro continuado que também implica culpa a alguns críticos que, vendo tudo isso, aceitam tais deformações como alternativa de divulgação. Não seria difícil estender comentários e multiplicar exemplos, mas vale jogar luzes na responsabilidade de nossa urbe. Com tantos anos decorridos, Taubaté não soube ainda articular um centro de estudos, uma entidade capaz de promover crítica ou fomentar linhas de pesquisas atentas à reflexão sobre Lobato.

É uma lástima que uma cidade com duas universidades, com logradouro que se diz homenagem ao autor importante, não tenha agora uma palavra forte para defendê-lo. É tristíssimo! Creio que o pior de tudo é que em outras culturas existem modelos, como se vê em relação a Tom Sawyer, de Mark Twain, nos Estados Unidos. É exatamente isso que interessa e que vale como fator educacional, pois teríamos, sob essa alternativa, motivo para retomar obras, não as deformando, mas sugerindo leituras ou parâmetros para pensar a mudança do tempo e os efeitos da cultura sobre escritos que valem pela graça e originalidade. Volto ao verso inicial e evito a mera repetição perguntando: por que não dissemos nada, já não podemos dizer nada?

Carta aberta ao escultor José Demétrio

4 DE FEVEREIRO DE 2011

Meu caro Zé Demétrio. Resolvi escrever-lhe por dois motivos combinados: conhecemo-nos há muitos anos e não precisamos de moleques de recados para nos intermediar, justificar ou explicar diferenças, e, também porque quero reafirmar alguns supostos sobre sua obra. Antes, deixe-me contar algo que esbarra no pitoresco. Pensava há dias na redação desta mensagem quando por força de compromissos precisei ir ao prédio da Caemi no Bairro de Botafogo, no Rio de Janeiro, onde moro. Ao entrar, deparei com o magnífico painel de sua lavra: monumental, criativo, digno de seu nome e da genialidade que o faz conhecido não apenas como artista. Frente ao painel de mais de 15 metros, tudo se ajustou: era chegada a hora desta “conversa”.

Devo dizer que sempre o admirei e são minhas as seguintes palavras sobre você, publicadas no artigo “Taubaté no Espelho”, encarte especial da Edição 345 do Jornal *Contato* de novembro de 2007: “Demétrio parece ter nascido como uma materialização de arte derivada do barro. Tão natural foi sua realização como escultor que não se pode definir iniciações. Desde garoto vendendo peças em feiras regionais, Demétrio caracterizou-se por viver da arte. Mais tarde, já em Taubaté, se aproximou de Anderson Fabiano, que lhe estendeu a mão e se transformou em seu mecenas. Causa admiração profunda a análise dos tipos sociais esculpidos por Demétrio. Como um denunciador das condições de trabalho, as figuras de lavradores, operário, lavadeiras, feitas por Demétrio desafiam análises que aproximam a arte do grito social”.

É isto e é este Demétrio, artista, político, que sabe falar por si, que eu admiro e respeito. Tenho trabalhos seus em minha modesta coleção e não se esqueça que talhou algumas molduras para quadros que ousei pintar. Ratifico, portanto, tudo que disse no que toca à sua produção artística social. Com o vigor que requalifico o acatamento pelo que me parece ser genuinamente seu, detrato sua escultura *Bandeirante*. É muito feia e tudo nela é equívoco. Não se trata de erro histórico apenas, refiro-me ao talhe que foge, por exemplo, da modelagem do *Batistério do Santuário de Santa Rita de Cássia*, de Curitiba ou do *Cristo Agonizante* no Conventinho, na Vila São Geraldo.

O porte do *Bandeirante*, além de mal pensado, meu caro, reveste-se da atitude falsa calcada no modelo piegas proposto pelos paulistas da década de 1920. Seu *Bandeirante* é ente estático, sem movimento, espetado no meio de um canteiro, “olhando” para o Morro da Imaculada (?!). Nem adianta dizer que o modelo é o Renato Teixeira. Isto não ajuda em nada. Pior, ofende. Sabe mais, o *Canoeiro* na entrada de Ubatuba seguiria o mesmo critério das figuras esqueléticas, mas há algo de social naquela imagem que lhe empresta sentido. Com o *Bandeirante* não se passa isso. Ao abordar a presença dessa obra em meu artigo de outubro passado, além de chamar a atenção para a correção de equívocos históricos lastimáveis, pretendia também supor a necessidade de uma política cultural para a cidade.

Curiosamente depois disso, tive o desprazer de tomar conhecimento de uma série de outros monumentos – execráveis todos, sem nenhuma exceção e com equívocos de indicação que esbarram na demência – plantados pela Prefeitura Municipal, que insiste no mau gosto artístico e na falta de planejamento cultural. Isso interessa muito na medida em que revela o nível de alienação e despreparo da nossa governança. Quem decide tudo isto? Veja que a falta de massa crítica entre nossos intelectuais é responsável por deificações que extrapolam o nível artístico suportável. Só assim consigo explicar o seu *Bandeirante*.

Se assumirmos que arte é história, e que nada existe fora da história, não cairemos nos erros bárbaros que inscrevem

separações entre áreas culturais. Absurdos à parte, cabe revelar que tenho textos melhores e piores. Gosto muito de alguns, detesto outros. Não sei como essas variações ocorrem com você, mas espero que valha para dizer que o prezo muito, pelo ser social que é, pelo artista político que sempre foi. É exatamente por isso e pelo zelo estético público que não gosto de seu *Bandeirante*. Saudações de sempre.

Suíte para Vanildo Sabino Diniz

11 DE FEVEREIRO 2011

Soube da morte de Vanildo num dia quente de verão. Antes, alguém anunciou que ele estava mal de saúde. Foi um tempo curto para alinhar experiências que compartilmos nos idos dos anos de 1970, em plena vigência da ditadura militar. Não sei dizer como o conheci. Por certo, a admiração como pintor foi elemento de aproximação. Dono de irretocável capacidade artística, ele pouco se mostrava como tal, mas foi, sem dúvida alguma, o melhor primitivista da região. Inigualável. Figura única, sensível ao extremo, politizado em suas decisões tornou-se assistente social. Muito crítico, afinamos posições ideológicas e elaboramos um dos projetos mais relevantes de nossas vidas: cuidar, em nossos limites, da nova geração. Não se tratava de uma proposta qualquer. Não. Optamos por fundar um “clubinho” que os próprios participantes chamaram de “Monstros”. Ideia requintada, aquela.

Enquanto tantos olhavam para a infância pobre, abandonada, pensávamos no significado de prestar atenção nos mais abastados, filhos da classe média. É evidente que não possuíamos consciência plena da armação teórica do que pensávamos. Possuíamos isso sim, intuição. A lembrança mais clara que me vem à cabeça é que num domingo, numa tarde, propusemos um encontro de jovens de nossa geração. Foi no CAST, então num sobrado na Praça Santa Terezinha. Seu Tinho Dias cedeu-nos a chave e fizemos uma espécie de “brincadeira dançante”. Passadas horas, depois de arrumar o ambiente, à saída ele me chamou a atenção para um cartaz exposto na descida da escada “Ninguém é rico o suficiente que não tenha algo a receber. Ninguém é pobre o suficiente que não tenha algo a dar”. Essa frase foi motivo para que

ponderássemos muito. Filosofamos e do pensamento à prática foi um salto rápido.

Resolvemos então fundar o “Clube dos Monstros”. O mesmo “seu Tinho” nos apoiou e cedeu um galpão que hoje é parte da UNITAU, nos fundos da Reitoria à Rua Quatro de março. A proposta era simples, mas de difícil execução: reunir jovens, entre eles meu cunhado Paulo, e propor atividades que os distraíssem dos perigos iminentes, principalmente das drogas. Meninos e meninas foram arrolados e pretendíamos viver uma utopia educacional. Tudo seria resolvido em comunidade, segundo alternativas debatidas em frequentes reuniões. Por lógico, contávamos com a incompreensão de boa parte de colegas e até de alguns pais. Afinal, questionava-se “por que isso”? E as respostas nos vinham em torrentes: sabíamos da ronda das drogas, da distância entre discursos paternos repressivos e a ousadia permitida pelo consumismo que avassalava a juventude.

Nossas atividades eram alegres, com muitas festas, quermesses, bailinhos nos fins de semana e acampamentos. Algumas viagens possibilitadas por pais que se aliavam foram inesquecíveis. Até hoje alguns participantes ainda me abordam falando daquelas aventuras. É importante repetir que no tempo negro do governo militar, poucas alternativas restavam a quantos pretendiam um ambiente mais arejado. As manifestações religiosas eram outra saída e eu mesmo mergulhei em projetos agregadores ligados à Igreja Católica. E sempre em parceria com Vanildo. Nossa amizade cresceu, ganhou fibra e ele fez parte inerente da constituição educacional de meus filhos. Frequentando minha casa, levava-os para passear e ainda ouço os meninos chamando-o de “tio Vadê”. Estou emocionado...

Alice, minha mulher gostava muito dele. Demais. Conselheira, acompanhou casos amorosos e vibramos quando Lúcia apareceu em sua vida. Guardo fragmentos encantados de situações como a compra da casa própria, o sucesso profissional, a alegria e orgulho dos filhos bem-sucedidos. Por inevitável, afastamo-nos. Questões de mudança de cidade, deveres de viagens comprometidas com trabalho, enfim, trajetos impostos pelo tempo

distanciaram-nos. Quando nos encontrávamos, sempre ao acaso, retomávamos lembranças ligadas aos “monstros”. Atualizávamos informações e medíamos os descaminhos de nosso velho projeto pessoal. Distopias.

A última vez que nos vimos ele vibrante falava de uma viagem à China, onde visitaria o filho. Convidou-me para compor pequena comitiva. Não pude ir. Li recentemente algo sobre a “terapia do luto”. Uma das lições propugnadas é o retraço de passagens comuns. Advogo a prática das lembranças boas como forma de recomposição do corpo afetivo de pessoas afastadas pela morte. Estranho isso, contudo. Ao pensar em Vanildo, me resta uma saudade boa. Doída sim, mas tranquila. Como num carnaval de lembranças, confetes e serpentinas caem e se trançam em respeito a um companheiro que soube idear, que pagou para ver e que guardou na simplicidade de ser o sentido de luta por um mundo melhor. Não me apressei em escrever um obituário. Pelo reverso, juntei cada letra como uma lágrima capaz de dimensionar sonhos presumidos.

Os tempos mudaram... os móveis também

1 DE ABRIL DE 2011

Em minha mitologia pessoal sempre recorro a velha casa onde cresci, no Largo do Mercado. Embaixo era a loja, no sobrado a casa. Havia uma escada com 37 degraus de madeira, linda, toda de peroba com corrimão torneado. Depois da subida, reinava uma chapeleira, também de madeira, ostentando um modesto espelho “bisotado”, ao lado dos ganchos para chapéus. Sim, naquele tempo ainda se usava chapéu e era recomendado um lócus para eles. Na parte de baixo da tal chapeleira havia espaço para guarda-chuva, que aliás eram raros e, em minha casa, cada um tinha o seu. Sinceramente não me lembro de algum chapéu na chapeleira, mas isso é apenas detalhe.

Na sala de jantar, a mesa grande tomava espaço exuberante. Falo de um tempo em que as famílias eram maiores e de quando em vez recebiam convidados para comilança especial. As festinhas de aniversário também valiam-se dessas mesas que então ganhavam cobertura de toalhas lindíssimas, bordadas, engomadas, respeitadas por suas histórias vindas de enxovais preparados por anos. Nos dias de festa, a prataria brilhando compunha-se com os pratos de porcelana e tudo era exposto como se fosse museu. E como se preparavam as festas de modo tão diverso de hoje... Não consigo lembrar como as crianças, nos aniversários, comportavam-se de maneira a não insurreccionar aqueles arranjos.

Nas salas ficavam as cristaleiras. Ah, as cristaleiras! Todas as casas tinham cristaleiras e, peças fundamentais, nelas guardavam-se taças, jarras, xícaras de chá, enfim, o que de melhor se tinha. Eu sempre olhava meio maravilhado aqueles frascos,

alguns coloridos, outros desenhados, todos lindos. E imaginava Chinas, Orientes. Lembro-me com clareza do dia em que chegou o primeiro aparelho de televisão em nossa casa. Era um Philips enorme e com aqueles botões para ajustar verticais e horizontais. Em preto e branco, é claro, mas suficientemente mágico para atrair vizinhos que vinham ver a novidade. E quando as válvulas queimavam?! Era um desespero. Nossa televisão tinha uns pés afinados na extremidade e isso lhe garantia elegância e delegava poder inclusive por ser diferente dos demais móveis.

As casas de antigamente tinham copas. A nossa era sempre esmerada e quando chegaram os primeiros “jogos de fórmica”, logo foram cobiçados pela minha mãe, que fazia questão de respeitar requintes da hora da comida. De regra, as casas tinham apenas um banheiro e isso obrigava a certa disciplina não apenas na hora do banho. Na copa, para facilitar, havia uma pia com espelho e fazíamos fila para lavar as mãos antes das refeições sempre demoradas, segundo ditames árabes. Interessante é que nos banheiros havia uma peça em franco desuso: o bidê. Tenho clareza do desenho daquele artefato estranho. Havia também no banheiro um armário que era onde se guardavam os poucos remédios e demais apetrechos como algodão, acetona. O cesto de roupa suja era de taquara trançada e ficava ao lado da enorme banheira. Nosso chuveiro elétrico vivia com problemas e como gosto de banho quente cabia-me zelar pelo seu funcionamento.

Na cozinha, o velho e enorme fogão de lenha foi substituído pelo elétrico e depois pelo a gás. Devo registrar que quando esses fogões foram difundidos havia ameaças de que o gás nos envenenaria. E tinha o “guarda-louça” onde perfilavam-se os pratos diários e as xícaras corriqueiras. Nos quartos tínhamos os imponentes guarda-roupas. Ainda não eram comuns os “armários embutidos” e então os móveis deveriam ter harmonia, ou como se dizia “tinham que combinar”. Nos quartos femininos havia outro móvel notável: os pinchichês, que mais tarde foram chamados de penteadeiras e ainda de toucadores. E como deveriam ser chiques, teriam frascos de perfumes, caixa de pó de arroz ou talco, pentes prateados, tudo à mostra.

Imagem, as casas tinham quintais. No nosso multiplicavam árvores frutíferas e havia até um galinheiro onde eu conversava com as galinhas. Gostava delas. Mantive uma horta que por anos mais servia para eu cuidar do que fornecer algum alimento. Em termos de plantas devo dizer que minha mãe gostava de antúrios vermelhos e tínhamos que venerar alguns dentro de casa. Isso era engraçado, pois muitas casas orgulhavam-se das samambaias de metro, das avencas ou rendas portuguesas. Isso não se dava em casa. Dou conta agora de que não tínhamos extensão de telefone no sobrado. Apenas na loja ficava o número 453 que ainda era antigo, daqueles de parede. Sim, sou de um tempo da CTB, em que se esperava na linha, falava-se com a telefonista e chamadas “interurbanas” demoravam horas. E por falar em telefone, redigi esta crônica como uma chamada ao meu passado. Que bom que a linha estivesse livre para aceitar a avalanche de saudade que me envolve.

Meia-noite em Taubaté

5 DE AGOSTO DE 2011

PARA RENATO TEIXEIRA

Saí do filme de Woody Allen flanando. Meia noite em Paris é uma viagem prá lá de feiticeira. Mergulho profundo no melhor da imaginação, tudo cativa na construção hipotética dessa nostálgica volta ao passado. Como se lançasse sonda nas fissuras do pretérito perfeito, aristotelicamente buscando “como poderia ter sido”, a narrativa permite perscrutar um tempo, perdido. Devaneio. É verdade que o filme contradiz a exatidão da origem do tempo ideal e ele mesmo nos leva à suposição de anterioridades, mas isso interessa menos. Vale pensar nos momentos elevados da determinação de nossa realidade traída por banalidades, consumismos e erudição inútil. Tudo demonstrado na trama de personagens identificados com exterioridades tolas.

No caso daquela “meia noite”, cabe retomar a oportunidade criada por Allen que percebendo o andamento atual, de depressão da sociedade norte-americana, permitiu uma fuga de espaço e tempo para a Paris encantada dos anos de 1920. É verdade que o autor, diretor, roteirista já havia feito isso na década de 1980 quando propôs em *Rosa Púrpura do Cairo* que a personagem encenada por Mia Farrow encontrasse algum alento no escurinho do cinema – é imorredoura a cena do personagem saindo da tela para dialogar com a desencantada moça da plateia. Em “meia noite”, o personagem central é interpretado por Owen Wilson que, às doze badaladas, como versão masculina da Cinderela, entra não em uma carruagem que o leva ao baile, mas num carro antigo que lhe permite visitar os salões imaginários do passado. E quem encontra lá? Nada mais nada menos do

que as figuras descritas por Ernest Hemingway em *Paris é uma festa*.

A incrível recriação de tipos como Fitzgerald, Picasso, Cole Porter, Buñuel, Dali e, principalmente, Gertude Stein promove delírios. Esse é um dos momentos em que o cinema consagra a condição de sétima arte. Depois de ver o filme, na segunda vez, procurei um café recôndito e me sentei em meio à fosca luz. Deixei-me levar. De maneira suave permiti-me flunar à cata de certo passado. Primeiro, lembrei-me de conversas antigas com Renato Teixeira e, quase emocionado, recobrei a criação de um primeiro musical que ele compôs com o irmão Roberto, *Samba em três tempos*, o nome dado a um roteiro que remontava momentos de definição do ritmo (*Pelo telefone*), indo para Noel, e naquele então a “nova fase” era inaugurada com *Carcará*, que o Renato cantava em pé.

Naqueles dias eu era diretor cultural do Taubaté Country Club e, ainda muito jovem, adivinhava no querido amigo a dimensão de sua longa estrada nacional. Dessa recordação, outras vieram, também permeadas pela presença do caro violeiro. Recordo de uma conversa nossa sobre o amado professor Cesídio Ambrogi e ainda vejo em minha memória a janela aberta da casa de esquina onde, dentro de moldura azul e com uma lâmpada ininterruptamente acesa, o mestre escrevia suas crônicas.

Da mesma forma, emocionei-me ao lembrar os escritos de Judith Mazella Moura. Daí para as aventuras no “Estadão”, o colégio, foi um pulo. E os velhos professores: Bartholo, Fábio Moura, Miguelão, dona Anésia, dona Branca, dona Beatriz. Como esquecer o diretor amorosamente apelidado de Cuco... ele e tantos outros. Meus olhos iam aos poucos afogando-se ao recordar figuras como padre Evaristo, Julio Guerra, Nhonhô Cassiano, a louca Isaura da Chave, o solene doutor Patto, a elegante dona Adélia Simi, recém-falecida. Os lugares desfiavam lembranças: a Sorveteria Raphael (com ph), a papelaria Casa Matos, o terminal do ônibus Roman no largo do Mercado, a Leiteria Cristal, o bar do Alemão, Pizzaria Ideal, Padaria Americana...

Ah! O meu largo do Mercado. Os barulhos daquela Taubaté insistem em meus ouvidos: os pardais da praça nos finais de tarde,

os fogos tão constantes, o barulho das cigarras nos novembros calorentos, as badaladas dos sinos quando alguém morria e... e as canções do Renatinho (“feira de trocas, coisas soltas pelo chão...”). E os gostos, sabores e cheiros da cidade?! O amendoim torrão comprado na entrada do Palas, a pipoca da praça, a paçoca do mercado nas santas semanas. Sobretudo, recobro a delícia do curau de milho verde e dos pasteis: “sabores d’outrora” diriam os poetas. O tempo fluiu. Fluí com ele. Transportado para meu passado idílico, apenas consegui voltar graças à lembrança sempre jocosa de que Taubaté é uma cidade aproximada de Paris por todos os lados: PARISbuna, São Luiz do PARISTinga, APARIScida do Norte e, antes do fim do encanto, dei graças a esse filme que deu licença a esta crônica intitulada *meia-noite em Taubaté*.

O “elo perdido” ou um pouco de caboclisto filosófico taubateano

23 DE SETEMBRO DE 2011

PARA PAULO DE TARSO QUE, SEM PIEDADE, ME COBRA PRESENÇA

O filósofo espanhol José Ortega y Gasset insistia em dizer que o “método histórico das gerações” funciona como mecanismo analítico privilegiado. Seu discípulo Julian Marias aperfeiçoou o critério exegetico e propôs que cada grupo etário constitui um momento especial de realização que o distinguiria das gerações anteriores. A formulação de um sólido legado, característico de uma época, seria o sinal da experiência coletiva que, por sua vez, não haveria de ser linear ou sem contradições.

A responsabilidade do espólio moral da vida coletiva para as levas vindouras, por certo, faria parte do teor argumentativo decorrente de lutas públicas definidas em conjunto e projetadas na História. O “tom vital” seria o indicador de cada conjunto de coetâneos que vivenciaria os dramas e gozos sociais em correntes prós e contras dramatizados no espaço comum, nacional. Por certo, ambos os filósofos espanhóis pensavam nas marcas deixadas pelas chamadas “grandes gerações”, compostas por grupos que influenciaram sobremaneira as manifestações científicas ou políticas de uma época.

Há, no entanto, outros apelos sobre a interpretação geracional e um dos mais conhecidos e elucidativos diz respeito ao uso sequente das últimas letras do alfabeto. A “geração X” seria definidora da modernidade por se referir aos filhos dos *Baby Boomers*, leva de crianças nascidas depois da Segunda Guerra. A “geração Y”, composta pelos filhos da “geração X” seria já decorrente de movimentos críticos das práticas educativas anteriores, e, depois

dessa, a “geração Z”, engrossada pelos netos. Sobre esta leva, nascida na era digital, sob o signo da internet e dos avanços da eletrônica, muito se tem dito em nome da alienação e da perda de causas coletivas. Será? Falamos de continuidade ou ruptura?

Mas o que isso tem a ver com a celebração tão taubateana-mente decantada como “elo perdido”? Vejamos: Com intermitência, algumas pessoas insistem em reunir amigos que se distanciaram por múltiplas motivações. O Paulo de Tarso, juntamente com equipe de “jovens senhoras” (todas cada vez mais bonitas) empenha-se em colocar no mesmo ramallete flores que se alastraram em jardins distantes. Há algo de épico nisso. Mitológico também. Por certo, no ardor das festas, não cabe a reflexão que beira o filosofismo caboclo, mas passado seu turno permite orações respeitosas ao passado e, mais que nada, à amizade. Na superfície aflora o óbvio: a esparramada alegria de encontros.

De maneira cíclica, quase mágica, como um carnaval de fantasias provocadas, reabastecemos-nos com abraços, vivas e promessas de trocas vindouras com sabor de eternidade. O passado como ângulo torna-se uma espécie de vértice de destinos: “nossa, há quanto tempo...”, “que tem feito da vida?”, “olha quem chegou!”, “meu Deus, como você está bem”, “E os filhos?”... E não faltam lágrimas que lavam sofrimentos, separações, perdas. E tudo se confunde no barulho, na música de fundo – que aliás, nem precisaria ter, na comidinha que sempre poderia ser melhor, e nos inefáveis “você soube que...”

Diria que há dois movimentos nessas festas, um interno e outro externo. No primeiro caso, o passado alimenta-nos com o melhor da vida. Amizades conferem-se garantido que lá atrás houve um momento de afeto trocado na expectativa do que seríamos no futuro. Em vista do direcionamento externo, contudo, reponta a gravidade da vida social e coletiva. O que representamos em termos de experiência ampla, além das fronteiras de Taubaté. Sim, porque não supor que há algo de maior, de nacional, permeando os caminhos que trilhamos. É bom que pontifique: tudo mudou. “Nada será como antes” já avisava Milton Nascimento, mas o que fizemos da vida e o que a vida fez da gente? Não tenho notícia de outro evento como o nosso.

Mesmo que haja algo próximo, creio que a geração que se denomina “elo perdido” é um pouco síntese do que aconteceu com muito do Brasil. Dividimo-nos entre os que ficaram na cidade e os que saíram. Os que foram tiveram chances que, restritas ao meio, foram profissionalmente limitadas. Penso na Hebe Camargo, no Renato Teixeira, na Marise Moassab, no Zé Eugênio, no Renato Ortiz, e em tantos outros. Mas, temos os construtores da Taubaté de hoje, pessoas que renunciaram a alternativas exóticas e insistiram em ficar deificando a lenda da “Bica do Bugre”, afirmativa de que quem bebe daquela água não sai do local. Aliás, pergunto: será que na festa do “elo perdido” não servem água da “biquinha”... Juro que vou verificar isso. Na próxima festa irei. Juro.

Boêmios da estiva... estivando nossas origens ociosas

24 DE FEVEREIRO DE 2012

PARA O TRAÍRA, MEU MESTRE CARNAVALESCO

Boemia; ócio. Estiva; trabalho. Ócio delirante, vagabundagem e trabalho pesado assumidos ambos pelos trabalhadores braçais da borda da Estação Ferroviária de Taubaté. Boêmios da Estiva é, pois, nome intrigante, aparentemente contraditório na decifração dos papéis das Escolas de Samba nas cidades do interior paulista. E tudo é sempre visto na superfície, silenciado por uma história que é muito mais exuberante do que se deixa transparecer. Sim, é preciso buscar os amanheceres da cultura local para perceber que o nosso carnaval é mais do que repique pobre das grandes escolas do Rio de Janeiro.

Voltemos às velhas fazendas de café, falemos dos escravos da fase cafeeira que teve Taubaté como segundo maior produtor brasileiro no século XIX. Com certeza, as estratégias festivas engendradas pelos escravos deixaram rastros. Não é sem tradição que o dia de São Benedito, São João, a Folia de Reis, ou celebrações da velha Igreja de Santo Antônio do Catigeró evocam explicações associadas ao batuque. Os tambores sempre estiveram presentes em nossas manifestações populares. E as festas negras de Taubaté desdobraram a vocação libertária. Não foi, portanto, sem razão que Taubaté colocou-se entre as poucas cidades que libertaram os escravos antes da Lei Áurea, no dia 4 de março de 1888.

Livre, a população negra juntou-se a tantos outros que deixaram o Vale e foram para a capital onde se juntaram aos baianos advindos da Guerra de Canudos, isolados no Morro da Providência. E lá, migrados e ex-escravos colaboraram na redefinição do que

depois se chamaria cultura afro-brasileira. Nesse cenário, batidas baianas juntaram-se à versão rural gerando o samba carioca. Como escreveu Mário de Andrade, não seria errado dizer que os toques de tambor que deram origem ao samba do Rio continham ecos do Vale cafeeiro paulista. É exatamente esse suposto som estendido que chama a atenção nos Boêmios da Estiva. Do mesmo modo, é esta a explicação para a bateria esplêndida da agremiação.

A padronização moderna carioca influenciou em nossas Escolas, mas há uma distinção entre os Boêmios e as demais. A Estiva, ao longo dos anos, tem retomado a história de Taubaté e feito disto uma espécie de reverência ao lastro da tradição local. Entender isso implica reconhecer que a prática difundida no Rio de Janeiro desde 1935, exigindo a temática nacional nos enredos, plasmou um jeito taubateano, da Estiva, de olhar o seu passado. Sim, na intermitência de enredos que evocam temas gerais e os entremeam com os da cidade faz o GRES Boêmios da Estiva uma entidade à parte. Sensível, com acordes nostálgicos, mas trançados com laivos poéticos, a simpática Escola de Samba, ao longo de 50 anos, reinventou lendas, retraiu passagens e teceu críticas. Tudo sempre muito sutil, delicado e amorosamente desafiante.

Enquanto outras Escolas arrojaram-se em temas de vocação mais ampla, cá e lá a Estiva destila uma saudade afetuosa que se traduziu, por exemplo, desde 1974 no enredo Itaboaté, versando sobre a fundação da cidade. E daí, volta e meia a Estiva conta e canta aspectos da cidade como “O Teatro São João”, “As lendas do Rio Paraíba”. Triunfante, volta em 1996 com mais uma homenagem à cidade com o enredo “Uma viagem na história de Taubaté”. Vencedora em 1998 com a visita histórica a “Quiririm: nas margens do Rio Paraíba uma nova civilização”, a Escola firmava-se como uma espécie de reserva de memória das tradições regionais. Mas não pensemos que foi apenas desempenho nostálgico. Não.

Em 2007, ostentando crítica e picardia, a Estiva desfilou ironizando o “Halloween”. Arguta a agremiação, com instintos de negociação, volta e meia a Escola retoma temas de âmbito amplo e alguns que a fizeram campeã destacam-se. Foi assim com “Os 500 do descobrimento do Brasil” em 2004 e no ano seguinte

“Candomblé – a dança dos Orixás”. Mas tudo seria pouco se o GRES Boêmios da Estiva não se reverenciasse. Mais do que repetir prática comum às grandes agremiações carnavalescas, o que a Estiva canta este ano, com “A Estiva vale ouro”, é sim os 50 anos de sua existência, mas também, e principalmente, a reunião de pessoas que se juntam em torno de uma proposta comemorativa sem ser piegas. Celebração, sim, mas com malícia, beleza, idealismo e, sobretudo, graça carnavalesca. É assim que se esparrama a emoção de quantos reconhecem a Velha Guarda de uma Escola que aprendeu a se respeitar nos nomes de seus artífices: Tarcísio, Traíra, Mirinho, José Daniel, Celeste, Fernando Bororó, José da Farmácia, Wilson Fim, Tio Pedro, Vicente, Rosemir e Magdala, ex-presidentes e Marquinhos Ortiz, Celso e tantos outros.

A fatalidade natalícia...

23 DE MARÇO DE 2012

Começo esta crônica saudando minha amiga Isa Márcia, vizinha de data natalícia. Sou do dia 15 e ela do dia 16 de março. Aliás, cabe dizer que, como poucas pessoas, ela sabe festejar a vida e geralmente enfeita esse dia com parentes e amigos queridos dividindo sorrisos, comidinhas, música ou um radical salto de paraquedas. Mas medindo nossas proximidades de datas de aniversário, com o passar dos tempos, aprendi a formular uma teoria sobre o jeito que Isa Márcia e eu temos de celebrar nossos natalícios. Ela festeja. Eu nem tanto – ah! antes que me esqueça, ela é séculos mais jovem do que eu, nossa contiguidade é apenas de dias do mês, jamais em anos medidos.

Como sou historiador apelo para a referência do pretérito clássico e assim me amparo em Shakespeare para explicar as diferentes manifestações celebrativas. Aquele grande autor escreveu que a data de meu aniversário, o dia 15 de março, seria “o dia mais triste da história”. Os argumentos do dramaturgo britânico foram expressos no cáustico texto dramático, na peça teatral chamada “Idos de março” cuja trama narra a morte de Júlio Cesar, apunhalado 69 vezes, pelas costas, pelo filho adotivo Brutus, no longínquo 44 a. C. Também para explicitar o sentido da maldição histórica, vale uma explicação sobre o significado do termo idos, uma das três divisões dos meses no antigo calendário romano (as outras eram as calendas e as nonas) e, assim eram idos os dias 15 dos meses de março, maio, julho e outubro, e os dias 13 dos demais meses do ano. Além disso, cabe lembrar que 69 é a idade que completo, mas desmentindo a investida assassina de Brutus não me sinto esfaqueado pelos anos vividos e que carrego nas costas.

Talvez a minha discrição comemorativa deva-se mais ao meu temperamento do que à maldição, mas não a afasto da fatalidade. De toda forma é bem diferente de mim o jeito felizardo da amiga querida mudar a idade. A fim de esclarecer melhor minha perspectiva sobre o dia 15 de março, resolvi dar um passeio na citada dramática peça shakespeariana e colhi algumas frases que podem ilustrar o meu sentimento frente ao sombreado destino natalício. Abro estas explicações com o recorte do mais cruel dizer, verdadeiramente ameaçador, quando Shakespeare coloca na boca de Marcus, um profeta que narra a trama e pontifica alertando o imperador romano “Cesar, cuidado com os idos de março”. Na sequência, como que prevendo a desgraça, o próprio Cesar aceita o destino dizendo “os idos de março já chegaram” não obstante, solenemente o profeta completa abrindo campo para os nefastos acontecimentos que viriam “sim, chegaram, mas não passaram ainda”. De fato, o sinistro da data ocorreria depois que Brutus decretasse alto e gravemente “morra Cesar, morra” e finalmente a combinação mais tenebrosa e determinante da trama, quando o pai abatido no chão exclama suas últimas e doídas palavras “até tu, Brutus, filho meu”.

Vejam leitores, mesmo tendo eu nascido nada extensos 1987 anos depois, não tem jeito de me livrar do infausto dia e comemorar meu aniversário esquecendo o fatídico evento histórico que, aliás, colocou nada mais nada menos em cheque o Império Romano. É lógico que tenho piedade de mim. Não me vejo responsável pela maldição eternizada na desgraça de Júlio Cesar. Pelo contrário. A fim de aliviar minhas penas recordo que aos 15 de março já se passaram 74 dias do ano assinalado pelo calendário gregoriano e que faltam 291 para o ano virar novamente anunciando a mudança de década em minha vida.

Não bastasse, rejubilo-me ao lembrar que é exatamente no dia do meu aniversário que se comemora o dia de São Longuinho, sim daquele simpático milagreiro que nos faz lembrar de lugares que ocultam nossas coisas perdidas. Sabe, começo a rezar cada vez mais para o tal abençoado me ajudar, pois temo que o diagnóstico daquele médico alemão chamado Alzheimer me venha

acompanhar meus dias futuros. Conforta saber que sendo São Longuinho meu protetor terei algum recurso redentor em casos crônicos de esquecimento. De todo jeito, por agora, basta agradecer por estar vivo e sem me esquecer, deixar um abraço para a Isa Marcia.

Alguma coisa aconteceu no meu coração, na esquina da São João com a Ipiranga...

27 DE JULHO DE 2012

Foi com carinho especial que acalentei a oportunidade desta mensagem. Meus amigos mais atentos sabem que juntamente com o Dia dos Professores, a data mais sagrada de meu calendário é o dia dos pais. Pois bem, preparei com especial zelo esta crônica, ninada desde o dia 30 de agosto do ano passado. Na ocasião, Renato Teixeira apresentava seu filho Xico como músico independente lançado no movediço e complexo chão da música popular brasileira. O que seria um mero rito, no meu íntimo revelou-se um gesto de amor paternal exemplar.

Na apresentação no Bar Brahma, na fatídica equina da São João com a Ipiranga, alguma coisa acontecia no meu coração... Enquanto o público geral via a revelação de um talento a ser considerado, eu notava um pai olhando o filho com o patrocínio do afeto irremediável de um homem, adulto, vendo sua criatura desabrochando pelo desempenho de uma vida dedicada à canção. Chorão que sou, dei-me ao direito e não economizei lágrimas. Escudado por duas amigas inadvertidas sobre o diálogo surdo entre dois velhos companheiros silenciados pela distância física, nada fora pronunciado ou prevenido. Quando o show começou vindo dos fundos do Bar, Renato me avistou e me deu num abraço que agregava tempo, saudade, afeto, parcerias antigas e, junto, todos os cúmplices de vida que desejariam estar ali presentes. Foi um abarcamento que anulou barreiras temporais, identidades personalizadas e fez-se conciliação de memórias sempre entreolhadas.

Impossível somar palavras para dizer daquele momento de nossa camaradagem fraternal. Enquanto o distinto público ouvia as interpretações magníficas do jovem Xico, eu observava outra coisa. Como um beijo da história via meu colega de meninice, triunfal cantor e compositor, dando à luz uma estrela que se desprendia de sua constelação. Foi lindo. Lindíssimo! Sei que somente o Renato e eu poderíamos entender aquele instante tão fecundo de nossas lembranças, mas o show tinha que continuar. A sequência abateu-se determinantemente e quando ele, alternando com o filho, cantou *Amizade Sincera* eu me senti rio corrente. Também vejam a letra: “A amizade sincera é um santo remédio / É um abrigo seguro / É natural da amizade / O abraço, o aperto de mão, o sorriso / Por isso se for preciso/ Conte comigo, amigo disponha / Lembre-se sempre que mesmo modesta / Minha casa será sempre sua/ Amigo / Os verdadeiros amigos / Do peito, de fé / Os melhores amigos / Não trazem dentro da boca / Palavras fingidas ou falsas histórias / Sabem entender o silêncio/ E manter a presença mesmo quando ausentes / Por isso mesmo apesar de tão raros / Não há nada melhor do que um grande amigo”. Mais lágrimas. Mas era a apresentação do filho o motivo mor do encontro e aí sim me dei conta da gravidade daquele momento e do significado do olhar paterno. Juro.

Juro por tudo e todos que entendi o interdito que se mesclava na ação protocolar filtrada pelo público. Havia tanta ternura, tanto zelo, confiança, crédito na passagem de sentimentos de pai para filho que cheguei à compreensão do que há de sagrado nas relações paternas. Sei bem que as carreiras – tanto de pai como de filho – não de continuar em obediência às regras do mercado fonográfico. Os críticos de música certamente farão suas triagens técnicas e ajuizadas segundo regras convenientes. Na minha alma, porém restará sempre, eternamente, o olhar do pai para o filho.

Em viagens etéreas imaginei diálogos com o Renato. Supus, por exemplo, meditações sobre escolhas profissionais cruzadas com nossos descendentes, filhos queridos. Se nos fosse possível aventar encontros deste tipo, que diríamos? Primeiro, creio, reconheceríamos os desafios que se nos apresentaram: ficar ou

não em Taubaté?! O que seria de nossas vidas então? E encontrei na geração filial algumas respostas que, por fim, explicam-nos. Saímos, deixamos nossa urbe encantada, trilhamos atalhos que se emendam em outras histórias – no caso dele na MPB, no meu na educação superior praticada na USP – mas a herança deixada em nossos filhos é inequívoca: jamais traímos nossas tradições. As origens musicais do Vale evoluíram no Xico; meus filhos voltaram a viver na “terrinha”. Afinal o que nos uniu naquele então foi a mesma raiz que nos estrutura agora: uma memória fiada que nos atou e que jamais desfará o nó terno.

Os religiosos de Taubaté

22 DE FEVEREIRO DE 2013

Taubaté sempre foi conhecida pelo teor religioso. Desde os tempos coloniais os viajantes registravam estranhamentos relativos à presença clerical na cidade. Algo disso deve ter ficado em nossa memória social, de maneira a explicar a existência de três centros formadores de sacerdotes católicos masculinos, que, no âmbito do século passado, formavam-se no Seminário Diocesano, no Convento Santa Clara, e no chamado Conventinho, na Vila São Geraldo. Para moças, além da Igreja Sacramentina, que também era convento, e do Externato Marilac, havia o Colégio Nossa Senhora do Bom Conselho, voltado para a educação de mulheres. No mais, freiras atuavam em hospitais, asilos e orfanatos.

Outros tempos, diga-se, onde o catolicismo reinava de maneira solitária e hegemônica, pois poucos eram os redutos protestantes e os kardecistas sempre tão discretos. Cultos chamados populares repontavam cá e lá, mas sempre como manifestação camuflada. No espaço católico, contudo, vale lembrar nomes que qualificaram a vida religiosa da cidade, projetando-a, inclusive, para outras plagas. Durante a minha juventude, a figura dominante foi o padre Evaristo. Ostentando uma batina surrada, sempre acompanhado por uma senhora, dona Cidinha, ele morava com a irmã dona Santinha, à rua Marquês do Herval. Nossa, como ele era bravo. Lembro-me com vivacidade de um domingo em que, no final da missa, ele interrompeu a celebração no momento da bênção derradeira, gritando: “não saiam ainda, a missa não acabou!”. Também aprendi que não era bom confessar com ele, pois as penitências eram descomunais.

No quesito confissão, diga-se, recomendava-se não deixar para os sábados, pois, por alguma razão, os padres eram mais exigentes, e as penitências desdobradas. Sabe, até hoje me pergunto as razões disso. Havia outros padres, de outras paróquias, como os padres Cícero e Clemente, mas esses constelavam outras freguesias, fosse Santa Teresinha ou Vila das Graças. O padre Pedro Lopes foi muito importante para a elite local. Importantíssimo, aliás. Transitando com facilidade entre as famílias, o alegre padre Pedro, tocador de violão, comandou o Movimento de casais em Cristo, e foi um dos campeões do Movimento Decolores, os Cursinhos de Crisandade, vigorados na época da ditadura militar, dando dimensão à participação de grupos num momento em que qualquer agremiação era suspeita.

No circuito familiar, tivemos muitos padres por perto. Meu casamento, por exemplo, foi celebrado pelo padre Pedro, que também batizou um dos meus filhos e celebrou o casamento de outro. No plano político, tivemos uma figura importante que muito influenciou a parcela ativista da juventude, fornecendo e estimulando argumentos críticos à ditadura: padre Benito Beni. Perseguido, teve que foragir e aprender a controlar conteúdos da Teologia da Libertação – versão sempre tão rejeitada no conservadorismo taubateano. Mas na lista de figuras importantes, tivemos alguns destaques relevantes. Pouco sei do Bispo Rodovalho ou de Dom Epaminondas, mas, por outro lado, ainda repontam em minhas lembranças menções importantes sobre Dom Francisco Borja do Amaral. Possivelmente muito do que se dizia desse prelado é invenção, mesmo assim este tipo de discurso dá forma à legendária tradição afeita à nossa religiosidade. A mais corrente das histórias que se contava desse bispo é que em seu “palácio” só se comia peixe, por ser um animal que se reproduz sem contato sexual.

De toda forma, não me faltam à memória detalhes de sua presença solene. Bem diferente foi a atuação de Dom Couto, senhor modesto de incomensurável sabedoria. Nossa! como ele mereceu todo o respeito que teve e ainda tem. Soube que se fala da canonização dele, e, neste caso, vale reza para tal condição. E

ainda do Conventinho não há como deixar o padre Zezinho, que musica orações. E também do mesmo centro temos que lembrar duas presenças fundamentais: Dom Eusébio e Dom Murilo, ambos do Conventinho. Por suas atuações pastorais, os dois brilharam em outras paróquias, com dimensões nacionais. Dom Eusébio, no Rio de Janeiro teve atuação significativa, sendo que sua messe foi dirigida à retomada de supostos conservadores da fundamentação católica. Dom Murilo, depois de destilar fecunda atividade junto aos jovens, figura hoje como uma das vozes promissoras do futuro da Igreja no Brasil.

Depois de alguma meditação sobre tantos prelados, vejo-me convidado a perguntar: e agora, José? Tendo vivido todo esse ambiente, o que me resta de conteúdo religioso, cristão, católico? Pergunta inescapável esta. Prometo pensar e, num dia qualquer, confessarei aos meus leitores o pecado da ausência das lições aprendidas, mas não devidamente apreendidas.

Minha Taubaté, ou quase música do Renato Teixeira

1 DE MARÇO DE 2013

Foi assim: na cidade, de passagem para festas familiares, estava sozinho na casa de minha irmã, onde me hospedo. Era noite avançada e sob o calor deixado pelo verão insistente, meus pensamentos flanavam na inconsequência natural do nada fazer. Como num torpor, permiti-me devaneios, motivados também pelo quase escuro do quarto e pela gostosura da solidude. À nostalgia juntava-se o cansaço, justificando levianas lembranças, recordações tolas, que então encontravam cenário naquele meu interior vagabundo. Pastoreei apenas boas lembranças que, emendadas, foram se fazendo ladainha. Assim fui recobrando situações, nomes, lugares, gostos. Sobre ruas, de jeito infantil, o tempo ia iluminando ocorrências, trazendo de volta falas, pregões, cânticos. Ouvi, por exemplo, a voz do velho jornaleiro, Sr. Vicente, gritando “Esportiva! Olha a Gazeta Esportiva!” e no périplo das ruas coloniais ia ele, vermelho, suado, vendendo notícias, que chegavam trazidas pelo trem. Ah, a britânica Estação, com o seu jardim metido a francês! Será que ainda existe a pequeníssima ilha que ficava no meio de um laguinho? Imaginem: quando concluí o terceiro ano colegial, com um grupo de amigos, unidos que éramos, resolvemos que após cinco anos nós nos encontraríamos naquela ilhota de mentira, mas quando chegou o dia, só eu apareci. Será que apenas eu me lembrei? Por que ninguém mais apareceu? Nunca soube...

“Amendoim torrãozinho! Olha o amendoim quentinho!”, alardeava o vendedor que sobre seu tabuleiro armado e desarmado diariamente ficava na entrada do Cine Palas, completando

o programa. E a sessão Mercurinho? Dia desses ouvi a Ana Gatti revivendo as alegrias daqueles domingos matinais, e quase chorei afetos. O “batateiro” do mercado berrava com voz metálica “freguesa, freguesa, a minha batata é melhor, compra aqui, compra aqui!” e assim, o nordestino que viu o filho casado com uma empregada nossa ia desfilando os dias que hoje ecoam em minha cabeça plena de sons fugidos. Às seis horas da tarde – jamais se dizia 18h00 – tínhamos o “minuto azul da Ave Maria” e então o professor Teodoro Correia Cintra, pela Rádio Difusora Taubaté, soltava palavras ternas, convidando todos ao reino dos céus. Quanta ternura, quando declinava: Ave Maria, cheia de graça... Ainda ouço sua voz, e meus minutos ficam mesmo azuis.

Do alto da Catedral os sons ou eram monótonos, lembrando que o tempo taubateano também passava, ou se fazia solene, nos dias santos, jubilosos, ou por mortes. Sob o comando do padre Evaristo, vigário austero e vibrante, tanta coisa acontecia na paróquia de São Francisco das Chagas. O engraçado é que existiam outros prelados, mas a reputação desse sacerdote encobria outras personalidades. E o que dizer da “Missa dos Homens”? É verdade que tinha também a “Missa das Crianças”, mas o exotismo daquela destinada aos senhores sempre foi exemplar. Não há como esquecer as procissões de Taubaté. Não mesmo. Lembro-me que quando participavam as escolas, em particular a das moças do “Bom Conselho”, uniformizadas, com luvas e chapéu, havia tanta ostentação que cidade parecia outra.

E na Semana Santa, então? Como teatro vivo, as rezas eram entrecortadas por aquela voz melodiosa que chegava a provocar lágrimas. A voz da “dona Neide” entoando cânticos religiosos ainda vibra em meus ouvidos. De todos os sons que já escutei os que mais marcaram e continuam presentes em mim são os cantos das cigarras, em particular na Praça de Tremembé, na abertura dos verões. Todos os novembros, lembro, pegava minha bicicleta e, pedalando sem temor, ia em direção àquele lugar, e por horas, no final da tarde, ficava ouvindo o intrigante barulho dos bichinhos escondidos nas folhas. Era o céu... Caldo de cana moído na hora, pastel do japonês do mercado, curau e beiju vendidos por

ambulantes, a pipoca – inigualável – do carrinho que ficava na praça, o “Bauru” do Sujinho, a salada do Alemão com mostarda preta...

A evocação dessas delícias me faz quase poeta e então não tenho como renunciar lembranças das colunas do jornal: professor Cesídio, Judith Mazella Moura. Dona Maria Morgado. Sabe que dia desses me vi imaginando se um dia esta coluna teria promovido leituras de jovens que, como eu, se iniciaram exatamente por aquelas lições. Dando atmosfera a esse argumento, me pergunto inquieto: que lembranças terão os futuros escribas? A Taubaté que vejo é tão neutra, tão cheia de sons universais, de lojas em cadeias, marcas repetidas, produtos de sabores tão exóticos, artificiais, vindos de fora... Foi bom, contudo, chegar a este termo. Vi que era hora de voltar à realidade e me ver no novo tempo taubateano, moderno, mas pleno de saudade.

Meu pai, meu herói... o turco do mercado

9 DE AGOSTO DE 2013

Diz uma lenda familiar que meu avô teria morrido de fome no Líbano. Assunto pouco falado em casa, tal insinuação sempre doeu muito em mim. É muito estranho não poder desenhar a árvore genealógica familiar e sequer saber nomes, detalhes, características de nossos antepassados. Tudo se mostrava como se a vida não tivesse raízes e as tradições que animam casos familiares fosse assim, uma escrita sem legendas. Lembro-me de que ,garoto ainda, gostava de propagar que era descendente dos bravos fenícios, navegantes imbatíveis, senhores de vinhos, azeites e perfumes. Assumir tal suposto valia-me, de certa maneira, como compensação histórica da carência total de lastro informativo. Raramente, cá e lá, entre os mais velhos destilava-se algum comentário, mas sempre vago e impreciso.

Desde menino queria saber mais, e colecionava fragmentos como quem compunha uma melodia explicadora de segredos. Perguntava muito, mas havia uma espécie de pacto familiar em estabelecer o início da nossa história no Brasil. Talvez por isto meu pai sempre contava que tinha rasgado a “Ficha Modelo 19”, documento que atestava a origem. Havia sim certo orgulho interno em se saber libanês, mas o consumo desta certeza era apenas doméstico. Fora de casa, devíamos seguir a moda brasileira e nos identificar como os demais. Aprendemos que bom mesmo era ser brasileiro. Segundo o enredo percebido, sabia que meu pai nasceu à beira mar, numa casa que ficava no estuário de um rio que lhe deu o nome “Ibrahim”, em Djbel, próximo a Byblos.

Achava lindo este recorte justificativo e gostava também da tradução do nome “Abrahão”. Mas, a par do viés idílico, não me

era difícil imaginar a penúria que motivava a imigração. A fome grassava entre a população pobre do campo e os parentes, junto com as ovelhas, todos iam morrendo. Meu pai seria o único filho sobrevivente, ficou só no mundo. Fora do Líbano, restava apenas um irmão do meu avô, um tal de “Tio Habib”, figura também mítica no Rio de Janeiro dos anos de 1930. Sem documentação comprobatória alguma, sem registros mínimos, sabe-se com certeza que meu pai teria embarcado aos 14 anos.

Guardo com zelo extremo a foto dele que, aliás, serviu de capa para várias edições de um de meus livros. Ao contrário da lacuna de informações sobre a vida antes da chegada dele ao Rio, sobram histórias sobre o adolescente em plagas cariocas. Meu pai foi um homem muito bonito. Alegre também. Ecoam ainda histórias de paixões que o inscreviam como moço sedutor. Seu sucesso decorreu da combinação do porte físico com a extrema simpatia. Moreno de olhos muito claros, alto, papai encantava também pela conversa. Crescido no Rio, contudo, deve ter sido verdade que foi, como contava uma tia, muito namorador, e que a tal ponto tornou-se galante, que trataram logo de lhe arranjar um casamento. Recomendaram-lhe que saísse da então capital federal a fim de trilhar um rumo mais disciplinado, pois ele já era muito conhecido em Copacabana.

Conta-se também que meu pai viu minha mãe apenas uma vez antes de se casarem. Tudo arranjado, fez-se vigorar a combinação de dois princípios que acompanham a lógica familiar árabe: “case seu filho com a filha de quem você conhece” e “casem-se os jovens, depois se amarão”. Assim foi feito. Foi bom negociante, o meu pai; muito trabalhador. Vê-lo apresentando tecidos às freguesas é das recordações mais completas, bonitas e emocionantes que guardo.

Sabia negociar, mas era do tipo que precisava de tempo, fazia tudo com pausas médias e loas planejadas. Era como se oferecesse ouro, mira e incenso, não lhe interessando a quem. Mas de tudo, o que mais me entenece é o jeito narrativo que possuía. Ninguém contava um caso como ele. Senhor de sedutoras palavras, sabia usar a surpresa, favorecer o suspense e criar imagens

de cores sutis. Ah, o humor de meu pai!... E o que dizer da sua elegância quando, aos domingos, envergava seus ternos bem cuidados e com gravatas impecáveis ia à missa das nove horas? Devo dizer que era filiado ao Esporte Clube Taubaté e que chegou a ser diretor do “Burro da Central”.

Sendo devoto de São Charbel, de sua terra natal, aliava as penúrias de torcedor com fervorosas rezas. E tudo lhe dava certo. Papai foi um homem feliz. Quanta saudade tenho dele! As histórias que entesouro são meu melhor patrimônio. Se pudesse, se me fosse possível, daria meu melhor beijo filial e, quem sabe, deixaria sonorizar a canção do Renato Teixeira: Salim, O turco do mercado. Vende tecidos. Vende relógios. Vende anéis de noivado. E na cidade todo mundo diz. Que um turco só põe o nariz. Onde houver lucro assegurado. Salim. O turco do mercado. Já foi mascate. Foi alfaiate. Candidato a deputado. E de aventura em aventura. Um dia a sorte lhe sorriu. E ele simplesmente serviu-se. Foram-se os tempos. Das vacas magras. Salim rebanha. Contas bancárias. Filhos doutores. Muitas amantes... A saudade dói, mas é boa.

Carta aberta ao editor do *Contato*

18 DE JULHO DE 2014

Pois, meu caro Paulo, aconteceu outra vez. Creio que esta foi a de número três. Explico-me: atrasei no envio das crônicas, deixei-o quase louco tentando me localizar em vários números de telefone, em mensagens de e-mails e recados. Desculpe-me. Desculpe-me muito. Detesto fazer alguém me aguardar e, desde garoto, aprendi que é melhor esperar do que ser esperado. Sempre que alguém pergunta a outrem sobre os “maiores defeitos”, as pessoas respondem, paradoxalmente, com uma grande qualidade, algo do tipo “sou perfeccionista”, “gosto de tudo no lugar certo” e eu responderia “sou pontual”.

Paulo, então não se sinta preterido. Pelo contrário nestes quase dez anos de convívio, creio, apenas uma vez você repetiu uma crônica minha. Estou dizendo que entre os compromissos sagrados que tenho – com você e com os meus leitores – está a redação das linhas que publicamos no glorioso *Contato*. Já disse em outra ocasião que esta minha prática significa uma espécie de cordão umbilical que refaço com Taubaté, algo sagrado. Um assunto leva ao outro e a outro mais, assim, devo revelar meu processo criativo empenhado nas crônicas. Leio religiosamente o *Contato*, todas as semanas.

Pelas manhãs de domingo, mais que passar os olhos, detenho-me acompanhando os eventos da terrinha. Confesso que aprecio muito ver as fotos e então dou conta dos festejos, protestos, eventos políticos, mas, sobretudo, gosto de ver os rostos de conhecidos, pessoas distanciadas pelo tempo. Isto é uma delícia. Divirto-me vendo como as “meninas” do meu tempo rejuvenescem e “rapazes” ficam mais gordos, caídos, despencados mesmo.

É lógico que eles funcionam como espelhos para mim que também obedeço às leis da natureza masculina. Estou revelando isto, meu caro Paulo, para dizer como escolho os temas de meus escritos. Faço questão de me atualizar sempre e me manter informado da terrinha. Cá e lá, noto os acontecimentos e com cuidado trio se daria uma crônica ou não. Você bem sabe que um dos meus objetivos centrais sempre foi estabelecer “contato”. Insisti logo em colocar o meu e-mail na coluna e provocar os leitores.

Outra confissão: uma das conquistas mais vibrantes foi estabelecer um diálogo surdo que também satisfaço pelas manhãs de domingo, respondendo a quem se comunica comigo. Quando escrevo, penso num público amplo, mas em especial me refiro aos leitores que respondem aos meus apelos. Uma das lições que aprendi na vida de professor é que podemos sempre nos manter jovens, convivendo com os alunos que sempre – em idade universitária – estão na faixa dos 20 aos 30 anos. Esse é um privilégio raro dado pela docência: nunca envelhecemos.

Os assuntos escolhidos, pois, visam atender às atualizações da vida. E, juro, nunca passei a tal “síndrome do branco” que tanto assusta quem escreve com regularidade. Repito com constância para os mais íntimos que deve mesmo haver segunda (terceira, quarta, quinta) encarnação, pois a vida é tão interessante que em uma só existência não temos tempo para aproveitar tudo. Acho que é por isto que escrevo, para me manter eterno registrador dos acontecimentos que me cercam. A esta altura, meu caro editor amigo, devo declarar que poucas vezes entro em temas que nos opõem. Não toco no PT, por exemplo, pois por mais crítico que eu venha a ser, preservo o respeito às suas opiniões.

Falar mal de Taubaté, jamais. Sei bem que isto é como brasileiro que se autoriza a maldizer detalhes do país, mas não admite, sob hipótese alguma que estrangeiro o faça. E aí entra outro tema interessante para esta nossa conversa “contatada”: a questão de minha identidade. Nasci no Vale, moro no Rio, trabalho em SP e no Brasil – às vezes no exterior –, mas meu umbigo é de Taubaté. É por isto meu caro que me dói muito deixá-lo correndo atrás de mim, cobrando minha crônica semanal. Digo mais, não

precisa dar bronca, pois eu mesmo o faço. O avesso de tudo isto é o imenso prazer em me comunicar com todos pelos onze meses em que o *Contato* funciona. Mais que isto é uma honra semanalmente passar um bilhete para você terminando com “um forte abraço”.

Renato Teixeira, amigo sincero e o E.C. Taubaté

14 DE NOVEMBRO DE 2014

Soube há pouco do afastamento do João, filho querido do amigo Renato Teixeira. Em breve mensagem desolada, o Paulo de Tarso esparramou a inconformidade doída. Doeu em mim também, acostumado que sou ao tema morte de entes queridos. Pensei em escrever a mais terna mensagem solidária e até comecei. Li duas vezes o Adeus do pai machucado e as palavras de consolo ditas pelo nosso editor. Tudo está lá. E que mais dizer para quem desceu aos infernos da dor? Lembrei-me de uma carta de Lobato, na qual dizia que não há privação maior do que um pai ver seus filhos morrerem. Por instantes, deixei meus olhos passearem pela paisagem e, enlevado, resolvi homenagear o amigo de outra forma, pois afinal, “amigo é pra essas coisas”. E o Renatinho é “meu amigo sincero”.

Peguei a chave, abri meu coração e pensei que tudo aconteceu quando o bardo seria erigido embaixador do nosso Esporte Clube Taubaté. Imediatamente troquei o tema da perda pela memória do nosso “Burro da Central”. Foi tão reconfortante, que pensei que o Renato gostaria de saber que também o abraço por outras causas. Soltas, minhas lembranças evocaram acontecimentos que amarram histórias antigas do nosso clube, sempre tão causticante. De toda forma, das melhores recordações que tenho, uma delas é meu pai torcendo pelo Taubaté. Nossa! Eu tenho viva a imagem daquele homem sempre sereno e alegre exaltando-se frente ao gol perdido ou feito. Papai foi conselheiro do Esporte. E dos mais atuantes.

Recordo-me de polêmicas doações de dinheiro e das constantes apostas com companheiros. E meu pai sempre perdia, porque não arriscava palpite contra o Taubaté. Dentre tantas

lembranças que me envolvem em ternas situações, uma me diz respeito. Pessoalmente, nunca tive predileção por práticas esportivas. Sempre gostei muito de futebol, sou torcedor fiel e sigo campeonatos, mas, claramente, separo meu lado jogador do que saboreia acompanhamentos. Acredito que meu pai demorou a perceber isto. Demorou muito, aliás. Garoto pequeno ainda, era por ele levado aos treinos e meu pai sempre dava um jeito de me escalar nos times de filhos de associados. E insistia muito! Meu lado filial até que se esforçava para algum sucesso. Experimentei, em nome do amor parental, amargas derrotas.

Confesso que trançava frustração com o desejo de ver papai realizado e isto me levou, certa feita, a uma situação incrível. Foi assim: ia ocorrer um campeonato mirim e, atento à tabela de estreia, meu pai deu um jeito de me colocar no time. Sem condições de negar nada, tive que aceitar, pois afinal ele pagava o uniforme de todos. Bom comerciante que era, sabia que minha chance era aquela e pronto. Desesperado, achei uma saída. Como o jogo seria no Convento Sagrado Coração de Jesus, na Vila São Geraldo, e seria irradiado pelo Silva Neto, num domingo de manhã, condicionei minha participação à ausência dele. Desgostoso, contudo, ele aceitou. Sabe o que fiz? Paguei para um menino bom jogador usar meu nome e imagino a alegria de meu pai ao ouvir que o Zé Carlos corria pra lá e pra cá e até marcou um gol.

Pois é, a alegria durou muito pouco. Sabedor do destaque do Zé Carlos alugado, papai correu para ver a premiação e então, desolado, descobriu tudo. Mas a história não acabou aí. Voltamos silentes para a casa, e o almoço de domingo foi embaraçoso. Meus irmãos temiam que eu apanhasse, mas tenho certeza de que meu pai sabia como me punir de maneira mais eficiente: não disse nada, sequer olhou para mim. Sei que não foram poucas as lágrimas que derramei, mas na segunda-feira à noite era dia de reunião na velha sede do clube e, como começou a chover de repente, levei um guarda-chuva para ele. Na volta, como sempre, ele pôs a mão em meu ombro e, juntos, caminhamos para a casa. Anos depois, já velhinho e doente, ele recordou o caso. Choramos juntos. Renato, tô com você e sua trupe. Música, Maestro!

Boêmios da estiva

13 DE FEVEREIRO DE 2015

Ai que saudade dos “Boêmios da Estiva”, minha escola de samba taubateana. Desde que em 1983 deixei de participar da agremiação vermelha e branca, do simpático bairro de minha preferência e onde minha família fez história, passei a olhar outras escolas, sem, contudo, conseguir me definir por nenhuma. E olhe que moro no Rio de Janeiro e frequento assiduamente a Mangueira. Confesso-me desleal à verde e rosa porque o Salgueiro é vermelho e branco e isto me reaproxima dos “Boêmios”. Meditando sobre minha infidelidade carnavalesca, cheguei a uma conclusão antológica para mim. Estudo o carnaval como forma de me identificar com alguma agremiação. Isso é algo estranho, como se vivesse procurando no espírito carnavalesco uma sombra de meu corpo. Por lógico, tão incisiva indicação exige aprofundamentos e não me furto a ela.

Muitos são os colegas que me cobram por reverenciar o folgado tão popular e, segundo eles, não condizente com a postura de um senhor aposentado. Certamente, também não lhes parece coerente um intelectual debruçar-se sobre o que a eles se afigura como “questão comezinha”, de fundo pouco nobre aos gostos pensantes, sempre centrados nas decifrações das lutas de classes e modos de produção. Culpo meu cultuado Marx por decretar pejorativamente coisas que seriam “o ópio do povo”, “alienação”, “torpor sociológico”. Gosto demais do carnaval e por ele faria – como fiz – loucuras como, na faixa sexagenária, sair fantasiado, pulando como menino cheio de vigor. E ponha Mangueira e Grande Rio, nisso. Mas, confesso sempre, procedi como se fosse no meu eterno “Boêmios da Estiva”.

Por lógico, não basta enunciar o caso. Tenho que me justificar e o faço evocando a memória de uma pessoa em particular o “Traíra”. Cidadão respeitado pela comunidade o companheiro é um exemplo de responsabilidade e comprometimento. Não é incrível pensar em gente que se preocupa com a alegria alheia? A meditação sobre as memórias que carrego dos meus “velhos carnavais” dá passagem para outras considerações importantes. É preciso ver o tríduo momístico com mais seriedade. Carnaval não é apenas uma festa cíclica localizada, no caso brasileiro, no verão. Muito mais do que “festa do povo” estamos falando de um ritual que carrega velhas – velhíssimas – tradições e se renova no que lhe é periférico.

As teorias do “drama sociológico” que abrigam os teatrais pressupostos da inversão do cotidiano ferem um problema importante: o que seria da vida cultural brasileira sem o carnaval? É claro que existem pessoas que detestam a agitação geral, o movimento de abertura permissiva, o exagero extravagante, mas é preciso levar em conta a institucionalização da alegria coletiva e mais do que isto o impulso instintivo para a organização de um evento de largura nacional. A história tem apontado para variações do padrão celebrante desse festejo. Hoje temos critérios para o carnaval em espaços abertos e fechados, mas o princípio é o mesmo. E até os autoexcluídos fazem parte de um pacote coletivo que os justifica.

A ideia de fantasia é primordial para entender o sentido filosófico do carnaval. E olha que não se fala apenas da fantasia como roupa que disfarça e permite o empréstimo de outra caracterização. Impera também a fantasia de um mundo ideal, melhor que o real. Sabe, detenho-me sempre vendo mães escolhendo fantasias para os filhos. É simplesmente divino contemplar as escolhas e a transmissão de utopias. Gosto muito, nesses casos das escolhas dos “palhacinhos” – e também “ciganos”, “bailarinas”, “piratas” – mas o fascinante mesmo é o empenho subjetivo de garantir aos pimpolhos que, seja qual for a realidade deles, há um tempo de alívio que deriva do sonho da diferenciação do dia a dia.

E eis que volto ao meu “Boêmios da Estiva” e o qualifico como a fantasia de um tempo em que – mais do que hoje – permiti-me

sonhar que um dia seria melhor, vermelho e branco, brincando na avenida em Taubaté e que o mundo seria melhor. Saudade.

Éramos três...

26 DE JUNHO DE 2015

Dia desses, andava meio acabrunhado com saudade de mim mesmo e dos chamados “bons tempos”. Bateu uma certa melancolia e dei asas a esse sentimento tão fora de moda. Demorei para entender o que se passava e o diagnóstico veio manso e bom, como uma brisa confortável em dia quente. Confesso que minha primeira reação foi indagar se o que sentia era algum tipo de depressão. Perguntei-me, algo perplexo “será que estou com o mal do século”? Do século XIX, diga-se. Logo vi que não, mesmo assim fiquei melindrado, pois melancolia também é coisa de antigamente.

Desbravado o universo conceitual, passei para outro estágio analítico: o que teria motivado aquela viagem ao meu passado? E aos poucos a lembrança foi se fazendo narrativa. Havia dado um tempo em leituras pertinentes, mas exaustivas e fui para o Facebook – acontece de vez em quando, viu. Entre as “novidades”, meu amigo Luís Fernando Vieira Negrini postava uma foto ao lado de sua filha Leda. Tratava-se do aniversário da moça. Fiquei encantado ao ver aquela menininha, hoje crescida, linda e com olhar feliz. Num impulso imediato, mais do que “curtir” escrevi: Parabéns, pergunte ao seu pai por quê. Estava dada a largada para minha interiorização. E deixei-me levar por uma saudade arrebatadora.

Fernando foi meu grande amigo. O melhor, diria. Com ele ao lado, atravessei os anos difíceis da adolescência e mesmo quando virei aluno de colégio interno mantivemos viva correspondência. Ah! a prática das cartas enviadas pelo correio, com selos sobre os envelopes... Mas nossa amizade não se resumia a nós dois. Havia

um entorno fantástico e um terceiro nome compunha a solidez de um relacionamento que sempre foi forte, alegre, confidente, amigo mesmo, enfim. Paulo Francisco Moreira completava o trio. E como ríamos, a par dos sofrimentos característicos da idade. Nossa! E tudo era tão bonito e pleno que não faltaram amigos complementares. Vivíamos unidos, e juntos fazíamos uma espécie de clube paralelo, exclusivo. Frequentávamos outros grupos, muitos, aliás, mas nos bastávamos para discutir filmes, leituras e, sobretudo o destino futuro.

Li outro dia uma frase que me deixou pensativo: não se fazem amigos verdadeiros depois dos 30 anos. Sei lá se isso é verdade, mas no real de minha experiência aquele trio está entre as melhores coisas que me aconteceram. Crescemos, casamos e tivemos filhos, profissionalizamo-nos e a vida cuidou de nos separar. Temos afinidades eletivas e sei da solidez daquela experiência e a presença desta certeza nos é referencial. Existe, até, um inexplicável respeito ao passado, algo que não nos permite reencontros frequentes. Seria factível planejar situação em que nos juntássemos, mas para quê? A distância, ironicamente, possibilita guardar o perfume de um tempo que foi único. E sem qualquer comunicação retraçamos um pacto de silêncio. Depois que meditei sobre essa ligação de amizade antiga, pensei em escrever sobre isso. Virar crônica, porém, exigiu um enquadramento formal e demandava título. Logo, então, me veio à memória um livro que àquela altura da vida, no tempo real do passado longínquo, marcou-me profundamente.

Não se trata de nenhum clássico, mas de um texto terno e alentador, *Éramos seis*, escrito por Maria José Dupré. Tratava-se de uma história comum, estranha até. O drama vivenciado nos anos de 1920, transcorria até a entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial. O curioso é que a narrativa não amarra uma história de amor central, sobre a qual giraria o enredo. Nem é um texto de indagações ontológicas, ou sequer tem suspense. Trata-se de circunstâncias rotineiras, de uma família qualquer. O diferencial daquele escrito está no afeto que enlaça os personagens. A ligação emocional dos filhos de dona Lola é comovente, do começo

ao fim. Curiosamente, *Éramos seis* virou novela e foi exibida em 1994, constituindo-se em sucesso vertido para televisão por Sílvio de Abreu e Rubens Ewald Filho. Pois é, precisei deste mote para nomear a crônica presente. Dei parabéns a Leda exatamente por evocar na simpatia do romance de Maria José Dupré o resultado de uma experiência que de certa forma a integra.

Taubatherium e o beijo da história

13 DE NOVEMBRO DE 2015

Recebi convite para participar do coletivo Taubatherium com enorme alegria. Confesso que tenho evitado participar de eventos distantes, pois além de morar fora da cidade querida, estou em fase de complicações gerais, sejam de trabalho ou de cuidados familiares. Não resisti, porém, ao chamado do Abrahão. Aliás, ouvir a voz dele depois de tantos anos foi como se toda a saudosa fanfarra do Estadão me atraísse de forma irresistível. Sim, esta foi a primeira imagem que me veio à cabeça e entre as tantas peripécias derivadas dessa lembrança, o Renatinho (ex-Dentinho, atual Teixeira) tocando corneta despertou o melhor do taubateanismo que mora em mim. Aceitei é claro. Diria, pois, que foi um apelo emocional, de início.

Pouco tardou para notar que não se tratava de mais um desses deliciosos programas saudosistas, onde a minha geração confere a vida, verificando como se deram nossas trajetórias. Sim, meu olhar de historiador mede os repetidos encontros de tantos que estão entre 65 e 75 anos como um acerto de conta geracional. Se pudesse ser mais arrogante, apelaria para Ortega y Gasset e diria que acertamos nosso *tônus vitalis*, ou seja, a causa que marca um grupo coetâneo. Pois é, eis que não mais que de repente aflora uma questão comunitária de relevância histórica. Como mágica, o que correspondeu a um impulso emocional ganhou musculatura e me vi jogado no âmbito da cidadania. Explico-me melhor.

Semanas passadas nosso editor pedia opinião sobre o trato da questão museológica afeita ao Museu Antropológico. Nos meus limites dei alguns palpites e fiquei surpreso ao constatar o progresso dos argumentos. Ao receber o *post* de um candidato que pretenderia mexer no Mercado Municipal, atingido no coração

afetivo, reagi. Para surpresa minha, pela primeira vez, o editor pediu detalhes sobre o conteúdo, denunciando possíveis consequências. Fiz algumas alterações e insisti no texto que, afinal, tocava-me muito de perto, pois cresci em frente àquela construção e acho até que seria impossível contar minha história sem o cotidiano do Mercado. Gentil, o editor cedeu e estampou o texto na edição de número 712.

Foi o que bastou, pois, uma pequena legião de pessoas sensibilizadas imediatamente mandou mensagens, todas de apoio. Entre tantas manifestações, porém, nenhuma foi maior que o pessoal do Taubatherium. Com uma força nativista brotada de nossa alma caipira, afluía a iniciativa de retomada da cidade, não pelos poderes públicos, mas pelos cidadãos. Nossa, que emocionante! Tudo se deu como se uma deusa da razão se apaixonasse pelo enredo histórico e resolvesse fazer o milagre da transformação. E, moeda de duas faces, isso, por um lado, deu lugar às sugestões históricas e por outro significou o avesso de tudo que temos consagrado, ou seja, a esperança de que os projetos urbanísticos derivassem dos poderes públicos instituídos. Só por isto, já valera a iniciativa. Mas não parou aí.

Pelas redes sociais, de maneira interessante, uma onda de mensagens trançava nomes de entes queridos dispersos, todos juntados pela alegria do cuidado com a cidade. Ver meu nome indicado para dar palpites fez emergir um significado latente que, afinal, mostrava o caminho da memória na vida coletiva. Por dever de ofício apoiei- -me em Pierre Nora, a partir do conceito de “lugares de memória”. Creio firmemente na importância deste pressuposto, pois sou daqueles que acreditam que reforma urbana não mexe apenas na funcionalidade ou estética cidadina. Matriz da construção de identidade, os marcos históricos são fundamentais para amalgamar relações unidas em torno de pontos comuns. Taubaté é única, diga- -se, pois tem uma base idílica de tradição indígena expressada na lenda da Bica do Bugre e outra de arrojo apoiada nos Bandeirantes.

A originalidade histórica de Taubaté junta dois elementos fundamentais para se pensar toda história colonial: o indígena

fixado na terra e o desbravador intrépido que, da Igreja do Pilar, saía para conquistas. Estes são nossos mitos fundadores. Acredito que qualquer iniciativa urbanística deveria apoiar-se exatamente nessas bases, na Bica do Bugre e na Igreja do Pilar. Curiosamente, diria que é a partir desses marcos que poderíamos pensar um projeto de mudanças. Supondo o beijo da história, imagino a alegria de quantos constatam que Taubaté tem os filhos que merece.

Para as memórias do “novo” velhinho de Taubaté

5 DE JUNHO DE 2016

De onde você é? Impressionante como podemos complicar uma pergunta assim, simples. Por certo, seria fácil responder com indicação imediata e logo deixar a conversa fluir. Infelizmente, não consigo disfarçar o embaraço quando alguém perpetra esta questão que, certamente, mais vale como ponte para continuidade de falas do que propriamente uma flechada que fere meu coração identitário. Explico-me, sou tão complicado em termos de afetos geograficamente localizados que a mera possibilidade da pergunta me apavora.

Nasci em Guaratinguetá, vivi a maior parte de minha vida de criança e jovem em Taubaté, estudei no Colégio São Joaquim em Lorena, depois de alguns anos de docência no Vale do Paraíba, mudei-me para São Paulo. É lógico que tive saídas importantes para o exterior e por mais de três anos vivi nos Estados Unidos, em San Francisco, Califórnia; em Miami, Flórida; e, sobretudo, em Nova York. Para emaranhar mais ainda, devo dizer que esta trama dilata-se quando me vejo, agora, morador do Rio de Janeiro, cidade que também assumi como minha. Entendem meu drama? Acho que não, pois a complicação surge quando me reconheço cidadão de todos os lugares.

Sim, sou de fácil adaptação. Devo confessar que o dilema encerrado na inocente perguntinha “de onde você é” mereceu cogitações de ares freudianos, e não falta até quem vê no meu dilema um fundo shakespeariano, na base do “ser ou não ser”. Acho que seria cômodo promover a continuidade desse *mezzo del* camin, mas algo aconteceu que exige minha definição. Coisa séria, creiam.

Pertencço a uma lista de coetâneos, Taubatherium, constituído de pessoas que repartiram comigo a juventude. Pensando em tantos que compartilharam minha formação de adulto, retomo o velho preceito que reza que os amigos verdadeiros são feitos antes dos 30 anos. E fico imaginando que, mesmo não valendo o absoluto, é verdade que naquelas quadras da vida somos mais abertos, mais flexíveis e assim deixamos o bom vento da amizade soprar. Mas, não temos mais o frescor dos anos de formação. Nem somos mais tão maleáveis. Resta, portanto, colocar um pouco de filosofia na ponderação e recordar que a palavra amizade decorre da combinação de *animi* (alma) e *custos* (custódia). Como guardião da alma, amigo é o que cuida do outro, o protege e faz a recíproca ecoar.

E foi Nietzsche quem constatou que a dificuldade em cultivar amigos reside na premissa que mostra os entraves para que se combinem “a liberdade do espírito com a partilha da alegria”. Coisas da vida moderna, muitos daqueles jovens, hoje maduros, profissionais, muitos aposentados, distanciaram-se. E o lapso temporal materializou-se em quilômetros, que, contudo, não se medem pelo deus grego *kronos*. Pelo contrário, graças às virtudes da memória, o tempo anula-se e a distância sapaga-se.

Pois bem, todo este libelo introdutório serve para dizer que graças ao WhatsApp e à iniciativa de dois baluartes sonhadores, aos poucos fomos nos encontrando no espaço da virtualidade eletrônica. E fomos nos reconhecendo em soma volumosa. Um a um, os velhos meninos e meninas, os antigos jovens, foram se reapresentando. Uns fisicamente mais longe, outros sempre próximos, afetivamente juntos todos, íamos reinventando nossas histórias.

Postos profissionais foram dando forma aos destinos desenhados por cada qual, e, na mesma ordem casamentos foram tecidos, famílias multiplicadas, adversidades expuseram-se, muitos mortos foram chorados. Sobretudo, porém, no cenário dos dias brasileiros vividos, nossas diferenças políticas mostraram-se. Foi o grande teste para a garantia da solidez dos propósitos de reencontro. Uns me surpreenderam, pois imaginava que o ímpeto da juventude os faria mais progressistas.

Outros me deixaram perplexo pela fúria com que abraçaram causas que se me afiguram conservadoras demais. Temi ficar sozinho e apenas me recreei com laivos de uns poucos que não me fizeram sentir o total isolamento de ser o “Velhinho de Taubaté”. É lógico que houve momento de desatino – fui até chamado de “intelectual equivocado” – mas provou-se que as amizades feitas antes dos 30 anos são sólidas. Provou-se também que o suposto de Nietzsche demonstra a liberdade como condição que se combina com a alegria.

Moral da história: continuo cidadão dos lugares amados, de todos, mas o sou mais de Taubaté, pois é lá que estão os amigos de sempre. Mais: entendi o que significa diferença na identidade.

Renato Teixeira e a moderna tradição sertaneja

19 DE JUNHO DE 2016

Dizem que todos nós temos um outro lado, uma faceta mal conhecida. Sem buscar os traços obscuros de cada caráter, contudo, propus-me ajuizar trajetórias profissionais de quem, como eu, com anos de vida somados, já experimentou a possibilidade de pensar uma carreira constituída, madura e com sentido. Afinal, depois dos 70 anos é viável dizer de nosso papel no mundo. Parte-se do suposto de que nossa vida não se explica na solidão do “eu sozinho”, pois apenas ganhamos razão social se inscritos em projetos coletivos. Como já lembrava Aristóteles na antiga Grécia, o ser humano é um animal social.

Nessa direção, uma das pessoas que mais me levam a pensar em trajetórias de efeito social é o cantor, compositor e poeta popular Renato Teixeira. Não é, contudo, sem razão que o evoco, pois, como poucos, ele compõe os quadros permanentes de nossa constelação. Sim, vivemos cheios de personagens que cumpram a premonição de Andy Warhol ao propor que sempre temos nossos 15 minutos de fama. É verdade que a chamada “sociedade do espetáculo” proposta por Debord alimenta-se da sucessão de “celebridades instantâneas”, mas a despeito do fulgor, por mais rápido que seja o surgimento de alguns – e seu desaparecimento – há os que resistem. E Renato Teixeira situa-se entre eles, sem sair da mídia por mais de 40 anos.

Tomando Renato Teixeira – Renatinho para os íntimos – como parâmetro, pergunta-se: de que é feito o resiliente e discreto sucesso desse “bardo de Taubaté”? Ainda que as respostas sejam plurais, por certo muitos vão garantir que tal fama deu-se

em paralelo à construção do nosso cancionista sertanejo. Renato herdou a melhor tradição das chamadas “duplas caipiras” e, sem trair legados que misturam acordes com letras singulares àquele mundo, gradativamente, foi inscrevendo alguma modernidade como sons eletrônicos, efeitos especiais. Talvez a mágica de seu sucesso justifique-se pela perfeita negociação entre o novo e o velho.

Suspeito de uma certa espontaneidade nisso, algo natural de alguém que, vindo do Vale do Paraíba Paulista, soube fundir a saudade com o desafio de viver transformações modernizadoras. É verdade que o arco existencial dele deu-se na passagem da dominância do padrão rural para o urbano, do campo para a indústria, mas sem rupturas. Pelo contrário, foi costurando no presente o passado que desfiou letras que contam, descrevem e promovem “causos”. E não falta ternura e afeto em todas as suas canções. Sim, Renato Teixeira é um narrador de histórias cantadas. Aliás, aí reside outro argumento importante que diferencia a música caipira da música sertaneja. A caipira é aquela feita e consumida diretamente, sem gravação e fala de coisas próximas. A sertaneja, potente mercadoria da sociedade de consumo, faz-se na cidade, por pessoas advindas do campo, mas como soluções urbanas e contagiantes. Como ninguém Renato Teixeira soube casar estas características. E como? Com o mais interiorano dos recursos: a camaradagem.

Amigo de todos, sua interpretação de *Amizade Sincera* é inigualável. Com certeza ao garantir afeições a tantos queridos, nosso Renatinho enreda companheiros que com ele formulam um movimento musical. São contadores de histórias que reinventam uma tradição e autenticam na modernidade um passado que se pretende legendado nas páginas da atualidade. É aí que a grandiosidade do projeto pessoal se agiganta e se emenda em outros planos. Por certo, a qualidade e o requinte dos produtos musicais valem por si, mas também aquilatam uma trajetória que é do país. No futuro, não há de faltar historiadores que delegarão a Renato Teixeira o papel de guardião de uma memória nacional, da equivalência e reconhecimento da cultura interiorana que não se perdeu

na metropolização do mundo capitalista. Olhem bem: isto não é pouco para um caipira Pirapora. Minha Nossa Senhora, abençoe nosso sertanejo mais moderno.

A construção do Saci brasileiro

27 DE NOVEMBRO DE 2016

Tendo como fio condutor a meditação sobre o Saci, hoje tão recriado e propagado em diferentes suportes, perguntava-me se seria possível explicar suas mutações, vistas dialeticamente, na relação mudanças X resistências. A proposta ia se firmando na medida em que partia de um pressuposto que reconhecia, no passado, um Saci amedrontador – ente das florestas temíveis e inconquistáveis, dono de assovio tétrico e ensurdecedor –, até a formulação de um simpático personagem – menino maroto, mulato gracioso, perfeitamente integrado no gosto nacional. Dizendo de outra forma, inquiria-me sobre a coerência entre tais variações e o “jeito maleável” que, de regra, remete-nos à interpretação da cultura brasileira como: incruenta, sem violência ou preconceito, esvaziada de agressividades e, sobretudo, destituída de percepções de luta de classes. Haveria relação entre as transformações do Saci e o “jeitinho brasileiro”?

Frente a esse questionamento, aprofundava a questão indagando sobre sua aproximação e o processo de mestiçagem, e, então queria saber de onde teria vindo a lenda do Saci? Das três alternativas mais usuais – indígena, africana ou europeia – tive que prezar todas. Pensei de saída que, ante a impossibilidade de precisão, era-me obrigatório apoiar, comodamente, o conceito de “metamorfose”. Pensando na gravidade da leitura crítica sobre tal posicionamento, restou apelar para o cenário antropofágico que caracteriza a moderna percepção da cultura brasileira como um todo. Sim, é inegável que a imprecisão da origem de figuras como o Saci leva à formulação de um modelo hegemônico que se materializa na conceituação do que é nacional. Nesse contexto, reina a

estratégia das negociações, ou da incorporação e da reversão de tudo que vem “de fora” em nacional, brasileiro. Em certa medida, isto explicaria a preocupação de Lobato que foi pioneiro na busca de definição do sentido do Saci em nossa cultura. Mas, como nem só do “Inquérito sobre o Saci” nutre-se a argumentação, vi-me na contingência de complementos informativos.

A fim de dar contorno analítico para a construção do Saci como personagem nacional, parti do pressuposto de que hoje ele é figura palatável, aceito, principalmente fabricado para crianças, ainda que a oficialidade valha-se dele como referência “exaltativa”, atestado de certa brasileiridade nacionalista e malandra. Fala-se, aliás, de uma dupla infantilização: do Saci adulto, negro raivoso, senhor das matas, tornado menino arteiro; e dele como personagem destinado ao entretenimento. As duas faces dessa moeda negociam um longo processo de apesamento e construção do personagem, estabelecido segundo a imagem e semelhança da cultura que atesta o perfil brasileiro negociador.

Outro elemento considerável nesta análise é o fato de esse personagem caminhar progressivamente como tema pedagógico, lúdico, e, nesse processo, validado como estratégia ideológica, se confirmaria o princípio da antropofagia, pois a imagem que hoje temos do Saci é de uma figura transformada. Sem dúvida, o padrão dado pela Rede Globo de Televisão nas várias versões do programa *Sítio do Pica-pau Amarelo* mostra um garoto negrinho, de uma só perna, capuz e calça vermelhos, mas pouco assustador. O Saci de nossos dias, não é mais o maldoso ente que atormentava a todos, mas um cativante tipo que faz suas travessuras engraçadas. De maneira sorrateira, em favor do “politicamente correto”, foram aliviados o olhar ameaçador e retirado o “condenável” pito/cachimbo, não mais solta fumaça pelos olhos.

Talvez, os mais convincentes argumentos demonstrativos do processo de “adociação” do Saci e de seu endereçamento para uma cultura infantilizante sejam as leituras procedidas tanto por Maurício de Souza como por Ziraldo que o tornaram personagem de quadrinhos. Por lógico, tudo ocorreu em consonância com as séries patrocinadas pela televisão nos episódios do “Sítio”.

A importante sequência de histórias feitas para crianças, no Brasil, inaugurou-se em 1952, na TV Tupi. O programa ficou no ar por 11 anos, constituindo enorme sucesso. Em 1964, na abertura da ditadura militar, o programa infantil que contextualizava o Saci ganhou versão da TV Cultura de São Paulo e, em 1967, da TV Bandeirantes. Ainda que com intervalos, de 1977 a 1986, a Rede Globo de Televisão produziu o “Sítio”, com destaque para a presença do Saci.

Estava então caracterizado o novo Saci, nascido para entreter, não mais para criar problemas. E a figura do negrinho domesticado estava fixada, feliz ou infelizmente.

Lá onde deixei meu coração de menino...

2 DE ABRIL DE 2017

Lembro-me de versos que sempre me vêm à cabeça em situações especiais. O poeta então parece me dizer baixinho, quase murmurando: “Entre devagar / quieto, leve, manso / deixe apagadas as luzes / dos cantos do passado/ desmonte a bússola / para aprender a não retornar / Entre, mas uma vez só, e não volte nunca mais”. Estas palavras, confesso, rondaram minhas noites e dias recentes, tomaram conta de mim, e infiltram-se em meus dedos ao escrever esta crônica anunciada. Diria mesmo que não fui o autor do enunciado que segue, foi o poema.

Tudo isto porque me comprometi a falar sobre um lugar especial de minha juventude, um clube da minha interiorana Taubaté. Da minha Taubaté que um dia foi inventariada como uma das cidades mortas. Morta? Morta Taubaté?... Que nada! Rebelde, renasce em cada coração que viu crescer e, assim, vive assombrando a memória de eternos exilados, errantes do que naquele espaço aprenderam a ser o que hoje são. Adultos, acabamos por aprender a mirar o passado que para uns pode ser até mera lembrança, mas para outros – eu entre eles – chega a doer demais.

Sempre achei que saudade é dos melhores sentimentos. Há certa altivez em ultrapassar o limite do raso “sentir falta”. A solenidade da saudade é progressiva, pois remete à boas experiências – às melhores – mas pode ser tão avassaladora que temos que domesticá-la para que não nos adoeça de nostalgias. Talvez, por isso insista em deixá-la latejando no meu coração que envelhece sem conseguir negar a meninice. Aqui cabe um segredo: nem

sempre quero voltar aos lugares mais marcantes de minha trajetória. Algo covarde, tenho medos. Medo, por exemplo, de quebrar o encanto de momentos que ganharam a perfeição no correr dos anos. Sim, a saudade maquia, enfeita, arredonda, enfeitada. E me é prazeroso deixar que isso tudo se faça.

Sei que pode parecer estranho eleger um clube como espaço central de reflexões memorativas. Poderia ser uma escola, igreja, uma praça talvez, mas um clube? Sim, o Taubaté Country Club – assim mesmo, pretencioso, metido a inglês, lugar que nem ficava no campo – nada, era bem perto do centro da cidade. Mas o adotamos como TCC, e para a gente funcionava como uma espécie de paraíso urbano, uma miniatura de tudo de bom. Lá, inversão do espaço doméstico, podíamos muito. E como exercitamos esses poderes. Mas porque um clube marcaria tanto uma geração inteira? A resposta a esta questão remete a buscas de plurais explicativos, que comungam bailinhos, jogos esportivos variados, espaços para encontros e, para os adultos, até um carteadado, algo meio clandestino, mas... mas acontecia.

Vendo de hoje, o TCC era como um laboratório, um ensaio para rapazes e moças que exercitavam lá os passos da vida adulta. O prédio era levemente cinza e guardava a discrição de um estilo que evocava o colonial brasileiro, mas isso pouco importava. E havia então outros espaços, internos, onde a circulação permitia os primeiros olhares namoradores, as aproximações mais calorosas em danças que podiam ocorrer nas matinés ou com certa cerimônia no Salão Nobre. Aliás, de vez em quando havia teatro, com peças vindas de fora, e cá e lá uma ousadia da dramaturgia local, récitas de jograis e até canto lírico. E tinha festivais de músicas que, de tão concorridos aconteciam no Ginásio, ou como estava escrito no alto frontal, *Gymnasium*. Bem, a simples menção da praça de esportes implica evocar os jogos de basquete, vôlei e principalmente de futebol de salão. E como torcíamos! Tinha também a piscina, que tanto divertia como revelava campeões, craques lembrados até hoje. As duas quadras de tênis funcionavam com ares mais exclusivos, mas não menos integrada. E bem mais ao fundo tinha um modesto campo. Mas o Clube era tudo isso junto.

Vendo sociologicamente, era no TCC que a classe média media-se. Havia restrição para associados, mas isso não perturbava os frequentadores que, bem de acordo com os protocolos do tempo, pouco se importavam com os “não sócios”. Havia sim um certo respeito por tantos que lutavam para integrar o corpo de associados que, afinal, insistia em pertencer ao que se tinha como ideal ou padrão urbano para o Vale do Paraíba.

Para a minha juventude houve um momento de corte na vida do Clube e nossa. Foi na vigência dos Anos Dourados, do período democrático do governo de Juscelino Kubistchek, de 1956 a 1964. Pronto: está dada a chave explicativa de tudo. Como um verdadeiro laboratório social, os jovens também exercitavam participações na diretoria do TCC. Foi assim que entre 1963 e 1967, cheguei – entre outros colegas – a integrar a direção. Fui primeiro diretor cultural e depois diretor social. Diria sem medo de errar que foi a fase áurea de nossa geração. O vigor do yeyeyê, do rock, do twist competia com a bossa nova e, então, de Trini Lopez ao Fino da Bossa (com Elis Regina e Jair Rodrigues), de Elza Soares a Juca Chaves, muitos passaram por nossos palcos. E tinha o Baile das Debutantes, dos Casados, Azul e Branco. Dentre tantos convidados de fora, porém, a lembrança que mais me faz feliz foi ajudar o show de dois taubateanos que se lançavam para nossa eternidade, os irmãos Roberto Oliveira e Renato Teixeira. Sim, o *Samba em três tempos* marcou a passagem deles pelo TCC. E minha vida também.

Mas, os tempos mudaram. E muito. A começar pela política e isso fez com que nossa juventude inteira tivesse que aprender a viver debaixo de uma ditadura que, afinal, convocava-nos para outras vivências, bem menos divertidas. À medida que a censura, o cerceamento das liberdades, o exercício das escolhas e todos os desdobramentos dos anos de chumbo aconteciam, fomos perdendo a alegria, ficando mais sisudos, tristes. Corria no inventário das carências crescentes a vontade de participar em grupo, de atuar no conjunto de possibilidades dignas do ideal de uma geração. Fomos ficando mais quietos, mais sozinhos, mais atentos aos nossos planos individuais de sucesso profissional. E viramos a página.

Diria sem medo de errar que houve um marco na participação geracional daquele tempo, no TCC: a queda do *Gymnasium*. A forte ventania de 1982 derrubou o prédio. Caiu o nosso sonho que parece ter durado até a Abertura política. Derrubado o majestoso espaço de tantas alegrias passadas, ruiu também o sonho de uma geração que era feliz e não sabia. Desculpem-me, mas não tenho coragem de voltar ao TCC.

Imaginando hoje o Clube e minha geração, pergunto-me se o sonho acabou.

O masculino e o feminino para os “velhinhos de Taubaté”

9 DE ABRIL DE 2017

Luiz Fernando Verissimo é notável. Talvez, seja o nosso melhor cronista vivo, e, entre seus muitos personagens, um dos mais destacados é “a velhinha de Taubaté”. Ele próprio declarou que não sabe bem por que escolheu Taubaté como local de onde a protagonista, que ficou famosa, vertia suas ideias sempre retrógradas. Com certeza, a figura surgiu durante o governo do General Figueiredo e representava o último baluarte da defesa do conservadorismo. Aliás, em crônica de setembro de 2005, o próprio Verissimo que já havia matado a velhinha escreveu dizendo “prosseguem as investigações sobre a morte da ‘Velhinha de Taubaté’, que ficou conhecida nacionalmente por ser a última pessoa no Brasil que ainda acreditava no governo. O inquérito está sendo conduzido pela Polícia Federal e pelo Ministério Público, dada a repercussão do caso. Um promotor sai de cinco em cinco minutos da sala em que está sendo interrogado o gato da Velhinha, o Zé, para informar à imprensa o que se passa lá dentro, embora o gato tenha, até agora, dito muito pouco. ‘Miau’, basicamente”. Não sou vidente, mas, sobre isso tenho umas hipóteses que são até bem esquisitas.

Outra opinião que tenho remete a um dos aspectos mais interessantes da minha querida cidade adotada: os espaços urbanos e suas ocupações pelos gêneros, masculino e feminino!... Ah! Como Taubaté é distinta de todas as demais congêneres. É única, sem dúvidas. Um dos lances mais curiosos dessa trama remete ao uso dos espaços públicos e privados. Por lógico essa divisão é universal, existe em todos os quadrantes, mas o que nos distingue

é o fato das apropriações por gêneros. Que outra cidade no mundo teve, por exemplo, uma missa só para os homens? Sim, havia uma “sessão religiosa” exclusiva para senhores, às 9h00, invariavelmente aos domingos. E era concorrida, acreditem. Pensa que acabou aí? Nada! Na igreja havia espaços para congregações religiosas e quase que estamentalmente os grupos subdividiam-se. E como era solene: meu pai, por exemplo, ia de terno e gravata. Eu ainda o ouço cantando “levantai-vos, soldados de Cristo...”

Os domínios masculinos também dimensionavam-se na jornada ao Mercado Municipal. Explico: ir às compras era coisa de mulher, das esposas, mas os homens, os maridos, ficavam no centro conversando, trocando ideias, discutindo o futebol. Realizadas as tarefas, as mulheres dirigiam-se aos respectivos e juntos retornavam para seus lares, eles carregando as bolsas. Como morava em frente ao Mercado, gostava imenso de ver tais cenas, que, mesmo não sendo da maioria, era de parte representativa dessa divisão de papéis de gênero.

Mesmo os jovens exercitavam tais práticas. Às saídas do cinema, em particular nos sábados e domingos, havia um delicioso *footing*. Sim eu escrevi *footing*, como era conhecida a andança. Digo andança porque os homens, meninos ainda, ficavam parados nas calçadas e as moças andavam, indo e voltando. E era uma festa só. Testemunhei muitos namoros que engataram a partir desse ritual. Sinal da desavença, quando rompiam também os casais, segundo o gênero, assumiam seus lugares: homens em pé, parados; mulheres andando...

E por falar em ritual, havia também divisão significativa nas procissões. E nem pensem que “acompanhar procissão” era coisa de mulher. Nada. Os homens iam e muitos eram fervorosos os “congregados marianos” (adultos), e os “cruzados” (meninos). Havia uns préstitos mais concorridos que outros, e, nessa linha, nenhum ganhava da procissão de São Benedito. E tinha até sequência de cavaleiros. Tudo muito masculino, coisa de homem, de pai para filho e antes das mulheres vinham os homens, muitos vestidos com a opa beneditina. Na linha religiosa as famílias insistiam nos colégios exclusivos para moças e para rapazes.

As meninas iam ao Nossa Senhora do Bom Conselho; os meninos ao Colégio Diocesano. Diria que demorou para que as escolas públicas, mistas, ganhassem a preferência. Tardou muito também o fato de os educandários confessionais abrirem-se para os dois gêneros.

É claro que o futebol era coisa de homem. É verdade que mulher ia ao “Esporte”, mas sempre acompanhada. A praça da Catedral era o espaço dominante dos homens que em rodinhas acertavam-se e resolviam temas típicos do tempo. Havia também locais proibidos, as chamadas “casas de tolerância”, locais em que os homens ostentavam a masculinidade e as moças que trabalhavam lá eram justificadas como “mal necessário”. Mas não convém esquecer, na linha das contravenções, dos carteados. Sabia-se de salas escondidas, camufladas, onde a fumaça dos cigarros provava o ambiente masculino.

E adiantando os códigos diferenciadores, tínhamos então que calça comprida era coisa de macho. Demorou muito para as mulheres de Taubaté permitirem-se ser mais avançadas. O mesmo dizia-se de cigarros e até de dirigir. Bem, assim começamos a extrapolar os limites da minha cidade e percebem-se generalidades. De toda forma, acima de qualquer suspeita, porém, cabe evocar a velhinha e os velhinhos de Taubaté. Depois deste inventário, pergunto sem pudor: será que Veríssimo nunca esteve em Taubaté? Será?...

O velhinho e a bicicleta

13 DE MARÇO DE 2018

Antes de nada mais, convém alertar que não estou usando o termo “velhinho” de maneira pejorativa. Não. Refiro-me a mim mesmo desta forma exaltando, por exemplo, a beleza da referência às velhas guardas das escolas de samba, o valor garantido pelo ouro velho, ou mais que tudo a simbologia das velhas amizades. Na mesma linha, posso garantir que não visto a fantasia tão cara a quem quer converter o envelhecimento em “melhor idade”, como se envelhecer fosse uma delícia. Minha reflexão, aliás, decorre exatamente do aborrecimento determinado pela passagem do tempo. Há uns 15 anos não dirijo. Além de não gostar do manejo de máquinas em geral, prefiro ler, dormir, conversar empenhadamente, do que ficar nas ruas ou estradas com a direção na mão e concentrado nos possíveis perigos, sinais, avisos.

Aconteceu, porém de eu ganhar uma bolsa para escrever um ensaio em universidade norte-americana, precisamente em Stanford na Califórnia. Os campi universitários dos Estados Unidos, em termos de localização, obedecem a três possibilidades: ou são situados em cidades e integram-se à paisagem urbana, ou ficam na beira de estradas movimentadas que, afinal, facilitam o acesso, ou isolam-se em locais remotos, como fazendas longínquas com o fito mesmo de tornar os estudos o centro das atenções. Stanford está nesse último modelo. Sabedor disso por já ter morado aqui, tratei de refazer minha habilitação, pois queria ter liberdade de movimento. Por si só isso me foi uma aventura completa. Morador de Taubaté, com pouco tempo para resolver a questão, precisei refazer minha carta lá. Aprender as novas regras, submeter-me a exames gerais foi uma volta no tempo e um desafio

à minha capacidade de atualização. A tal “direção defensiva” simplesmente não existia e nem os alertas de primeiros socorros. Enfim, a despeito de mim mesmo, consegui tudo a tempo.

Estando na Califórnia, contudo, alojado no magnífico campus, achei que seria inútil alugar um automóvel. Para satisfação geral de todos, mesmo tendo habilitação para carros, optei por uma bicicleta e, se fosse o caso, pelas facilidades do Uber. As distâncias entre diferentes pontos no campus justificam de sobra a locomoção por pedaladas, e a existência de um posto para aluguel na própria universidade explica muito dessa prática. Foi assim que busquei informações mais detalhadas sobre como me tornar um ciclista. A primeira surpresa decorreu do custo, quase igual ao de automóvel. Depois, ainda mais espantosos, vinham os detalhes complementares com os devidos acréscimos: o obrigatório uso do capacete; com cesta única ou dupla; com faróis dianteiros e traseiros; com cadeado; com adesivos para iluminação noturna. Enfim, uma parafernália insuspeitada. Aconteceu de estar em meio a tantas escolhas quando um outro professor estrangeiro veio reportar ao dono que não achava a bicicleta. Sem saber onde tinha estacionado, contava ele que fazia três dias que procurava, sem sucesso por ela. Conhecendo minha clássica distração para situações como essa, fiquei gelado e, mesmo tendo gastado muito tempo fazendo as escolhas, desculpei-me com o atendente e pedi mais um dia para meditação.

De início fiz tudo a pé. O frio, o peso do material transportado e o cansaço, contudo, convenceram-me de que valia a pena correr o risco do pedal, e lá fui de volta à bicicletaria. Ao explicar meu temor para o gentil rapaz, soube de mais um apetrecho que poderia me salvar: uma chave que se comunica com a campainha e que acionada toca mostrando do lugar do veículo, no estacionamento.

Nos primeiros dias deu certo. Ocorreu, porém, de eu perder a chave e, claro, não saber onde havia deixado a tal bike. Resolvi esperar até o final do dia para ver se todos os vizinhos de estacionamento retirariam as suas. Não contava com as aulas da noite e foi em vão meu esforço. Com o avanço das horas, não me restou

outra coisa que falar com o pessoal da bicicletaria. A decepção veio com a porta fechada. Ir à polícia do campus foi bem embaraçoso, pois nessa altura da vida, revelar tal peripécia parecia-me algo humilhante. Atencioso, o policial experimentado solicitou que eu refizesse o caminho desde minha casa, e numa viatura, facilmente levou-me ao local onde estava a tranquila bicicleta. O que aprendi desta lição? Em primeiro lugar, que não posso mesmo confiar em minha memória; em segundo, que saber da chave não era suficiente para garantir o paradeiro da bicicleta, e por terceiro, que neste exato momento não sei onde está a bicicleta e novamente aflijo-me com a chave desaparecida.

Nesta data querida... muitos anos de vida

23 DE MARÇO DE 2018

Escrever é algo que nos aproxima do divino. Cria-se quando o branco da página ou da tela vai se fazendo em linhas, somando palavras, conectando frases. E nesse céu, cada qual tem seu universo de invencionices. Por irônico que pareça, cumpre-se nessa senda o desígnio da imagem e semelhança do criador. O bom texto tem que ser a cara do autor. O mundo assim vai ganhando contornos explicativos e a mágica da escrita amplia-se na aceitação dos leitores. A complexidade dessas condições na modernidade ganha atalhos ainda mais enigmáticos quando se leva em conta os avanços tecnológicos, tão importantes na produção dos textos como nos mecanismos que os divulgam. Seria vão tentar explicações mais profundas nos poucos espaços de uma crônica, mas...

Mas há algo tangível e que merece ser dito. Parto do princípio de que todo escrito é sempre autobiográfico. Por mais distantes ou longínquos que sejam os temas, as escolhas e abordagens, a forma e as palavras traduzem muito de nós. A crônica, sobremaneira, é um gênero revelador de nossos recônditos, perdendo apenas para as autobiografias. Derivativo do termo grego “*kronos*”, tempo, o termo guarda segredos da tradução de realidades que clamam por sínteses, registros de fatos corriqueiros, banais mesmo, mas gravados com ansiada beleza. Nossa literatura é pródiga em número de bons cronistas, e listá-los é como rezar uma ladainha que inclui Carlos Drummond de Andrade, Rubem Braga, Fernando Sabino entre tantos senhores respeitáveis.

Há algo mais a ser dito no retraço da relevância da crônica: ela vicia. Num voo muito rápido pela minha produção, devo ter

registro de mais de 500 peças. Por lógico, não o faço por obrigação ou dever. Não. Minhas linhas semanais comportam-se como dimensão do que sou e assim vou “escrevendo a vida”. E procuro sempre oferecer o melhor. Por vezes, repetem-se situações esdrúxulas, dificuldades tecidas ao acaso e convites constantes aos impedimentos. De uma ou de outra forma tenho superado tais entraves. Na já longa sequência de circunstâncias, hoje dá-se uma inédita: escrever no dia de meu aniversário. E que aniversário: 75 anos! Já comentei em outras oportunidades a relevância histórica do dia 15 de março – data considerada por Shakespeare como “o dia mais triste da história” pelo assassinato, em 44 a.C., de Júlio César pelo próprio filho adotado, Marco Brutus. O episódio conhecido como “idos de março” não me foge quando pontuo o questionamento da minha existência em face da alegria de viver.

Por certo, cumpri tarefas intelectuais em outros dias 15 de março, mas não me lembro de escrever uma crônica sintonizada com a celebração. E fazer 75 anos equivale a uma saudação à minha própria vida. Não sei ainda quanto tempo me resta, mas posso dizer do alto da experiência que me sinto bem comigo mesmo, em coerência com o “parabéns pra você”. O que vier é lucro, diria, mas também garanto que o futuro há de me levar a ter mais compaixão comigo mesmo. Quero reinventar a delicadeza das relações que vejo tão deterioradas. Preciso depurar a visão do lado clemente dos gestos pessoais e alheios, pois, sinceramente, cansei de ser cáustico. Sartre dizia “dos meus dias, quero só os excessos” e os que pretendo são de finezas. E tenho que exercitar o graças aos deuses pela vida boa que tive. Nunca passei fome ou frio, tive oportunidades de trabalho e amigos aliados em todas as horas. Se houvesse que distinguir uma generosidade em minha trajetória, renderia tributo aos meus pais. Imigrantes miseráveis, chegaram sem nada e, em obediência ao arco desenhado pela história do Brasil, em uma geração conseguiram posicionar-se.

Aprendo muito respeitando o desenho da vida familiar. É por isso que rendo tributos ao fato de aceitar as diferenças, não me portar de maneira preconceituosa, admitir liberalidades progressistas e cultivar a coerência. Há algo que venho apurando com

muito zelo: não falar mal dos outros. Mesmo reconhecendo imperfeições, acho que se não puder bem dizer, é melhor ficar calado. E não vejam nisso retraços de velhice ou conformidade ingênua. Não quero perder a crítica, mas não faço mais questão de ganhar discussões. Uma das palavras que quero riscar de meus dias futuros é tolerância. A perversidade do tolerar coloca-nos no epicentro de um mundo que tem que ser aceito por negociações de valores. O verbo do futuro dos meus dias é aceitar. Aceitar com filtros e com os rendimentos de juízos que me fazem mais e melhor observador do mundo. Não preciso mais explicar. Quero compreender...

A canção mecanicamente apropriada para o dia de hoje sugere “parabéns”. Eu os aceito vindos de mim, mas tenho restrições em vista do complemento “muitos anos de vida”. Quero sim continuar vivendo neste plano, mas só o suficiente e com o melhor que a vida pode me dar: paz.

Carlinhos e o Bar do Bigode

3 DE MAIO DE 2018

Dia desses, um amigo de juventude, o Carlinhos, melancólico, reclamava numa lista de WhatsApp que, vindo da capital, tendo ido a um barzinho muito frequentado na cidade natal, voltou para a casa dos familiares sem um sorriso satisfeito, sem emoções remoadas e apertado pela lacônica saudade do que não reviveu. Foi uma notinha solta que ele postou, e que, aliás, não mereceu comentário algum. Eu anotei e no meu recôndito guardei para pensar. E foi assim que o inventei, na cidade por uns dias, buscando logo um espaço que a melhor ilusão recriara, um boteco conhecido como Bar do Barril do Zé Bigode, reduto de afetos trançados anos a fio por uma turma que insiste em ainda ser. Não encontrou ninguém da velha guarda e, por certo desapontado, apressou seus passos para a casa de familiares, contando alguns vazios: desencontros amistosos, tempo desemedado, lapso das piadas picantes e das novidades presumidas, dos exageros libidinosos segredados, das indiscrições íntimas de tantos.

Em minha meditação sobre o caso do amigo revisitor, imaginei que seria uma sexta-feira, um fim de tarde preguiçoso, hora de encontros como nos tempos d'antanho onde as vozes podiam sofrer modulações exageradas, sonar palavrões cabíveis, e até gestos inocentemente obscenos. No devaneio de minha constatação, também, por certo medi o caminho gorado do colega e supus que tenha apressado o passo para o aconchego da casa parental que, contudo, seria o avesso perfeito da farra doce dos que perderam há tempo seus 20, 30, 40 anos de convívio. No esforço de memória, comigo mesmo, pensando no camarada entristecido, cheguei a ouvir *Conversa de botequim*, do insuperável Noel

Rosa e até ressoou em meus ouvidos algumas notas da gravação do MPB4: “ô seu garçom faz o favor de me trazer depressa, uma boa média que não seja requentada...” Bastou isso para remontar a vivacidade dos festejos ordinários de encontros marcados pelos relógios de um passado que não merecia virar silente lembrança.

Pensando no amigo, viajei, fui longe como numa sequência de goles de cerveja gelada em dia de calor febril e energia extravagante. E deixei-me embeber da saudade de um tempo em que se jogava conversa fora, comentava-se a gostosura das meninas, os carros novos dos ricos, as manobras dos vereadores, as notas baixas na escola, os primeiros cigarros e a ousadia da ida à zona. E então o debate sobre o futebol era o limite da contenção. Falar alto não era desequilíbrio, pelo contrário, era entusiasmo apenas contido pela proximidade de uma briga apartada pelos “deixa disto”... E como eram complexas as discussões sobre os jogos, pois ainda que houvesse prevalência de três ou quatro times alternados, presidia o clima de vingança adotado por torcidas que vingavam derrotas passadas.

Pois é!... Fiquei pensando no meu amigo que “perdeu a viagem”. Será que ele voltou para casa e exercitou a solidão dos que não conseguem mais ser o que foram? Ligou a televisão e empenhou-se na Netflix em alguns episódios de séries como *Narcos*, *Perdidos no Espaço*, ou, o que é pior, *Orange is New Black*, que se arrasta desde 2013? Meu inquieto demônio inquisidor me cutucava com a maldita pergunta: o que mudou? Seria o preço dos produtos, a insegurança? Onde teria ido parar o grupo de amigos tão fiéis? Sim tudo está tão caro, os custos são proibitivos e o medo de assaltos, roubos, estacionamento, tudo dificultando tanto a soltura das nossas pressões temerosas, a cada dia mais internadas em nossas solidões. E como era bom sentar naquelas cadeiras de botequim. Todo mundo ia para se divertir, bater papo, ter conversa livre, dar risada. Hoje? Os botequins estão vazios, ou pelo menos cada vez menos frequentados. Tudo virou muito protocolar e as conversas são sempre sobre certezas, pontos de vista firmados, definidos. Não se discute, briga-se e o partidário não mais é para ser debatido e sim imposto. E não há como deixar de

relacionar o esfriamento dos contatos de botequim com a intensificação das redes sociais. E todos querem resolver as crises políticas, falar de corrupção, evidenciar os mesmos ministros malditos.

Carlinhos, acho que tudo está ficando muito chato, e o civismo de botequim não satisfaz mais nada nem ninguém. Todo mundo anda mal-humorado, ranzinza mesmo, e a guerra entre coxinhas e mortadelas convida à reclusão. Dói-me muito mesmo ter que dizer que sinto saudade dos resultados futebolísticos sempre contestados sobre este ou aquele jogo, sobre a moral da mãe do juiz ladrão, sobre detalhes da vida privada dos jogadores. E assim concluo que não é o preço da cerveja, a insegurança para chegar até o bar e nem a dificuldade de estacionamento. Está chato viver, perdemos a alegria do contato direto, envelhecemos nossas crenças... Sabe, Carlinhos, acho fizeram o Bigode do Bar do Zé Bigode...

Carta a um jovem viúvo

4 DE AGOSTO DE 2018

Meu caro amigo Edmauro. Não estranhe o título desta carta, escrita com o zelo de quem quer ser solidário. Não somos mais os moços que fomos, mas seremos sempre jovens na viuvez. Restam poucos casais que atravessam décadas unidos. Somos assim afortunados e até podemos reivindicar que Augustin Lara, quando escreveu *Solamente una vez*, estava se inspirando em exemplos como os nossos: “*Solamente una vez / ame en la vida / solamente una vez / y nada mas / Una vez, nada mas / en mi huerto brillo la esperanza / la esperanza que alumbra el caminho / de mi soledad.*” E não bastasse completou: “*Una vez, nada mas / se entrega el alma / con la dulce y total / renunciación / y cuando ese milagro realiza / el prodigio de amarse / hay campanas de fiesta que cantan / em el corazón*”.

É isto mesmo meu amigo. Tenha claro que a cena que serve de fundo para tanta tristeza é a garantia de que fomos bem-aventurados em nossos enlaces (e que bonita esta palavra, não?). É exatamente por isto que dói tanto. Arde pelo companheirismo, pelos momentos afinados, pelo acerto nos desatinos. O vazio assombra... Gosto muito de uma série de sermões do padre Vieira, intitulados “do Mandato”, onde ele cuidadosamente explica que a imensidão do sofrimento de Cristo não se deu pela morte na cruz, mas sim pela ausência, por três dias de separação, quando no Santo Sepulcro, sentiu a agonia da ausência e distância. É assim, e se alguma beleza há nas tristezas, a mais sutil delas é, em primeiro lugar, a compreensão do vazio.

Meu caro amigo, repito sempre que a palavra mais importante do dicionário é aceitação. Como verbo, no entanto, é difícil

conjugar na primeira pessoa: eu aceito. Nossa!... Mas o exercício é redentor. Depois de anuências, só depois disso, começamos a pensar em novos céus. E é vital acreditar que há sobrevida e que temos que fazer projetos. Fazer projetos, meu caro Edmauro... Projetos de continuidade. A vida não é e nem será mais a mesma coisa, garanto. A dureza do enfrentamento dos detalhes solapa chãos. O quadro, o perfume, a panela, o travesseiro vazio, o jeito de dobrar a roupa, as referências, os filmes... Tudo, meu caro, tudo precisa virar saudade. Nem adianta cobrar nada do destino. É exatamente por isto que o luto é importante. Tão significativo que não se resume no tom preto que, metaforicamente sinaliza a inexistência de cor alguma. É, aliás, muito mais do que isto, é ir até o fundo do subsolo e começar o retorno. E sair soberano e até agradecido de ter vivenciado o que nos foi dado experimentar.

E há os filhos, os netos, os parentes. Há os amigos (tantos e bons). E ainda há os que virão. A viuvez será eternamente jovem, mas nós podemos amanhecer em viagens, leituras, atenções variadas, novos projetos. Há os que reinventam outros amores, mas isto não é urgente e nem imperioso. Eu preferi continuar só e estou bem. A premência do imediato implica silêncio e intimidade pessoal. Edmauro, escrever faz bem. Foi assim que seu pai fez poemas e, na proximidade do Dia dos Pais eis o recado dado por ele: “e quem amou e teve o lar desfeito / eternamente o terá no peito/ a dor suave triste de uma saudade”.

Meu melhor abraço é seu.

Ode ao passado: tributo à família Guisard

12 DE DEZEMBRO DE 2018

É difícil medir o sentido histórico de uma geração. Mais árduo ainda quando a geração aludida é a nossa. O tempo corre e corrói certezas, e ante o presente, tudo parece fluido, líquido, fugaz. E assim muitos se perdem sem maiores preocupações sobre nossas origens cidadãs. O filósofo espanhol Miguel de Unamuno tem uma frase que arde nessa elaboração “somos mais pais de nosso futuro do que filhos de nosso passado”. Verdade. Mal damos atenção ao pretérito e o vindouro, este sim afronta-se-nos como desafio responsável e urgente. Mas como operar o presente, como preparar o porvir sem pelo menos alguns fios do passado tecido? Ah, como a História é requintada! Exigente, dá trabalho, requer tempo e pesquisas. Tantas vezes, frente à faina exaustiva, torna-se bem mais fácil sentirmo-nos bastardos de trajetórias. E nos deleitamos em esquecimentos, no máximo reinventando tradições cômodas, ainda que carentes de fundamento. Saber trajetórias nos custaria muito e em seu encaicho tornar-nos-íamos reféns de nexos trabalhosos.

A História, como ensinou Oscar Wilde, faz-nos “arremedadores de Deus”, mas de um Deus falível, limitado porque tosco, e providente de um tempo apenas vazado do filtro da possibilidade tangível. Milton Nascimento já disse “nada será como antes” e assim, supomos o ocorrido e, no máximo, idealizamos alguma memória, sempre romantizada, mas que, por mais épica que seja, será falsificação do real irreproduzível. Volta e meia, porém, somos atacados por indagações que clamam respostas. E nem sempre nos é dado o benefício do “não sei”.

O exame do passado às vezes avulta e nos assalta como alma penada. Insistente, sutil, a curiosidade escolhe alguns de nós e os faz suas vítimas: *você há de me explicar*. Na altura do nosso tempo, é inegável que se tenha formado uma confraria de técnicos, especialistas, profissionais do exame do ocorrido. Por certo, isto provocou uma casta de autores afinados em análises que combinam pesquisa documental com artefatos teóricos exigentes. E a História então fez-se, desde o século XIX, disciplina acadêmica. Ilustre disciplina, diga-se. Assim, técnicos especialistas tornaram-se artífices da matéria. Numa escala de reputação, caberia a eles produzir o conhecimento apurado sobre caminhos e caminhar do tempo ido. Isto é louvável, claro. Mas há uma questão que incendeia o direito de perguntar “de quem é minha história?”. Isso tem feito com que ao longo dos séculos alguns indivíduos ecoassem a mesma demanda e apresentassem a própria réplica.

Pensando a historiografia do Vale do Paraíba Paulista, em primeiro lugar cabe reclamar da atenção dada pelos profissionais da História acadêmica. Ainda que tenhamos um dos cursos de História mais antigos do interior brasileiro, quase nada tem sido atestado de competência. Aliás, dói admitir que o pouco existente deriva de pesquisadores “de fora”. Miserável, seria um adjetivo pertinente aos nossos estudos universitários. E lócus como Taubaté, por exemplo, com tão exuberante passado de implicação nacional, é mais escondido do que mostrado. Contraste vivo, porém, os historiadores locais, não profissionais, dão prova do significado da memória. Incontestável esta verificação. São os cronistas locais que atacam o esquecimento alienante dos estudos sobre como nos tornamos. E, felizmente, são muito bons. É verdade que houve esforços e nessa linha e o nome de Maria Morgado de Abreu não pode ser deslembado.

O que nos redime – e com fulgor – é a existência de intelectuais da terra que permitem brotar lembranças capazes de permitir identidade. Paulo de Campos Azevedo, Emílio Amadei Bherings, Felix Guisard Filho, Geraldo de Oliveira, Paulo Florençano, Levy e Roberto Breterick, José Pedro Saturnino, Maria Cecília Guisard Audrá, Oswaldo Barbosa Guisard, Judite Mazella Moura, Cesídio

Ambrogi, Gentil de Camargo, Pericles Noguera Santos, José Bernardo Ortiz Monteiro, Melo Jr., entre outros, constelaram um céu que seria muito mais apagado sem eles. Há uma nova geração que se coloca com luz no vasto escuro acadêmico. Com graça e picardia, cronistas, como José Diniz e Bety Oliveira Costa, desenharam o passado recente. Em termos gerais e mais remotos, os irmãos Rubim, principalmente Pedro, fazem trabalho honroso, usando inclusive recursos eletrônicos autorizados. E pode-se dizer que a matriz desse proceder deriva de Gilberto Martins.

O sol da manhã é o título do livro de estreia de José Eugênio Guisard Ferraz e a boa produção gráfica traduz um esforço retratado na busca das origens da família Guisard. Dividido em três partes, o livro produzido pela Editora das Letras, além da introdução, conclusão, bibliografia e anexos, está distribuído em três partes, referentes 1) à origem francesa do clã; 2) à chegada e o percurso no Brasil, incluindo passagens pelo Rio de Janeiro e Minas Gerais e 3) finalmente, a fixação em Taubaté.

O percurso cronológico, marca a evolução parental e seus liames com o progresso do Brasil enquanto estado nacional. O acompanhamento das transformações modernizadoras do país, desde os Tempos Imperiais e durante a República, revela o projeto familiar modernizador carregado pela família Guisard. Por lógico, o impacto desse plano é subjacente ao desenvolvimento do Brasil como um todo. Muito além dos fatos constituídos para homenagear a família, detalhes pitorescos coexistem com a perspicácia de uma proposta elaborada em conexões poucas vezes explicadas nos contrastes coloniais. É nesse contexto que o concatenamento das investidas logra sentido. O claro/escuro permitido pelos Guisard permite ver o que de mais moderno existiu na superação do estatuto colonial. É sob essa ótica que a indústria desponta como alternativa ao mundo de fazendas, em particular do café. E a cidade de Taubaté apresenta-se como cenário de uma experiência nacional. Onde os cafezais foram atestado de abundância, a indústria – no caso a “CTI” [Companhia Taubaté Industrial] mostra-se solução pioneira.

Por certo, há muito que comentar num livro tão rico em sugestões, o que não pode passar batido, contudo, é a luta de uma

família que se fez *fait divers* num ambiente tradicional. Chama atenção, sobremaneira, os pactos familiares singularizados, por exemplo, nos casamentos parentais e na manutenção dos nomes, repetidos por gerações. De igual monta, a luta pela integração social transparece nas sutis formas de vivência social e práticas religiosas tidas como esdrúxulas ao meio conservador. A leitura dos textos assinados por José Eugênio Guisard Ferraz fermenta sugestões progressivas. Um dos méritos desta viagem ao passado – intercalada com imagens e fotos ilustrativas – é a abertura para se pensar em novos modelos de produção historiográficos, em particular movimentados pelos papeis das famílias que marcam a identidade da urbe taubateana. Nem vale esperar que a universidade cumpra seu papel. Assim, com emoção incontida, com apreço de uma amizade refeita no respeito a uma pesquisa cuidadosa e afetiva, deixo aberto o convite para que todos possam abraçar o representante de uma família vital para a história da região.

Um belo dia taubateano em Paris

19 DE SETEMBRO DE 2019

PARA LUÍS ISSA, PELOS RESGATES

Certa feita, corria o mês de julho de 2016, aconteceu uma remarcação de passagens motivada por problemas da companhia aérea e, no meio da surpresa, sobrou-me um dia livre em Paris. O que fazer restou ser um doce dilema. Passada a temporada de trabalho com intervalos suficientes para museus, restaurantes, teatros, aquele presente do acaso merecia cuidado especialíssimo: mas como bem aproveitar? Por lógico, não cabia pensar em compras ou cinema (imagine), nem passeio pelas cercanias sempre tão convidativas como a Giverny de Monet, o Castelo de Chantilly, a adorável Catedral de Chartres, ou o Palácio de Fontainebleau ou Versailles.

Absolutamente perdido entre mil alternativas lembrei-me de tantos que decantaram a Cidade Luz e declinei lembranças literárias que me fizeram viajar por Victor Hugo, sugerindo a vivacidade perigosa de *Os miseráveis*; pensei em percorrer as ruas descritas por Nerval indicando o terror dos becos; supus o Marquês de Sade preso na Bastilha. E, um depois do outro, fui me lembrado de Apollinaire, Rimbaud, Zola. Foi assim que de repente me senti como no filme *Meia noite em Paris* e, via Woody Allen, convidei-me às aventuras experimentadas por Madame de Stäel junto com toda a Geração Perdida: Hemingway, Fitzgerald, Ezra Pound, James Joyce. E então me era dado confirmar se “Paris é uma festa” por mais um dia inesperado. Tomei tento para me deixar ao léu, sem destino e descuidado da eloquência do relógio. Foi como – outra vez pela literatura – melhor pude entender Baudelaire no significado do verbo “flanar”. E não há como deixar

de ligar Baudelaire a Walter Benjamin, ambos aquilatando a alegria de se soltar livre por Paris. Ponto, estava decidido, iria ser *flaneur* e nos limites conjugar o tal verbo que significa, antes de mais nada, absorver a atmosfera da cidade.

Decidido que andaria, restava caminhar, caminhar e andar ainda mais... E eis que de repente Taubaté veio-me à cabeça. Estava na *Place d'Étoile*... Ah, que sensação! Com a certeza da força do instinto, não mais que num zap, lá estava eu naquele entroncamento fervilhante, em frente ao Arco do Triunfo. Senti-me, juro, como dentro da melhor estrela urbana. Outra vez sem pensar, flana pela *Avenue Foch* com uma sensação tão estimulante como se isso me fosse familiar. Caminhei bastante, passei pelas lojas de marcas famosas, tomei sorvete na inigualável Bertillon (badalada como a melhor sorveteria da cidade), e por fim resolvi sentar-me à sombra e tentar alguma relação entre a *Place d'Étoile* dos franceses e a nossa Praça da Estrela, de Taubaté.

Difícil aproximação. Buscando conexões restou o traçado, posto que a atmosfera era, fatalmente, outra. A ideia de progresso incutida nas duas praças, contudo, mostrou-se denominador comum, mas qual seria a relação fatal que projetava uma na outra? A história diria, e fui a ela. A *Place d'Étoile* parisiense é de 1777 e despontou como resposta da vibração local que pretendida superar o passado modesto e problemático, antigo reduto boêmio e de prostituição; o nosso surgiu do nada, pois foi obra de um visionário, Felix Guisard, que tendo morado em Paris resolveu reeditar um pedaço daquele desenho urbano, em 1894. Que sonho lindo!

Ainda que não dê para comparar escalas, é notório que a modernização da nossa então modesta urbe estava na cabeça brilhante de um dos pioneiros da indústria têxtil brasileira. É exatamente esta a chave que promove a beleza do fato urbanístico. Cabe contextualizar a intervenção que ganha condição estelar real na medida em que a ousadia impunha-se como aventura. Taubaté, como cidade, era até o começo do século XIX um local sem expressão. Por mais que os românticos tentem ver dinâmica, éramos apenas um centro burocrático, pequeno, inscrito no roteiro das cidades do café. Interessava aos fazendeiros a ligação direta

entre suas unidades produtivas e os portos, condição que fazia das tropas e dos tropeiros agentes de trânsito. Monteiro Lobato, muito mais tarde, inventou o termo “cidades mortas”, mas, na realidade, nossos rincões, até recentemente, nunca tiveram pujança ou função. A proposta vibrante de Felix Guisard e de seus sócios, ao implantar a fábrica de tecidos, correspondeu à superação da linhagem colonial.

Como me foi revelador pensar nisso tudo estando em Paris. Entendi melhor o velho Guisard, pois supor Paris em Taubaté era muito mais do que imitar, equivalia à indicação de uma radical virada de página na nossa história. Despir a roupagem de um passado escravocrata, restrito às tradições agrícolas decadentes, e no lugar propor nova aventura econômica era um desafio marcante. E não era apenas o traçado da Praça que impunha isto. Não, não mesmo. Junto vieram as vilas operárias, o trabalho feminino, a parafernália das máquinas, organizações de trabalhadores. Enfim, a modernização.

Sabe que mais pensei naquele então? Lembrei-me – por irônico que pareça – da ausência de memória de nossos concidadãos. Pois é, passamos pela nossa Praça da Estrela e nem notamos o tempo das utopias que nos permitiram ser o que somos. Sou grato a José Eugênio Guisard Ferraz por ter escrito um livro sobre sua família em Taubaté. O “Sol da manhã” ilumina uma página da história que merece ser visitada. Tomara que nossa estrela brilhe e que não percamos o direito de ver uma Praça na outra, e nas duas a beleza de dar matéria aos sonhos.

Cinquenta tons de amizade

3 DE FEVEREIRO DE 2020

Sempre me encantei com o sentido da amizade em nossas vidas. Pensando nisto, com curiosidade aguçada retomei o estudo da barcelonesa Natàlia Cantó, pesquisadora do comportamento com ênfase em cuidados afeitos às emoções no mundo contemporâneo, em particular nas sociedades industriais. Instruída por estudos sobre relacionamentos, diz a socióloga que “depois dos 30 anos torna-se muito mais difícil fazer amigos”. O fundamento desta condição remete aos compromentimentos que assumimos com a maturidade: casamentos, filhos, trabalho. Sob esta perspectiva, o tempo disponível torna-se fator fundamental para a limitação do convívio e trocas que, segundo Cantó, “fica reservado ao cumprimento de deveres e tarefas da vida ordinária”. Atribuindo, portanto, às circunstâncias inerentes aos papéis sociais que temos que gerenciar, as soluções de doação de si, considera que estas ficam sujeitas a alguns fatores que antes da maturidade seriam mais soltos, menos dependentes de “necessidades práticas”.

A relação do tempo com a amizade é pendência antiga, com raízes na antiguidade clássica. Aristóteles foi pioneiro ao vincular fases da vida com este sentimento por ele definido como “a forma mais satisfatória de convivência”. Garantindo substância instintiva, Aristóteles elevou a amizade a uma sofisticação que a qualifica “acima de qualquer outra manifestação”. Fundamentando o elogio ao convívio afável e civilizado, diz Aristóteles que “como animais sociais” que somos, torna-se inerente à condição humana desenvolver sentimentos de reciprocidade afetiva formulados por meio de pactos não necessariamente explícitos. No livro *Ética de*

Nicômaco são delineadas três fases desse relacionamento incondicional. Na infância dá-se a busca natural de convívio que se realiza espontaneamente na vizinhança, escola, clubes. Numa segunda etapa, mais seletiva, na adolescência, o filtro é triado por escolhas afins, pela gostosura do convívio e, finalmente, na maturidade, pela consciência, respeito, conferência de mutualidades.

De modo geral, as correntes filosóficas dedicam menções ao tema “amizade”, mas ninguém superou Voltaire ao dizer que “todas as grandezas do mundo não valem um bom amigo”. Por certo, há detratores e, entre esses, nenhum é mais negativo que Freud ao conceber a amizade como “amor inibido” e, portanto, “um sentimento menor”. Britânico, o filósofo Winnicott rebate implicando o conceito de “reconhecimento da alteridade” e, portanto, “potencializador das melhores virtudes humanas”.

Tendo o plantel de definições e juízos filosóficos abalizados, joguei minha sonda pessoal no sentido analítico da amizade em minha própria experiência. Depois de garantir que sim, de reconhecer que posso me dizer alguém que tem amigos, declinei alguns temas desafiadores: mas amigos não se hierarquizam? Pensando a questão de outra forma formulei: todos os amigos ocupam o mesmo nível de consideração? Pronto, bastou isto para me sentir na selva de escolhas qualificativas. Logo me veio à mente a lindíssima canção composta por Renato Teixeira e Dominginhos, *Amizade sincera* (amizade sincera é um santo remédio / É um abrigo seguro / É natural da amizade / O abraço, o aperto de mão, o sorriso...). E foi exatamente este o ponto de partida para emprestar o mote desta reflexão: cinquenta tons de amizade. E então, no espelho de minha perplexidade, perguntei-me: existe amizade que não seja sincera? Bastou isto para desabrochar outra série de variações: há “melhor amigo”, “amigo virtual”, “primeiro amigo”, “amizade colorida”, enfim...

Foi isso que ampliou o quilate do livro da inglesa Erika Leonard James *Cinquenta tons de cinza*. Mesmo sem ter lido o livro ou visto os filmes permiti-me pensar na meia centena de possibilidades de enquadramento de amigos. Exigi-me certo rigor, porém. Não fui tão impulsivo e cheguei ao ponto de estabelecer critérios para julgamentos.

Reconheci que a base de tudo é o afeto, admiti que amizade decorre de um ato voluntário e recíproco, e que é possível ter amigos acima de diferenças de gênero (tenho muitas amigas), de credo, raças e até de ideologia (aliás...).

Elogiar a amizade, contudo, pareceu-me saudável nesta altura da vida, pois inscrito no conceito de terceira idade, permito-me repetir com Aristóteles que “sem amigos ninguém escolheria viver, mesmo que tivesse todos os outros bens”. Verdade, tenho ombros amigos quando preciso chorar. E olhe que tenho chorado muito. E mais: consigo agora, ao mesmo tempo, ter amigos como na infância, na adolescência e na maturidade. Tudo ao mesmo tempo, ainda que em tons diferentes.

Uma lágrima para a Casa Abrahão

28 DE JUNHO DE 2020

PARA MANUELA, GABRIEL E ANNA

Difícil dizer alguma coisa sobre a loja de meus pais, a Casa Abrahão. Sei pouco da origem familiar do lado paterno; na surdina, fala-se que meu avô havia morrido de fome no Líbano durante a Primeira Guerra Mundial. Há alguma documentação referente ao local de origem do ramo Bom Meihy, Djbeil, na lindíssima costa mediterrânea. Órfão, restava a meu pai um tio, Habib, boêmio conhecido na Lapa carioca. Aos 13 anos, sozinho, Abrahão foi trazido para o Brasil. O Rio de Janeiro foi cenário adequado para o “turquinho” que logo ficou conhecido pela bela estampa e prosa sempre decantada...

O lado materno era mais conhecido, pois compunha a leva de libaneses vindos do Vale do Bekaa, depois de 1880, motivados pela visita do Imperador, Dom Pedro II. É segura a afirmativa de que, sendo cristãos, iriam dar início ao comércio religioso em Aparecida do Norte, SP. Juntamente com outros ramos oriundos da mesma área: Abdalla, Samaha, Chad. Em conjunto, esses “turcos” deram vida a um rosário de barraquinhas que mais tarde foram adaptadas à dinâmica da proposta e viraram lojas, depois hotéis, restaurantes.

Papai era filho único, contraste absoluto com minha mãe que tinha mais 17 irmãos. Não bastasse, meus avós ainda cuidaram de mais 4 netos. Complicado imaginar como em uma casa, sobrado com três quartos e dois banheiros, conviviam 24 pessoas. O deslocamento de Aparecida para Guaratinguetá, logo ao lado, foi resultado da necessidade de variação dos negócios, aproveitando o momento em que os armazéns de secos e molhados

apresentavam-se como alternativa promissora. Decisão de meu avô Felipe: seria conveniente espalhar os filhos por diferentes localidades do Vale, e assim temos Sebe por algumas praças vizinhas, sempre com lojas.

Reza a lenda que meus pais viram-se apenas uma vez antes do casamento. Arranjo comum entre os árabes, minha mãe, filha do meio, deveria se casar, mas havia de se cumprir um preceito respeitado: a ordem por idade. A julgar por ditado que minha avó Sarah repetia – *primeiro case, depois ame* – este mantra teve fundamento. Sou testemunha de uma dedicação amorosa incontestável: nunca vi e sequer suponho, alguém amar mais o cônjuge do que minha mãe. Meu pai, sempre dedicado à família, era muito (mas muito mesmo) cobiçado pelas freguesas que o conheciam como “turco dos olhos verdes” – soube de uma que “tomou veneno” por causa dele.

Delego obediência à tradição o fato de minha mãe levar *dote* no ato do casório. E, imaginem, era uma bolsa com contornos em ouro. Soube depois que tal lastro foi vendido para o proeminente médico Dr. Cembranelli, que presenteara sua esposa. Com o produto, em 1931, surgiu a primeira loja, no Largo do Mercado, na esquina da rua Dr. Silva Barros. Sem qualquer arrogância devo dizer que esperteza e determinação para o trabalho foram sempre os eixos familiares dos Sebe Bom Meihy. Em 1932, com o dinheiro advindo do dote, meu pai abasteceu sua loja, deixando de ser mascate em Bananal, virando dono de loja. E veio 1932... A Revolução Paulista surpreendeu os comerciantes sem mercadorias, mas a Casa Abrahão...

A família haveria de crescer e isto se deu depois de algumas tentativas frustradas, após a morte do primogênito em 1935; em 1939 nascia minha irmã Mirna. Dimensionando a expectativa de um homem, eu vim em 1943, e meu irmão Marcelo em 1945. Outro momento marcante nesta saga deu-se na retomada da economia depois do fim da Segunda Guerra; foi quando, em 1948, meu tio Nicolau, irmão mais velho de minha mãe, e que também tinha também loja no Largo do Mercado, resolveu abrir uma fábrica de tecidos no bairro da Estiva. Pronto: a Casa Abrahão mudava para

seu segundo endereço, agora em frente ao Mercado, num sobrado novo que, em meus sonhos, era um castelo. E o sucesso continuava pelas mãos laboriosas da família. Trabalho, trabalho, trabalho...

No novo endereço, meu pai optou por mudar a vocação do estoque, que até então destinava-se a roceiros. Aliás, devo dizer que meu pai sempre acreditou no progresso do Vale, e apostou no surgimento de uma classe média local dinâmica. Deu certo. Incrível, em 1950 ele adivinhou que Taubaté se vincularia a Ubatuba e imaginou lá um hotel moderno. Precisaria de muito espaço para contar a façanha que foi construir o São Charbel, sob aquelas condições. Hercúleo...

“Adão não se vestia, porque a Casa Abraão não existia” cantava o palhaço Pimentinha aos sábados à porta da loja sempre muito frequentada. Aconteceu que em 1975, papai aproveitou-se da herança dos Sebe e partiu para a construção da sede dos negócios na Praça Dom Epaminondas. E fez-se a terceira Casa Abraão. Os negócios de meu pai diversificaram-se, e com eles afastava-se o passado de pobreza. Papai sempre gostou de carro, mas nunca aprendeu a dirigir; sempre gostou de esportes, mas nunca praticou algum; sempre gostou de dançar, mas nunca levava minha mãe a bailes. Viva cantarolando, adorava Nelson Gonçalves e Dalva de Oliveira... Ninguém gostava mais da vida do que ele! As risadas de meu pai eram contagiantes; contava causos hilários, e como poucos amou o Esporte Clube Taubaté. Com tantas conquistas os olhos de papai irradiavam luz ao ver a tabuleta da Casa Abraão... Quantas vezes eu o surpreendi na calçada olhando a placa: Casa Abraão...

O tempo passou, meus pais morreram, meu irmão também. Mirna vive momento difícil, e eu tenho que cumprir o destino. São poucas as costureiras, a roupa feita teve sucesso decisivo, os *shoppings* estão aí, e meus filhos têm outras prioridades. E a pandemia selou o destino. O que resta? Estão aí as lembranças, a memória apreendida na canção do amigo Renato Teixeira *O turco do mercado* que, aliás, serve de trilha sonora ao trajeto de um sonho...

Corre uma lágrima de adeus. Adeus Casa Abraão... Adeus... O sonho foi bem sonhado, diria Drummond...

Um galo em Copacabana: Garcia Marques, João Cabral e Renato Teixeira

5 DE JULHO DE 2020

Logo no começo do confinamento imposto pela Covid-19, sem esperar, recebi via WhatsApp uma mensagem do Roberto dizendo que o irmão, o Renatinho Teixeira, havia lhe passado uma nota pândega, revelando supostos barulhos na madrugada. Fiquei atento, entre curioso e amedrontado. Despertado na noite seguinte, cedíssimo, saí para ouvir a agonia da escuridão. Escutei. Foi o que bastou para retrucar a mensagem. Iluminei a telinha com a notícia “tem um galo em Copacabana, Renato”. Sim, acreditem, um galo entoando forte seu chamamento da luz. Gravei. Gravei, precisei gravar, pois era tamanha a inconformidade que não seria crível sem prova. O corococó me aturdiu de maneira tal que foi capaz de despertar a mais adormecida nostalgia, contraste perfeito de minha inflexível civilidade. E arderam em mim os anos cariocados.

Continuamos por alguns dias trocando notícias que nos levaram ao território tão nosso, o surrealismo. Foi um pulo chegar a Cartagena das Índias e na viagem flanada remeter a Garcia Marques. Depois, quieto, lembrei-me de um livro do laureado com o Nobel em 1984, *Ninguém escreve ao coronel* e me dei releitura. O enredo implicava um velho militar que em sua casinha esperava a carta de aposentadoria. Os dias passavam-se e nada... O romance versa sobre a espera e o vazio causado pela ausência do filho morto misteriosamente. Tudo sem notícias. A amargura do coronel era repartida pela constância de um galo, presente dado pelo filho ausente. E o protagonismo do galo era metáfora da vigília fiel e da repetição.

Andava perdido nesses delírios quando em outra madrugada Renato constatou “Zé, preste atenção, um galo não canta sozinho. Deve ter outro galo por perto”. Estava dada a senha notívaga: ouvir galos. Passei a ser escutador de ladainhas cacarejadas em catedrais imaginadas. E não é que era verdade?! Identifiquei três. Três galos cariocas, e, em confidências íntimas comigo mesmo, recordei versos de João Cabral de Melo Neto. Foi no meio de um desses escuros madrugados que declinei, na lisura da reminiscência melhor, os dizeres “um galo sozinho não tece a manhã / ele precisará sempre de outros galos / De um que apanhe esse grito dele / e o lance a outro”.

Os dias e as madrugadas sucederam-se, todos conferidas em cocorocós. Não naturalizei as identificações, de jeito algum. Pelo contrário, repeti ouvidos sempre novos e entreguei-me a buscas renovadas: teria mais algum galo? Devo dizer que o correr de meus muitos anos ensinou-me a duvidar de acasos. Tudo acontece segundo algum impulso, divino ou diabólico, mas tudo, como a lição dos galos, fiando enredos que levaram-me a uma canção do próprio Renato. O título da cantiga é *Raiz*. Juntei os fatos, emendei ideias, e me permiti uma paródia em diálogo com o amigo encantador: eis o resultado.

<i>Galo cantou</i>	<i>Galo cantou</i>
<i>Madrugada na Campina</i>	<i>Na madrugada carioca</i>
<i>Manhã menina</i>	<i>Manhã rapina</i>
<i>Tá na flor do meu jardim</i>	<i>Sem flor no meu jardim</i>
<i>Hoje é domingo</i>	<i>Hoje choramingo</i>
<i>Me desculpe eu tô sem pressa</i>	<i>A vida que corre depressa</i>
<i>Nem preciso de conversa</i>	<i>Preciso de conversa</i>
<i>Não há nada prá cumprir</i>	<i>Pois muito há a redimir</i>
<i>Passar o dia</i>	<i>Pagar os dias</i>
<i>Ouvindo o som de uma viola</i>	<i>Sem som de uma viola</i>
<i>Eu quero que o mundo agora</i>	<i>Queria que o mundo agora</i>
<i>Se mostre pros bem-te-vi</i>	<i>Me mostrasse um bem-te-vi</i>
<i>Mando daqui das bandas</i>	<i>Bem aqui nestas bandas</i>
<i>Do rural lembranças</i>	<i>Do rural lembranças</i>

*Vibrações da nova hora
Pra você que não tá aqui
Amanhecer
É uma lição do universo
Que nos ensina
Que é preciso renascer
O novo amanhece
O novo amanhece
Já tem rolinha
Lá no terreiro varrido
E o orvalho brilha
Como pétalas ao sol
Tem uma sombra
Que caminha pras montanhas
Se espelhando feito alma
Por dentro do matagal
E quanto mais
A luz vai invadindo a terra
O que a noite não revela
O dia mostra pra mim
A rádio agora
Tá tocando Rancho Fundo
Somos só eu e mundo
E tudo começa aqui
Amanhecer
É uma lição do universo
Que nos ensina
Que é preciso renascer
O novo amanhece
O novo amanhece*

*Saudade da nova hora
De você que não tá aqui
Amanhecer
Aqui é castigo perverso
Que pouco ensina
E eu preciso renascer
Mas novo não acontece
Pois o novo só anoitece
Nem tem galinha
Nem terreiro varrido
O orvalho não brilha
Tudo apagado no farol
Nem uma sombra
Sem contorno as montanhas
Se encolhendo em minha alma
Tudo triste meio letal
E quanto mais
A luz vai surgindo na serra
O vazio mais se revela
O dia sentença do fim
Na alma agora
Tá tocando Rancho Fundo
Somos só eu e o mundo
E tudo termina aqui.
Amanhecer carioca
É um castigo perverso
Que me ensina
Que se deve renascer
Mas o novo não amanhece.
O novo só me envelhece.*

Dando vida à clássica oposição entre “cidade e campo”, vi-me naturalmente convidado a supor o caso do galo carioca. Ainda bem que na solidão carioca um galo me lembrou a eternidade do que fui... Cocorocó...

Carta aos meus bisnetos

12 DE JULHO DE 2020

Queridos

Escrevo-lhes de um dia perdido no início do século XXI, mais precisamente em julho de 2020. O ano é numericamente exato e, na repetição de dois 20, 2020, sugere ilusão especular repetida. Erro dantesco querer alguma “outra vez”, pois este ano, ainda em curso, pode ser considerado o pior da vida de muitos. Tudo segue muito intrincado, cheio de esquinas que prometem um futuro próximo trocado de promissor por arriscado, na melhor das hipóteses. É por isto que lhes escrevo, aliás. Quero deixar distinto meu testemunho e revelar um estado de espírito inquietado pelo medo, pela frustração e desalento. Gostaria anunciar um devir melhor, talvez uma saída depurada desta pandemia tão atroz que nos acomete, porém, faltam-me forças e sobram ameaças que abatem esperanças. Deixem-me começar por um fato matriz: imaginem que, devido à Covid-19, em pouco mais de 100 dias o número de mortos passa de 70 mil, e, estacionados em platô altíssimo, ainda esperamos o declínio estatístico. Por favor, considerem que escrevo sob a média de mil mortos a cada anoitecer, e assim esta carta faz-se com um olho no retrovisor e outro no agora, imaginando o tempo bisneto projetado numa ordem progressiva de triste matemática.

A *sotto voce*, discute-se o fátuo refinamento, passado o trauma avassalador. Ouvem-se, cá e lá, falas alvissareiras, predizendo um mundo melhor, mais fraterno, solidário, sábio por aplacar feridas tão expostas que, dizem, “vão passar”. Sim, estamos no presente sangrando por um passado mal vivido, desgastado por exageros e desperdícios, explorações e abusos de toda ordem.

Graças principalmente ao descuido com o planeta, que se exhibe quase esgotado. Sem atenção à ordem natural das coisas, chegamos ao ponto da exaustão confinada em nós mesmos. Não estou otimista. Não consigo estar, desculpem-me, pois as dores sociais são tão evidentes, as distâncias sócio econômicas tão extremadas entre miséria e riqueza, e a falta de compaixão para com atingidos diretamente só faz somar fatalidades e apontar para o despenhadeiro que lhes entregamos...

É verdade que o momento poderia nos convidar a possibilidades provocantes que, sem elas, não nos restaria o mínimo: temos que mudar, há de surgir um “novo normal” e – mesmo sem entender bem que “normal” seria este – sinto-me compelido a escrever pensando em alguma satisfação a vocês. Fala-se em um voluntarismo pessoal como se tudo dependesse de nós mesmos, de uma mudança que começaria em cada qual. Ilusão, meus bisnetos. Passamos pela Primeira Guerra Mundial, pela Guerra Civil Espanhola que viu seu fim na Segunda Guerra, trazendo o azedume alongado na Guerra Fria. Não podemos nos esquecer da Guerra das Coreias no raiar dos anos de 1950, e que dizer da Guerra do Vietnã, dos conflitos árabes-israelenses, das guerras de independência da África e nela das guerras civis? E nem cabe deixar de lado o rosário de golpes militares na América Latina nos anos de 1960 em diante. E haja Balcãs, Chechênia, Golfo... Nossa! Ah, não tenho como esquecer embargos, armas químicas e vírus de laboratórios. É muito, meus bisnetos. Muito, e o que aprendemos?...

E as endemias, epidemias e pandemias? Valeram lições? Florestas abatidas sem piedade, povos indígenas sob ameaça de extinção, racismo e negacionismo à solta. Definiu-se, imaginem meus bisnetos, um “gabinete do ódio” e um “escritório do crime”, temos um presidente que renega a cultura e a ciência, e mesmo acometido pelo vírus maldito (dizem) ainda insiste em priorizar a economia em vez da vida. A soma destas mazelas se me impõe tristezas. As consequências são ameaçadoras: nacionalismos exacerbados e ressurgimento de uma direita propaladora de fechamentos de fronteiras, e daí: exílios, migrações clandestinas, tráfico de pessoas, liberação de armas, privatizações e mais privatizações...

No “encolhimento do Estado”, a exploração sequente da mão de obra empobrecida a cada dia.

Trabalho academicamente com o conceito de memória, e sei que nela opera-se a seletividade, condição que abriga o esquecimento. Sei também que o mnemônico guarda misterioso efeito subterrâneo que reaparece quando determinadas circunstâncias combinam-se. Pois é, neste quesito é que considero o que marcará a sua geração como filhos de pais que se redefiniram na pandemia, que tiveram que se levantar órfãos de um estado incompetente e de um sistema cruel demais. E assim justifico estas linhas deixadas como pedido de desculpas. Triplas desculpas: pelo fracasso de minha geração, pelo legado a seus pais e a vocês a quem caberá reconstruir o mundo. Desculpo-me também por deixar as dívidas de uma coletividade que não soube aproveitar as benesses do tempo, exagerou no apelo consumista, não entendeu os avisos da natureza que reagiu com uma pandemia desafiadora de novos programas. A história contemporânea dividirá o tempo em um antes e um depois do coronavirus19, e resta esperar que a sua geração aprenda o que a minha não soube. É isto... Junto ao meu beijo final, um fecundo pedido de perdão: falhamos. Que seus pais façam mais do que conseguimos e que vocês reinventem um mundo melhor.

Paranoia ou mistificação? modernização do Museu Monteiro Lobato: conceito, corpo e alma

12 DE SETEMBRO DE 2020

Que Lobato era personagem interessante, não resta a menor dúvida. Polêmico em vida, seu espírito acerbo continuou depois da morte em 1948. E quantas controvérsias fomentou, todas com vocação para o presente com promessa de posteridade! Isto é bom, sinal de saúde crítica. Entre tantas provocações semeadas no passado, uma de minhas favoritas é a confusão armada contra uma das primeiras mostras da chamada “arte moderna”. Com alarde, na edição d’O Estado de São Paulo de 20 de dezembro de 1917, investido de especialista, envenenou a opinião pública com o artigo “A propósito da exposição Malfatti”. Anita, moça tímida e recém chegada de Berlim, mostrava avanços pareados às correntes em voga na pintura vanguardista europeia. A sonoridade da virulência lobateana repercutiu forte, e há mesmo quem atribua a isso seu isolamento da turma que compôs a Semana de Arte Moderna de 1922. Cá entre nós, acho que houve algo mais, inclusive busca de luzes para que ele se exibisse no início da fama.

Ainda que pouco ventilado, Lobato era pintor e nesse campo chegadoinho a aquarelas coloridas e bem convencionais. Infelizmente, seu lado de pintor – bem como o de fotógrafo – ainda carece de ventilação. É, pois, preciso explorar outras facetas de nosso polemista mor, ir muito além de suas aproximações com as letras ou com os temas surrados em suas biografias. Sobretudo, faz-se urgente relativizar a infantilização de seu labor total. À propósito, valho-me de elogiável Projeto de Modernização do Museu

Monteiro Lobato – também conhecido como Chácara do Visconde ou Sítio do Pica-pau-amarelo – para parodiar a investida.

Sabe-se de equipe que retrçou um Projeto, venceu edital público, visando repaginar o espaço e o acervo. Nem é preciso dizer da oportunidade da investida, posto ser miserável o atual estado de conservação do logradouro. Tudo lá é miguelino, redutor, simplório, nada condizente com uma proposta que abrigue dinâmica e intrigas convenientes ao ambiente de uma cultura a ser revitalizada no plural. E, cabe ressaltar ainda: o que é oferecido ao público não é indutivo, não é atraente, ou sequer pedagógico. É chato mesmo, aborrecido até, sem falar de frustrações vendidas em nome de uma obra que merece cuidado, até por seus desvãos.

Nessa linha, ressalte-se que a pobreza do acervo só perde para o rebaixamento temático que insiste em infantilizar a percepção de José Bento Monteiro Lobato, e assim cria ocos para teorias conspiratórias de alcance imbecil. Isto para se dizer o mínimo. Invisto-me de autoridade para afirmar, até por ser doador de três aquarelas, desenho de ilustração original da imagem de Tia Anastácia, selos comemorativos e autógrafo do criador de Cidades Mortas.

Pois bem, a par do desprezo (deveria dizer desrespeito?) por uma produção dinâmica e das mais fecundas da cultura nacional, o Lobato do Sítio jaz conformado na masmorra museológica cultivada em sua terra natal. E mais: supostamente referenciado em local em que, provavelmente, nunca pisou, pois, sendo neto bastardo, a “visconda”, mulher do Visconde de Tremembé, distinta dama, não acataria a presença do “neto ilegítimo” em sua casa. Talvez, uma das provas mais pungentes dessa situação materialize-se no pouco prezo devotado pela cidade ao seu ídolo maior. Afora um cidadão de destaque por pesquisas afortunadas, Osni Lourenço, Lobato não mereceu cuidados de uma universidade, a UNITAU, incapaz de, ao longo de décadas somadas, produzir um especialista de renome nacional. E olhe que o reverso progride, pois temos no ventre da urbe, frutos da terra que germinam ignorância e progridem ataques sempre pouco fundados, nada pesquisados, sobretudo anacrônicos e eivados de preconceitos reversos.

Uma pena que nossa cidade deixe multiplicar se, sem respostas claras, vozes que tornam Lobato uma espécie de Judas do racismo estrutural que, sim, persiste em nossa sociedade como um todo. É lógico que, como brasileiros atentos aos desafios da contemporaneidade, descobrimo-nos racistas, preconceituosos, excludentes, mas – é importante que respondamos – por que Lobato torna-se alvo preferente? E tudo se verte emblemático: sua obra como atestado de erros históricos, o silêncio de estudiosos locais que nada veem, nada escutam e nada falam, o vazio cultural drenado por argumentos contextuais. E vem agora um Projeto de Modernização. Aiaiaiaiaia...

Mas com o esforço devido apoiemos a tal “modernização” e, na rota da colaboração, abramos nossa bússola para o entendimento da pergunta conceitual elementar: modernização de quê? De que arquivo, de que acervo, de que legado? Por certo, modernizar o que temos é investida deletéria que se perde no cavo da cultura local sempre esvaziada de bom senso e de iniciativas efetivas. Suponhamos possibilidades, entretanto: pensemos em propostas qualificadoras do esforço necessário. No reino das carências, sem dúvidas, a inteligência seria o primeiro suposto. Falo de inteligência instruída, criativa, não de meros achismos, reforminhas, e enfeites tolos. E então o primeiro passo seria dado a partir de alternativas expressas pela consideração da obra de Lobato, e não das figurações vertidas em clichês que mais têm a ver com a comercialização televisiva do que propriamente com o conteúdo cultural *lato sensu*.

Então, o que seria “Modernizar o Museu Monteiro Lobato”? Antes de tudo, quebrar inspirações teóricas, pré-moldadas, generalistas demais, inexequíveis, alheias à intenção do instituto. Museu não é centro de pesquisa, não é escola, não é parque infantil. A primeira questão a ser respondida, pois, seria: *para quem* seria “modernizado” o Museu Monteiro Lobato? Teria endereço amplo, nacional, ou seria recado para o público local? É evidente que se pode pensar na trança de ambas as finalidades, mas (outra vez) seria necessário inteligência, discernimento, discussão ampla, envolvimento de diversos polos representativos e de especialistas.

Digamos que, para começar, seria cabível uma orientação visual que dirigisse leituras para “um Lobato doméstico” e outro “Lobato universal”. Sob um título como “As duas faces de Monteiro Lobato”, poder-se-ia sintetizar o roteiro-guia da almejada modernização.

Começamos então falar de motes referenciais apropriados que merecem desenvolvimento. No primeiro caso, supõe-se um diálogo franco, aberto, exercitado com a cidade, com a Taubaté em seu mundo particular urbano, vale-paraibano, familiar. Depois, em outra instância, com a sociedade em geral, respeitando-se a produção lobateana em diálogo candente com os temas nacionais: livro, saúde pública, camponês, negros, petróleo. Sem precisão desses dois lados da moeda, vamos continuar afogados no mar imenso de possibilidades etéreas, e com elas bêbados na imensidão que pretende tudo sem chegar além da bobagem que temos hoje. Por certo, sem conceito definidor de planejamento, como pretexto, a tal modernização será apenas uma carta de intenções sobre o tudo e sobre o nada. E, assim, para fechar esta sugestão que promete continuidade, não há como evitar o mote dado pelo próprio Lobato no caso de Anita Malfatti: paranoia ou mistificação?

Negrinha, Lobato e o racismo estrutural brasileiro

20 DE SETEMBRO DE 2020

“tenho notado que muitos dos personagens das minhas histórias já andam aborrecidos de viverem toda a vida dentro delas. Querem novidade... Andam todos revoltados, dando-me um trabalhão para contê-los”.

Monteiro Lobato

Sou daqueles que acham que José Bento Monteiro Lobato não precisa de defesa alguma. Também me perfilo entre os muitos leitores e que flanam na magia de sua produção criativa, polêmica, atravessadora de tempos, proponentes de temas de debates apaixonados. Então engalo-me de ser daquela geração que José Roberto Whitaker chamou de “Filhos de Lobato” e sigo leitura que dá alma a entendimentos cabíveis no corpo de seu tempo. Busco mais compreender do que explicar, diga-se, e assim solto-me no embalo que vai além de citações escolhidas fora do ambiente germinal, perversas por mal-intencionadas, ignorantes e historicamente desinformadas. Investindo-me do direito de ler em perspectiva, optei por trocar argumentos apedrejadores pelo outro lado de uma moeda que negocia interpretações encolhidas na capacidade de ver além de argumentos isolados, caracterizados em frases mal recortadas, rearranjadas segundo critérios extemporâneos e dirigidos. E não precisei de muito exercício, pois no lampejo da memória logo me veio o conto *Negrinha*. Atenção: não se pretende com um novo “detalhe” saudar qualquer exceção, mas, pelo reverso, por ele, supor a complexidade do todo. Interessa,

diria, contemplar a floresta e não a explicar pela singularidade de única árvore.

Para início esclarecimento desta conversa, devo dizer que *Negrinha* é, de Lobato, meu escrito favorito no quesito “conto”. E que história foi dada à menina pobre e órfã que desde os quatro anos fora “criada” como encosto em casa de família “proba”! O ambiente, aliás, trama-se desde a apresentação da personagem alvo do caso “Preta?? Não. Fusca, mulatinha escura, de cabelos ruços e olhos assustados”. O retrato biográfico dessa qualificação diz que *Negrinha*, como era chamada, sem ter nome específico ou referenciado, “nascera na senzala, de mãe escrava, e seus primeiros anos de vida, vivera-os pelos cantos escuros da cozinha, sobre farrapos de esteira e panos imundos. Sempre escondida, que a patroa não gostava de crianças”. A senhora “dona”, por sua vez, fora assim comparecida “excelente senhora, a patroa. Gorda, rica, dona do mundo, amimada pelos padres, com lugar certo na igreja e camarote de luxo no céu”. Não bastasse a sutileza – talvez até explícita demais – Lobato completava o perfil senhoril prá lá de patético: “entaladas as banhas no trono uma cadeira de balanço na sala de jantar, – ali bordava, recebendo as amigas e o vigário, dando audiências, discutindo o tempo. Uma virtuosa senhora, em suma”. Sem economizar deboches o enredo matizava a crueldade de uma matrona branca, inclemente, culturalmente estabelecida em pressupostos escravocratas da qual “o 13 de maio tirou-lhe das mãos o azorrague, mas não lhe tirou da alma a gana. Conservava, pois, Negrinha em casa como remédio para os frenesim”. Vivificava-se o que na cultura popular ficou conhecido como “saco de pancadas”, ou seja, alguém negro destinado a apanhar ou levar bordoadas capazes de promover a catarse dos senhores.

Poucas passagens da literatura brasileira – pouquíssimas – alçaram tanto vigor no relato dos maltratos dados aos negros, escravos ou libertos e aos seus descendentes. Talvez o limite máximo desse tipo de constatação resida internado neste conto, *Negrinha*, que afinal detalha o monstruoso castigo perpetrado pela senhora Inácia depois de a menina deferir a palavra “peste”. Tomando um ovo, o requinte da atrocidade foi vazada da seguinte

forma: “D. Inácia mesma pô-lo na chaleira de água a ferver e, de mãos à cinta, gozando-se na prelibação da tortura, ficou de pé uns minutos, à espera. Seus olhos contentes envolviam a mísera criança que, encolhidinha a um canto, trêmula, olhar esgazeado, aguardava alguma coisa de nunca visto. Quando o ovo chegou a ponto, a boa senhora exclamou: — Venha cá!! Negrinha aproximou-se. — Abra a boca!!”. E como sofreu a menininha que, creiam, era criada como favor aos olhos caritativos, culturalmente dominantes.

A seqüência desta contação revela outra aventura da *menina negrinha* que morreu, por fim, aos sete anos, depois de ser aceita pelas duas sobrinhas que, em mês de férias, na casa da titia encantada com a prole branca, saudava, em contraste perfeito, a vivaz euforia das “pequenotas, lindas meninas louras, ricas, nascidas e criadas em ninho de plumas”. E foram essas mesmas “pequenotas” que permitiram a episódica aceitação de *Negrinha* no triângulo branco. Foram as crianças que, sem entender de preconceitos, admitiram que a estranha e deslocada personagem, *Negrinha*, também tocasse em uma boneca que, aliás, era reprodução feita à imagem e semelhança das sobrinhas visitantes: alvinhas e de cabelos alourados e que, além de angelical, deitada pronunciava “papa”. Fora essa, diga-se, a visão do Paraíso para a rejeitada *Negrinha* que, afinal com 15 quilos. Magrinha sim, mas sonhando com anjos brancos e de olhos claros, como os da boneca, ou das meninas visitantes.

Voltemos à epígrafe: o que Lobato quis transmitir? Preconceito gratuito? Denúncia? Seria simples “causo”? Ou caberia melhor inteligência e sugerir que menos vale um exemplo recortado de um contexto amplo do que a miséria de um “defensismo” sem paisagem analítica? Vale, para encerrar, contextualizar este conto no ambiente eugenista daquele então. Na altura do amadurecimento da crítica cultural brasileira, não resta dúvida da ampla aceitação do mito da superioridade racial branca. É exatamente nesta ordem que se pretende discutir o significado de *Negrinha* no universo nacional que estruturou o racismo.

“Acontecências”: Ruth Guimarães e as ingratidões valeparaibanas

27 DE SETEMBRO DE 2020

A final, quem é Ruth Botelho Guimarães, natural de Cachoeira Paulista? A palavra *acontecência* é criação de Ruth Botelho Guimarães... De quem? Ruth Guimarães, mas quem é ela afinal? De onde vem, o que fez, por que destacá-la? Sei que estas questões são frágeis para alguns, exatamente para prezadores de romances, contos, textos drenados das listas de sucessos. Ruth Guimarães é dessas figuras apagadas dos arranjos talhados por quantos esculpem seus deuses segundo a própria imagem e semelhança. Mas haveria razão subjetiva para isso? Não escapam explicitações capazes de nutrir esquemas preconceituosos, desqualificadores de tipos desiguais como, aliás, demonstra Eduardo de Assis Duarte.

Ruth era mulher, negra, do interior do estado de São Paulo – de Cachoeira Paulista – e nunca pretendeu trocar seu rincão por qualquer capital, mesmo tendo cursado Filosofia na USP. Em 1983, na Bienal Nestlé de Literatura, apresentou-se dizendo sou “mulher, negra, pobre e caipira”, e a isso poder-se-ia acrescentar “disjuntada”. Por paradoxal que pareça, Ruth considerava-se tributária de Mário de Andrade e, mesmo tendo sido saudada por críticos como Nelson Werneck Sodré, Érico Veríssimo, Edgard Cavalheiro, tais loas nunca a apensaram além de escassas citações marginais.

Seu livro de estreia *Água funda*, publicado em 1946, foi prefaciado por Antônio Cândido, aliás, isto não deixa de ser irônico posto argumento vazado de alguém que pontificava um olhar menor à consideração dos *regionalistas*. De toda forma, da mina

de Ruth despontaram ainda outros escritos de fôlego como *Os Filhos do medo*, de 1950, pesquisa original sobre a figura do diabo; *Crônicas vale-paraibanas*, de 1992, considerações sobre o folclore regional, e a ficção *Contos de cidadezinha*, de 1996, a respeito dos modos de vida no interior. Pode-se dizer que esse conjunto de trabalhos representa, juntamente com Lobato e outro valeparaibano – igualmente esquecido – Valdomiro Silveira, a essência genuína do gênero *regionalista do Vale*. Sugere-se, contudo, e não sem sentido, que a própria Ruth foi a escritora que, de maneira mais exuberante, furou a bolha do exclusivismo localista. Fundamenta-se tal indicando que além de trabalhos respeitáveis sobre aspectos universais, Ruth foi tradutora audaciosa de clássicos como Balzac, Dostoievski e Daudet. Não bastasse, escreveu peças memoráveis e de abrangência, como: *As Mães na Lenda e na História*; *Líderes Religiosos*; *Lendas e Fábulas do Brasil*; e com justo destaque, o audacioso *Dicionário de Mitologia Grega*; isso além de *Grandes Enigmas da História*; *Medicina Mágica: as simpatias*; *Lendas e Fábulas do Brasil*...

É verdade que a profícua produção rendeu-lhe Cadeira na Academia Paulista de Letras, mas isso é raso em vista dos merecimentos. A garantia de perplexidade induz perguntar: mas afinal quais os entraves para o reconhecimento ampliado desta autora? Mesmo entre as mulheres (Raquel de Queiroz, Cecília Meireles, Lygia Fagundes Telles, Clarice Lispector), a figuração de Ruth é diminuta; seria por ser negra? Em termos de combate ao racismo, com certeza cabe outra observação fatal, pois nos limites da justiça, tem tocado atenção a Machado de Assis como afrodescendente e, então, por que motivos Ruth não figuraria nesta almejada redenção? Será por ser mulher e, sobretudo, mulher negra do interior? Aposta-se que sim, supondo o formidável esforço para requalificar, em paralelo, Carolina Maria de Jesus.

Moradora da capital paulista, a dúvida sobre os destaques entre ambas corre por conta de dois aspectos complementares: 1) o alinhamento estilístico e temático e 2) a leitura política do gênero “diário”. Ruth foi dona de vernáculo escorreito e coerente com os assuntos em voga na intelectualidade convencional. Isso,

por certo, constrangeu-a em vez de distingui-la, como ocorreu com Carolina. E diário de favelada era algo testemunhal, urbano e explicável na era da “cidade que mais cresce no mundo”. Supõe-se então o paralelo contextualizado, pois mais que enquadrada no rótulo “mulher”, ou “negra”, Ruth insistia em ser “caipira”, aliás, orgulhosa de seu espaço original. Isolou-se e foi isolada, tudo segundo conveniências. Sintetizando de outra forma, Ruth inscreveu-se no “popular” sem representá-lo, no sentido da diferença de classe, estilo, modo de pesquisa, filiação literária.

Há, contudo, um fator a mais a ser considerado: a não requalificação de Ruth Guimarães pelos quadros regionais. O que tem feito o Vale para a projeção de sua maior estrela feminina no campo das letras? Nada, absolutamente nada. E neste diapasão recupero certo tique do meu Vale: a ingratidão vestida de silêncio. Sim, o Vale do Paraíba não se olha no espelho do reconhecimento local. Tomando Taubaté como outro exemplo, perguntemos: onde estão homenagens às figuras maiúsculas da expressão local: o que tem sido feito em relação a Mazzaropi, a Hebe Camargo, ao Tony e Cely Campelo? Outra vez valho-me do “nada” e ressalto no lamento choroso o brado ignorante e injusto a figuras detratadas como Monteiro Lobato. Tudo isto é triste, mas fica ainda mais lúgubre quando notamos que é crônico, institucional, algo encalacrado na memória valeparaibana. É assim, aliás, que volto a Ruth para repensar a “acontecência”. *Acontecência* sinônima da falta de respeito. É tempo para acordar?

A Pedra de Sísifo ou mais uma mensagem ao/à futuro/a mandatário/a

29 DE NOVEMBRO DE 2020

*Da minha aldeia vejo quanto da terra se pode
ver do Universo
Por isso a minha aldeia é tão grande como
outra terra qualquer
Porque eu sou do tamanho do que vejo
E não do tamanho da minha altura...*
Fernando Pessoa

Confesso sem pretensão alguma: a cada quatro anos, sinto-me qual Sísifo, personagem mitológico que tentara roubar o fogo de Zeus. O atrevimento, segundo a lenda, impunha que o protagonista, por castigo, deveria rolar, eternidade afora, a mesma pedra maldita que, a cada oportunidade de chegada ao topo, viria abaixo para tudo recomeçar. Esta é a quinta que vez repito o mesmo esforço: desenhar algumas sugestões para a próxima gestão cultural de “nossa” Prefeitura Municipal. Antes, devo dizer que não sou eleitor local, que pouco sei do candidato/a, e que estou ciente da fragilidade de minhas palavras. Escrevo, pois, mais por inspiração utópica do que propriamente para oferecer um projeto definido, ou algo próximo de factibilidades. É a vontade de colaborar que me guia, algo idílico como se despertasse de um poema mal dormido em gestões anteriores. Isso, sabendo que alguém, como Mouzar Benedito, alertou que andamos num mundo “apoético, duro, ruim”. E, então, da crueza de nossa realidade, quebrando a conveniência contemplativa da alienação, esbocei uma quimera, sabedor de que sem isso, tudo fica ainda mais sem graça, mais rendido. Aliás, este “choque de realidade”

é um bom começo para quantos dispõem-se comigo a sonhar o significado da cultura, educação e turismo entre nós.

Cultura em Taubaté é campo movediço, difícil, cheio de donos aventureiros, e nessa quadra achar algum canto seguro capaz de angular viabilidades é o mesmo que vestir fantasmas. Faltam verbas, vontade política, empenho ativo da sociedade civil que pouco reclama, pouco propõe, pouco usa. Sobretudo, acima de todos os limites, carecemos de propostas inteligentes, e nela de instruções e profissionalismo gerencial. Assim, de saída, firmos o alvo: temos um patrimônio bom, próximo do excelente, em contraste pleno com uma desejável política integrada, de exploração cultural e turismo. Sobram bobagens e soberba que, aliás, essas ocupam lugar de visões modernas, menos passivas e domésticas. Cultura, em termos administrativos, é (ou pode ser) uma alternativa sustentável, motivo de prática turística sustentável, exercício da cidadania, além de polo ativador de opinião pública. Suponhamos então uma clave imaginária redentora da miséria que ostentamos com miquelina satisfação.

E começaria pela proposta de um calendário de celebrações articuladas. Para tanto, seria virtuoso estabelecer critérios técnicos e, assim, combinar três elementos que se retroalimentam: tradição, reverência cidadã e espaços físicos. Sim, pensar datas e atribuir-lhes significados dinâmicos, reelaborar práticas consagradas e estabelecer espaços de memória é estratégia esperta. Por lógico, pensa-se sempre na condição crítica, atualizada e em diálogo com modelos modernos e amplos, pois afinal, não somos uma ilha e a cultura local deve buscar participações gerais. Nesse sentido, nossos espaços de cultura constituem plataformas para olhares mais conectados. Então, quais seriam, além das oficiais, as efemérides cabíveis? Apostemos em algumas possibilidades que podem ser calibradas:

- 1) Semana Monteiro Lobato;
- 2) Dia da Música Caipira;
- 3) Dia do Padroeiro, São Francisco das Chagas e,
- 4) Aniversário da cidade, 5 de dezembro.

Como critério de continuidade no diálogo de formação cidadã atuante, tal sequência comemorativa atravessa o espírito da proposta pensada a partir da cultura em nossa cidade. Isso tomando a razão cultural e suas expressões como: lócus de criação e produção de conhecimentos; formulação de ambiente de diálogo com outros equipamentos culturais correlatos, disponibilidade de acesso público e integração em programas mais amplos com ramificação nacional. Exploremos as alternativas indicadas:

CALENDÁRIO:

1) Semana Monteiro Lobato: tendo a literatura (para crianças e adultos) como ponto de partida, instituições da sociedade civil e centros de estudos (escola diversas, universidades, clubes de serviço e setor empresarial) seriam convidados a integrar programas elaborados por comissões executoras estabelecidas e patrocinadas pela Prefeitura Municipal, a fim de favorecer: círculos de leitura e produção de textos; exposições de artes variadas e, sobretudo, certames de análise crítica da obra de Lobato. Neste quesito, deve merecer destaque o estabelecimento de premiações categorizadas para estudantes de vários níveis, para a sociedade em geral e com ênfase na dotação de um Prêmio Nacional sobre a crítica da obra lobateana.

Além disso, distribuídas ao longo de uma semana, seriam buscadas aberturas para debates atualizados e problematizadores da obra do escritor. A Prefeitura Municipal, por meio de seus equipamentos existentes (museus, salas de apresentações e escolas), assumiria o compromisso de criar comissões específicas destinadas a dar dimensão a uma Semana vibrante, capaz de tirar essa celebração do lamentável vazio atual. O enfrentamento de dilemas nacionais como: racismo, meio ambiente, condição de gênero, vida do campo, seriam alguns temas motivadores de fundamentação crítica a partir da obra de Lobato.

2) Dia da Música Caipira: a data oficial consagrada em nível nacional, 13 de julho, deve ser estrategicamente capitalizada por Taubaté, que ostenta nítida vocação para se tornar referência regional e até nacional. Com a criação de uma comissão específica,

seriam valorizadas expressões locais e regionais, posto termos excelente estoque de manifestações do cancioneiro sertanejo. Sob uma programação propositiva, buscaríamos valorizar os compositores, intérpretes e musicistas locais, tendo como objetivo a centralização dessa atividade ampla, em Taubaté. Em nível mais ambicioso, esse esforço objetivaria transformar nossa cidade em uma espécie de Polo Musical Caipira. Seria ainda desejável que esse eventual Polo Musical se mantivesse vinculado a um órgão municipal definido (cultura, educação ou turismo). Como destaque desta alternativa seria criado um Prêmio Renato Teixeira, destinado a duas categorias: composição e interpretação de músicas sertanejas. Além disso, na data prevista, seria apresentado um festival público aberto à participação da população em uma série de shows.

3) Dia do Padroeiro, 4 de outubro, dia de São Francisco, data assinalada como feriado local, deveria trocar essa condição por uma festividade ativadora do movimento do comércio e das atividades locais. Uma Feira de produtos locais, distribuída por bairros daria vida à divulgação de artigos do variado artesanato e da culinária local. Com a definição de espaços qualificados, seriam motivadas atividades capazes de destacar produtos e artesanato como: das figuras de barro, o crochê, pintores e escultores da cidade – ou de quantos, no espaço taubateano, exercem sua arte. A descentralização das atividades por bairros marcaria o objetivo caracterizador desta celebração que deve revelar valores e expressões locais, dos espaços de suas atividades;

4) Dia da cidade: o 5 de dezembro, também, em vez de ser considerado feriado local, em favor da ativação da economia urbana (que deve permanecer ativa e motivada para os festejos de fim de ano), sugere-se destaque especial para mostra do que de melhor a cidade possui tanto no setor da cultura como da produção agroindustrial. Para tanto, imagina-se uma grande e expressiva Feira agroindustrial e de cultura, manifestação capaz de dignificar a produção e o turismo local, além de atrair visitantes e investidores. A colaboração da extensa rede de indústrias e empresas estabelecidas na cidade poderia sustentar atividades que implicariam: realização de torneios esportivos e demais

manifestações, discussão de negócios, isso em atividades contidas em um de nossos grandes parques ou espaços públicos (lócus da Feira). Uma comissão composta por nomes representativos da indústria, do campo e da cultura local, além de representantes de clubes de serviços, deve ser estabelecida como mecanismo de atração de capitais para a articulação e execução desta atividade que deve, além de agregar o público local, promover nossa visibilidade em escala nacional.

REVERÊNCIA CIDADÃ

Taubaté poderia valorizar de maneira minimamente criativa e dinâmica, justa e digna, figuras que exerceram atividades relevantes e projetaram a cidade. Temos muitos talentos reconhecidos fora de nosso espaço, gente que, contudo, mereceria mais atenção, e, assim, na chave da Prata da Casa. Artistas pouco considerados, ou que carecem de maior lustro, como: Alda Garrido, Clodomiro Amazonas, Georgina de Albuquerque, Hebe Camargo, Tony e Cely Campello, Cid Moreira bem como tipos populares como as artesãs Carolina, Cândia, artistas plásticos como Anderson Fabiano, Demétrio, mestre Justino, Regis Machado, entre outros, poderiam ser homenageados no Dia da cidade. Por certo, o apadrinhamento do taubateano mais conhecido, Renato Teixeira, seria de extrema conveniência como mote para outras homenagens. Seminários, simpósios, certames, exposições e grupos de estudos poderiam animar reverências que merecem ser ampliadas e distribuídas em abordagens que os justificam.

Na mesma linha, supõe-se que a apresentações de concursos de escolas ou empreendimentos de ensino (ensino profissional, de nível médio e universidades) poderiam compor um painel de apresentações dos próprios resultados. Inscreve-se nessa linha a possibilidade de se pensar em Taubaté com projeção de cidade universitária. A data suposta para tanto seria o 5 de dezembro.

ESPACOS FÍSICOS

Chega a ser simplório o tratamento dado aos nossos lugares oficializados como lócus de memória. O estado dos nossos museus, bem como as verbas destinadas à sua manutenção e melhoria, em

particular no âmbito de responsabilidade do Município, é vergonhoso. Ainda que em situação melhor, os museus particulares apresentem-se com alguma dignidade representativa (Museu de Arte Sacra e Museu de História Natural), os demais atestam o descuido, o simplismo amadorístico de suas atividades e gestão, e isso comprova a falta de visão das autoridades. Legados aos cuidados de pessoas de boa vontade, mas despreparadas para exercício técnico, o que se tem é atestado do conformismo intelectual que resulta no conjunto de museus pesando de maneira insatisfatória no orçamento municipal. Isso sem contar a falta de entusiasmo que leva a população a não ter qualquer entusiasmo por tais logradouros. Em complemento, a reação de quem vem de fora, atraído para esses centros não esconde decepções.

POR FIM...

Abri esta reflexão evocando Pessoa no verso que indica a visão do mundo a partir de uma aldeia. É com esta ideia que fecho este texto que, na melhor aspiração, pode servir de pretexto para qualquer debate capaz de nos fazer contemplar melhor o que é cultura a partir do olhar taubateano. O envolvimento da população nestas questões é desejável e cabe à Prefeitura eleita ativar tais trocas. A formação de um grupo de estudos constituído por técnicos, estudiosos e especialistas em espaço urbano e uso da cidade deve ser plataforma alcançável que, no espaço de um ano favoreça a elaboração de um Plano Diretor Cultural alinhado com um projeto de governo municipal que comece revitalizado pela crítica, virando a página para uma realidade diferente da que temos. Enfim, na fluidez do sonho, o meu está sonhado... E não deixo de supor que Sísifo pode ter a clemência do castigo atrevido.

Porviroscópio: uma história pretexto

6 DE DEZEMBRO DE 2020

Monteiro Lobato é conhecido por vários lances geniais, seja no campo da criação para crianças, nas tensões geradas em seus contos, nos embates públicos de cunho político e comportamental. Lobato, em qualquer dimensão, combina opostos: agrada e incomoda, inspira e provoca, é amado e odiado, tudo em iguais contrários, como um espelho que devolve o verso exatamente pelo reverso. Há, porém, no vasto escopo de suas criações originais uma que poderia merecer maior cuidado. Seja pela originalidade, pela astúcia do enredo, ou mesmo pela oportunidade de “presentificação” de sua obra. O chamado Choque das raças, depois rebatizado de Presidente Negro, formulou-se como um dos escritos mais perturbadores de todo o patrimônio crítico literário nacional. Sem ser exatamente ficção científica, a trama se projeta no futuro, exatamente no ano de 2228. Na narrativa, foi ventilada uma série de dilemas do momento em que foi escrito, em 1926, e que se estendem até hoje.

Lembrando que ao conceber tal livro o autor estava de partida para os Estados Unidos, onde exerceria o cargo de adido comercial junto à representação brasileira. Lobato então articulou uma sequência de fragmentos publicados em forma de folhetim no jornal *A manhã* do Rio de Janeiro. Conta o enredo que um jovem rapaz, Airton Lobo, caiu nas graças de importante cientista que inventara um aparelho capaz de antever acontecimentos, o tal “porviroscópio”. No caso, constatava-se o triunfo de um candidato negro, oponente de dois concorrentes, uma senhora e um velho ultraconservador, isso na 88ª eleição norte-americana. Entre os

temas abordados, de maneira profética Lobato elencava: o fim dos jornais impressos, substituídos por ondas magnéticas que se materializariam em telas; os conflitos de raças em disputa de poder e os sérios embates entre os Estados Unidos e a China.

Pensando na tal geringonça que afinal torna-se motivo causal do argumento, imaginei a história deste nosso momento, contado décadas depois como História. Por lógico, o ambiente da Covid-19 daria o tom, e nesse devaneio supunha uma professora de escola infantil narrando para seus alunos a fábula do que vivemos hoje. Era uma vez...

Era uma vez, no passado longínquo um período nervoso do mundo. Pensando obsessivamente no progresso e no interesse individual, a coletividade planetária perdera a noção da solidariedade e, em seu lugar, o egoísmo dominava as relações provocando um distanciamento dramático entre classes sociais e indivíduos. Havia determinados aspectos que, contudo, atravessavam os comportamentos de todos, dividindo de forma ainda mais radical as pessoas: questões de gênero, a cor da pele, diferenças religiosas, orientações sexuais, tudo enfim servia para fracionar unidades que se encolhiam em causas conflitantes, a cada dia mais particularizadas. Nesse ambiente beligerante, imagine, inventaram até um artifício chamado “lugar de fala”, onde cada categoria se precisava em detalhes ridículos: mulher, negra, analfabeta, velha, nordestina...

A crítica proposta pela professora visava discutir o resultado do que se convencionou chamar “progresso”, que se reduziria à posse e ao acúmulo de coisas. Aliás, a isso, deram o nome geral de “consumismo” e de maneira obsessiva as pessoas começaram a querer coisas sempre novas e modernas. A tal ponto isso se tornou grave que o verbo “descartar” ganhou domínio, e tudo que era usado logo ganhava o lixo como destino fatal. E o volume da ganância foi aumentando tanto que o meio ambiente foi se deteriorando ao máximo, as florestas foram devastadas, os rios poluídos, e o “progresso” passava a ser medido pela renovação indiscriminada de bens.

As cidades foram se enchendo, os supermercados e shoppings multiplicaram-se e tudo foi virando mercadoria. Ter e

usufruir bens supérfluos foi se transformando em razão do sucesso, e, sobre o interesse coletivo, o individualismo constituiu-se meta. Imagine que a sensibilidade perdeu sentido e no lugar o medo favoreceu o uso de armas, grades nas casas, guardas pessoais. As crianças trocaram as ruas por jogos eletrônicos, o povo deixou de cantar, de rir, de se confraternizar, e os abraços foram perdendo sentido. A humanidade foi ficando a cada dia mais dependente das máquinas...

Os teóricos logo deram nome ao sistema que chamaram de “capitalista” e nele criaram planos de desenvolvimento conhecido por “neoliberalismo”, onde o estado cederia as funções de atendimento às necessidades básicas. Tudo foi privatizado, inclusive o sistema de atendimento à saúde e à educação. Lucro é o que interessava e isto ficou nominado de “livre iniciativa” ou “empreendedorismo”. O esforço desses políticos era simples: transformar o estado em mera entidade articuladora de instituições e bens de interesse privado. A tal ponto isso aconteceu que se confundiu o governo com empresa, e as regras de mercado, principalmente as estatísticas, ganharam foros de metas. E, sem pensar no passado – aliás, a História, bem como tudo que diz respeito às humanidades – ia ficando tudo imediato, simples, mecânico, raso.

Colocado em prática, esse sistema foi gerando pobres numericamente cada vez mais pobres; ricos cada vez mais ricos, mas numericamente em ordem inversa. E sob esse plano não interessava corrigir distorções. É assim que se explica, por exemplo, o racismo que prescrevia a meritocracia e não uma política de cotas. O machismo seguia a mesma ordem, idem o sexismo e todas as diferenças. Tudo, é claro, em nome de um patriotismo infantil que não dava respiro aos ideais universalistas. O “progresso” seguia essa lógica até que um vírus chamado corona apareceu em 2019 e colocou em dúvida todos esses valores. Foi uma terrível pandemia que afetou o planeta e propôs uma revisão nos valores gerais. Houve muita dor, milhares de mortes e foi preciso muito sofrimento para que o mundo voltasse a reestabelecer valores simples como a solidariedade.

Qual a moral desta história, perguntava uma aluninha? E a professora olhando para os demais mostrava a presença de

crianças de várias raças, com características diferenciadas, e concluía que o fim do racismo era prova da revisão de valores, fator responsável pela mudança do rumo das coisas. Vista por novo “porviroscópio”, o presente seria mostrado como um filtro capaz de purificação. E graças a Lobato foi possível imaginar um final feliz para tanta dor que afinal tem que ter sentido, mesmo que por meio de um ilusório “porviroscópio”.

O castanho olhar de minha mãe

9 DE MAIO DE 2021

Fiquei intrigado com uma frase lida no para-choque de velho caminhão que trafegava sei lá para que destino “Pai a gente pode duvidar, mãe a gente tem certeza”. Retive o dizer e no retraço da estrada dei eco àquelas palavras. Resolvi fermentar a inquietação e até criei uma estratégia analítica: dividi em duas partes, a começar pela hesitação “pai a gente pode duvidar”. Logo autorizei-me a supor que se tratava da vagância de homens, caminhoneiros, Ulisses do asfalto que certamente tinham aventuras para contar e, quiçá, filhos não sabidos. Avesso da incerteza sobre o masculino, à mãe caberia fiança plena, pois pela gestação e parto, pela guarda, garantiriam lastro indubitável entre a criatura e a cria. Mães, Penélopes bordadeiras de cotidianos ininterruptos...

Foi fácil derivar para outros para-choques errantes, muitos afeitos à mesma devoção: “amor só de mãe”, “amor de mãe não tem igual”, “no coração de mãe sempre cabe mais um”, “mãe, meu único porto seguro”. Desse rosário de frases feitas ocorreu até uma trilha sonora, aliás, muito apropriada considerando o recente afastamento de Agnaldo Timóteo. E então, como cheiro de mãe onipresente rezingava algumas das doze canções contidas em LP de 1995, sob o título *Obrigado mãe*. É claro que dentre as pérolas, uma se distinguia, o dueto com Ângela Maria: “mamãe, mamãe, mamãe / eu te lembro chinelo na mão / o avental todo sujo de ovo”. E de maneira quase pueril desdenhava o juízo brega insistindo “se eu pudesse / eu queria outra vez, mamãe / começar tudo, tudo outra vez”...

E em meu livre pensar a estrada fazia-se viagem... Pela saudade que me tomou, foi mecânica a exaltação do amor materno que me incluiu entre os crentes de um dos mitos mais benditamente

aceitos. Por lógico, o enquadramento da condição feminina hoje presentifica-se em confrontos, e neles o diabinho que me habita cutucava meditações sobre novos papéis sociais da mulher / mãe (e do homem / pai). E foram tantos os prismas que até elenquei alguns relativos às novas configurações familiares: unidades parentais menores, maternidade tardia e concorrida com a realização feminina pessoal, novas parcerias familiares, pais separados... Nossa, de repente eram tantos os diferenciais que fiquei tonto. Foi assim que busquei amparo em minha história familiar, e nela perfilei minha mãe...

Por certo, minha experiência filial faz coro com tantos que se enquadram na primeira geração de filhos de emigrantes árabes. A muitos, como eu, restava seguir o rastro dos pais e dedicar-se ao comércio. Meu caso, porém, foi bem outro, pois desde menino me determinei professor. Ponto fora da curva, o enfrentamento estava exposto. Foi minha mãe quem primeiro reconheceu que, acima de tudo, eu só seria realizado fazendo o que queria. Não que ela endossasse minha incômoda escolha, não; mas sua sensibilidade latente fez com que admitisse minha alternativa repartida entre possibilidades práticas e o caminho do meu coração. Nada faltou no conjunto parental para me desestimular, nada. Minha teimosia teve que ser testada no limite e só garanti firmeza pelo surdo paradoxo dado por ela, expresso no olhar ambíguo de alguém que compreendia meu desejo fora dos trilhos dados. E seus olhos não mentiam no castanho profundo que me fazia crer no interdito “vá em frente meu filho”. Como essa ambiguidade me ajudou! Vendo agora, depois que a carreira fez-se, reconheço a sagacidade daquele olhar e adivinho sua dificuldade mediadora. Na quietude de nossos verbos, sobretudo, presidia um pacto amoroso que lhe permitia uma dissimulada do bem, do meu bem. Ah, os olhos castanhos de minha mãe!...

Saboreio as lembranças mais ternas de minha mãe e nessa saudade sinto agora seus olhos castanhos, fiéis, profundos demais, e legítimo assim alguns dos dizeres desses caminhões “amor só de mãe”, “amor de mãe não tem igual”, “no coração de mãe sempre cabe mais um”, “mãe, meu único porto seguro”. Ah que saudade dos olhos castanhos de mamãe.

As magias do número sete

1 DE AGOSTO DE 2021

Os números são mágicos. Todos temos simpatia por algum. E acima de tudo tem a cultura dando significados marcantes para alguns. E isto ocorre em toda parte, ainda que nos países latinos haja maior incidência. Contra qualquer preconceito, convém não esquecer que mesmo os racionalistas anglo-saxões, em particular os norte-americanos – que se referem a nós como supersticiosos contumazes – temem como ninguém o famigerado número 13. Fico sempre perplexo quando vejo que é natural entre eles não haver o tal “número do azar” nos elevadores. Soube outro dia que apartamentos ou escritórios situados nos 14^o andares de prédios chegam a valer até 50% menos, pois corresponderiam ao 13.

Pensando nisto, resolvi dar um passeio pela numerologia e sabem que me admirei com a devoção a este procedimento que chega às raias da ciência. O que me era apenas uma curiosidade passageira começou a ficar coisa mais séria quando cheguei em um site que abria a conversa sugerindo solenemente que só prosseguisse depois de revelar o número preferido. Gelei. Gelei porque tenho um pequeno repertório de números simbólicos. Aluno de colégio interno, carreguei por anos o número 201 e então 201 passou a ser referência em meus códigos secretos. O número de minha casa quando garoto sempre me foi referência, e assim o 54 também passou a integrar as senhas variadas. Lembro-me de certa feita sonhar com um touro e ao contar o enredo para meu pai, ele jogou no bicho, 25, e ganhamos uma pequena bolada, aliás, nunca me esqueci disso.

Foi mergulhando um pouco mais em algumas pesquisas que cheguei ao número sete. E pelo sete dei certo trato histórico

em duas tradições que o consideraram fatal. Logo a cabala judaica chamou atenção pela “gematria”, ou seja, pela tradição hebraica de analisar as palavras bíblicas. O judaísmo relaciona um número a cada letra e assim se lê no Torá que o 7 é número sagrado e no hebraico arcaico representa a perfeição e a plenitude. O 7, imagine, é citado 323 vezes na Bíblia e são 7 os degraus da Perfeição, são 7 os braços do candelabro sagrado, 7 as moradas de Javeh, 7 os anos que durou a construção do Templo de Salomão, 7 os sacerdotes que, trazendo 7 trombetas, deram 7 voltas em torno da muralha de Jericó, quando chegou o 7º dia.

A par da cabala judaica, os árabes também, matemáticos, assenhoraram-se do 7 e no livro sagrado, o Alcorão, estão cadastrados os 7 sentidos esotéricos. E são 7 céus, 7 mares, 7 terras, 7 divisões do inferno, 7 as portas do Paraíso, 7 palavras da profissão de fé mulçumana.

Agucei a curiosidade, busquei algo fora do enquadramento judaico ou árabe e sabe que aprendi que o 7 tem significado mágico em toda a parte: os japoneses descobriram os 7 deuses da felicidade, Roma ergueu-se sobre 7 colinas, 7 são as maravilhas do mundo, 7 são as artes, os piratas pensavam conquistar os 7 mares, são 7 as cores do arco-íris, 7 as notas musicais, e em nossa cultura popular, lembremos, as coisas são trancadas a 7 chaves. Os Alquimistas tinham 7 fases para a obtenção da Pedra filosofal e são 7 os graus de loucura.

Sabem qual o 7 que mais me impressionou? Aiaiaiai, vou revelar: foi saber dos 7 pecados capitais: gula, luxúria, avareza, ira, soberba, preguiça, inveja. E sabe por quê? Porque eles permitem que sejam melhor observados os Dez Mandamentos da Lei de Deus. Ponto estava aberto novo questionamento, desta vez sobre o significado do número 10. Ah, os números...

Carta aberta a Jefferson de

22 DE AGOSTO DE 2021

Prezado conterrâneo,
Faz mais de duas semanas que estou dedicado a você, aos seus filmes e ao entendimento de seu papel como cineasta. Por certo, busco alcançar o percurso de sua trajetória, menino preto que viveu em Taubaté de onde saiu para o cinema, e dele para a crítica crescente. Acompanhando uma rede de amigos de infância, Alfredo Abraão, sempre o menciona, com reverência e admiração extremas. Lá atrás, certa vez, quase nos conhecemos pessoalmente por iniciativa de um colega comum, mas quando soube que você estava fazendo um filme sobre Carolina Maria de Jesus, prudente, temi divergências de interpretações (acho que o mesmo deu-se com você). Por aqueles dias, eu já conhecia os inéditos não revelados no livro “Quarto de despejo: diário de uma favelada” e antevia considerações contrárias à glamourização da personagem que você enredaria.

O filme de 2003, *Carolina*, interpretado pela incrível Zezé Mota, premiado aliás, é plasticamente ótimo, mas, eu ainda não entendia bem que aquela sua proposta era o fio da meada que o distingue hoje como um admirável explicador do cinema negro brasileiro. Isto não é pouco: roteirista, produtor, diretor, pensador. E bem humorado...

Examinando mais atentamente seu roteiro pessoal, fui aprendendo a admirá-lo e isto, ao mesmo tempo, trouxe-me questões que começam com uma perplexidade: como não o procurei antes? Somos da mesma cidade, tivemos o bairro da Estiva como interesse de ambos; passamos pela mesma escola/USP, fomos bolsistas da FAPESP, e temos amigos próximos, então por que não

o fiz? Seu currículo é vasto e a coleção de prêmios o distingue de maneira a comprometer minhas “velhas opiniões formadas”.

Constatando isto, pensei em escrever sobre você, mas a cada passo sentia-me mais perturbado com seu talento e com meu desconhecimento. Claro, fui aos seus filmes e, confesso, o feitiço de suas soluções fílmicas encantava-me mais e mais. Sem dar conta de tudo, alguns resultados cativaram, em especial os curta: *Distraída para a morte* (2001), *Carolina* (2003), *Narciso Rap* (2005), *Jonas só mais um* (2007). Cheguei aos seus quatro longas já como admirador, e me extasiei com a realização do *Bróder*, selecionado para o Festival de Gramado de 2011 (Prêmio do Cinema Brasileiro). *Amuleto*, de 2015, me entreteve pela tensão narrativa e pela absorção da mitologia de Floripa. *Correndo atrás* emocionou, enchendo-me de ternura e até por permitir entender sua ligação com o futebol – não me escapou saber que fora centroavante do Esporte Clube Taubaté.

Apendi que também atuou em projetos para a televisão como *Vinte poucos anos*, *Tudo de Bom*, *Popstars* e *Central da periferia*, exibidos pela TV Globo. Devo dizer que desse conjunto o mais revelador foi sua produção para adolescentes, como os episódios da série *Pedro & Bianca*, ganhadora do *Emmy* no 2º *Emmy Kids Awards* e do *Prix Jeunesse Iberoamericano*.

Acabo de ver seu recente *Doutor Gama* e estou ainda impactado. Embora quisesse assisti-lo como público, o olhar de historiador me traiu. E foi assim que me investi para medir detalhes de sua articulação narrativa. Parabéns: temas históricos pertinentes – em particular o vínculo da escravidão com o programa republicano – e nele, o protagonismo abolicionista do poeta Luiz Gama. E nem o romance familiar lhe escapou. Parabéns, Jefferson o filme é uma beleza, com excelentes interpretações e cenários convincentes, um divisor de águas não apenas como cinema negro.

Ao longo de tanta produção, quis saber, meu caro Jefferson, de alguns detalhes que fogem dos filmes, e encantei-me com a leitura do seu atrevido manifesto *Dogma Feijoadada*, texto pelo qual você parodia o sagrado *Dogma 95*, traduzindo para o cinema nacional negro as sugestões dos mestres Thomas Vinterberg e

Lars Von Trier. E que ironia a sua ao apresentar as sete regras para a superação dos limites: direção, atores, temas, roteiros, custo, abordagens cotidianas e cronograma, tudo preto e possível. Tudo discutindo o Brasil. Tudo feito com muita teoria e intenção. Tudo tão tudo! Uma aula de economia e função cinematográficas. Em síntese, você é uma provocação à cultura brasileira que quer se “desoficializar”.

Optei por escrever-lhe uma carta aberta pois acho que tenho um endereço maior e que vai além de uma saudação pessoal. E, então, pergunto-me: por que você não faz milagre em terra própria? Sei de um esforço empreendido pela equipe de Pedro Rubim, mas só isso. Pouco, né?! Mas assim é que encontro uma resposta que faz sentido no seu desempenho não transparente na terrinha. O programa de minha geração, de homem, branco, classe média, não deixava reconhecer o protagonismo de negros que, afinal, não pertenciam à mesma condição. Reconhecê-lo agora por sua obra faz-me perceber a gravidade consequente da imagem refletida no espelho da desigualdade. E em Taubaté isto é dilatado por um entranhado conservadorismo classista.

Seu protesto no nome assumido Jefferson “de”, ao tirar o “de Resende”, referência ao senhor que escravizou seus antepassados, permite-me uma sugestão: desculpe-nos, seus conterrâneos estruturalmente ingratos, e permita-nos chamá-lo Jefferson de Taubaté.

Receba meu abraço reconhecido.

José Carlos Sebe Bom Meihy, ou se preferir: professor Sebe de Taubaté.

(De)cantando o saci

31 DE OUTURO DE 2021

Lindo demais!... Sim, em tempos de tanta desvalia, de ódio detalhado em palavras e gestos obscenos, de negacionismos estridentes e agressões às artes, de combate à inteligência e ao bom senso, de luto e choro, em tempos assim é bom celebrar o dia do Saci. Catarse. Catarse-se. Catarseemo-nos todos, juntos. E com a memória permitida pela esperança, flanemos no devaneio de uma era em que nossa cultura via-se feliz, criativa, marota. Resenhando o que fomos, na intimidade do melhor imaginário, prefiguremos lendas, outros mitos não o que agora se pretende. E então soltemos a imaginação constrangida para, no lugar, dar movimento ao popular que habita nossa autenticidade coletiva. E eis que o Saci pode nos levar para regiões anteriores. Como tornou-se bom o ninho das utopias amanhечidas!... Nessa viragem, o Saci ganha lugar-guia e faz-nos sonhadores. Sabe, fico meio bobo pensando na matreirice de suas “aprontações”, nas delícias do jeito safado que achou para sempre incomodar nossa alma de vocação conformada. E então lanço-me solto em busca de razões que explicam o seu e o nosso jeito brasileiro de ver as coisas.

Reza a tradição que há três pistas identificadoras da origem do Saci: indígena, europeia e africana – ou de todas misturadas –, filtrando nossa cultura. Se nativa, vinda do Pantanal guarani; se europeia, tanto de raiz nórdica (pelo barrete) ou da herança portuguesa (da brasa nas mãos como teatralizou “o judeu” Antônio José da Silva no *Obras do diabinho da mão furada*); se africana, colorida na pele tonalizada. E haja tradição oral. De todas as estratégias, porém, uma é mais poderosa pela argúcia sutil. Paradoxos, pois pelas músicas pode-se pensar na conquista de nossas almas. Ah, o cancioneiro sobre o Saci!...

Pode-se pensar que são três os caminhos da sedução musical *sacicizada*: o erudito, o popular e o infantil. A música, diga-se, foi importante instrumento na reserva de memória afeita ao mais autêntico *ethos* brasileiro. Em 1912, por exemplo, Villa-Lobos compôs o *Saci* como parte de peça inspirada em nosso imaginário; isto, diga-se, uma década antes da Semana de Arte Moderna. Na mesma chave erudita e em continuidade, Francisco Mignone produzia um artefato com o mesmo mote. Juntas estas, entre outras produções “clássicas”, espelhavam um projeto mitológico coerente com o que se fazia mundo afora. Na mesma linha, em 1922, Edmundo Villani-Cortes compôs para piano uma espécie de ópera em frações: *Primeira folha do diário do saci* e *Terceira folha do diário de um saci* (para flauta) e *Sétima folha do diário de um saci* (para contrabaixo).

O grande legado musical sobre o Saci, contudo, deu-se na passagem do erudito instrumental para o popular cantado, e isso inaugurou-se em 1909 com Chiquinha Gonzaga que cantou com a dupla Os Geraldos *Saci-Pererê*. Em 1913, a polca *Saci*, de J.B. Nascimento, foi tocada pelo Sexteto da Casa. Como toada, em 1918, Gastão Formenti cantou *Saci-Pererê*, de autoria de Joubert de Carvalho. E daí para a frente várias outras perfilaram-se em diferentes ritmos nacionais: marchas, sambas, baiões. Talvez, alguns destaques ilustrem a popularidade e recepção do tema pelo público urbano que passava, gradativamente, a consumir gravações: Zé Pagão & Nhô Rosa cantaram *Saci-Pererê*, de Ivani, em 1949; Inhana fez enorme sucesso com o baião *Saci*, de Antônio Bruno e Ernesto Ianhaen, em 1956; a dupla Torrinha & Canhotinho fez *Saci-Pererê*, em 1959; mas quem “estourou” mesmo foi Araci de Almeida com *Saci-Pererê*, marcha de Henrique de Almeida e Rubi, gravada em 1960.

Atravessando o tempo, em 1961 apareceu uma novidade vocalizada por Demetrius, *Rock do Saci*, de J. Marascalco e Richard Penniman. O auge dessa saga, contudo, deu-se em 1972, com o Tom Jobim na *A águas de março*, lançada em 1973, interpretada por Elis Regina. Grupos e populares passaram pelo tema e, dentre outros, destacam-se o Secos & Molhados, Falamansa, Cheiro de

amor, bem como Kleiton e Kledir no grupo Almôndegas que, aliás, colocou a canção como tema da telenovela *Saramandaia* em 1975.

Este breve itinerário não poderia deixar de lado a intenção pedagógica, inconsciente, da apropriação do Saci para crianças, e nesta rota nada mais foi eficiente do que a tomada do tema assumidos pela televisão. Enredos dramatizados e musicados dimensionaram abordagens como a composição gravada por Guto Graça Mello que atraiu cantores reputados como Jorge Benjor e Carlinhos Brown. E as variações multiplicaram-se com Boca Livre gravando *Saci* de Paulo Jobim e Ronaldo Bastos, 1980); Ruy Maurity com *Sacirerê* de Maurity e Zé Jorge, de 1984; Gilberto Gil com *Saci-Pererê* de 1980; Bia Bedran com *Quintal*, de 1992; Mônica Salmaso com *Saci* de Guinga e Paulo César Pinheiro de 1998; Gal Costa festejou-o em *Grande Final* de Moraes Moreira de 2004; A Cor do Som com *Dança, Saci*, de Mu Carvalho, em 2006; Flávio Paiva em *A festa do Saci* de Paiva e Orlângelo Leal, de 2007.

Enfim... Enfim, eis aí o Saci nos *envolteando*, permitindo memória perturbadora do que viramos, e num pulo redentor convidando-nos para desengarrá-lo, solto no ar brasileiro que o quer livre, leve a sábio do próprio destino. Que assim seja, pois é com a recordação do que fomos que continuaremos a ser o que queremos. Que revivamos o saci que somos e não o perfil sem graça e sem tradição, este Brasil sem cultura, pobre, burro, sem memória. Bom dia do Saci.

Alzheimer

7 DE NOVEMBRO DE 2021

Algumas vezes tentei escrever sobre minhas experiências com a chamada “doença de alzheimer” (ainda que o corretor insistisse no “A” maiúsculo optei pelo minúsculo, jeito de vingar-me do mal). Em cada aposta encarei abismos. Desisti, não sem me sentir medroso, pequeno e desvalido. É difícil escrever chorando... Tudo é tão triste...

Dia destes ouvi alguém perguntado em um círculo de amigos: como gostaria de morrer? Com pequenas variações escutei: “dormindo”, “de ataque fulminante”, “de um raio fatal”, enfim, sempre de algo instantâneo e sem sofrimento prévio. Houve um mais romântico que pontificou “depois de um bom banho de mar”, e até quebrando a solenidade outro tagarelou “bêbado”. Meditando sobre essa fala, questionei-me a respeito da ausência de fatores variados, de doenças crônicas, por exemplo. Ninguém mencionou cânceres, complicações hepáticas, cardiopatias, males do pulmão, dos rins, dos ossos... No agridoce daquela conversa, houve também um certo que soltou a piada conhecida que referia a eventual escolha entre alzheimer e parkinson e então, não teve como disfarçar o abatimento que, afinal, creditava risos ao esquecimento da bebida ou seu derramamento. Macabro, né? Macabro principalmente para quem vive o drama em família.

Pois é, em meu caso, padeço desta síndrome em escala familiar. Não me faltam motivos: tenho cinco tios (de 16 irmãos) pelo lado materno que sofreram com isso, minha mãe inclusive; meu irmão e minha irmã somaram-se ao triste conjunto. Dói tanto recordar que minha mãe, a mulher mais lutadora que supus encontrar, um dia olhou para mim, depois de repetidos abandonos

de si, e perguntou se eu era seu pai, como ela se chamava, onde estavam suas bonecas. E como era comovente ver aquela guerreira tornar-se menina, menininha, inocente criança que só queria brincar. De vez em quando mamãe chorava e eu ,vendo, não tinha como me controlar.

Com meu irmão não foi diferente, o negociante contumaz, o homem de negócios que sabia fazer contas como ninguém, tornou-se um garoto intimidado que batia o pé pedindo doces, querendo ir para a praia e que só se acalmava quando ouvia música sertaneja. Um dia – dos mais difíceis de minha vida – ele foi passar a manhã na loja da família e saiu sem que percebêssemos perdendo-se na multidão. Era um sábado e no Mercado Municipal aturdido alguém conhecido o encontrou e por caridade deu carona até sua casa sem, contudo, nos avisar. Quase enlouquecemos e fomos parar na polícia suspeitando sequestro. Demorou para conhecermos seu destino e tudo apenas ficou claro quando ao dar a notícia para minha cunhada entendemos o acontecimento.

Todos foram-se por doenças diferentes, pois aprende-se que o alzheimer faz sofrer, mas não mata. E anos de convívio não nos domesticam. Pouco se aprende com a intimidade forçada pela doença. E não há melhor alento que o exercício da paciência. Os paliativos existentes, além de extremamente caros, são de efeitos frustrantes, ainda que retardem progressos. Difícil garantir o que é mais cruel na progressão dessa saga malévola. Se é válido dizer que algum pávido consolo existe, em meu caso familiar, é que os episódios de reações violentas podem ser contornados com calmantes e, de certa, forma são passageiros. Mas para os acompanhantes de longas jornadas... Para os responsáveis cabe o espinho insistente da aceitação na chave compulsória.

O desgaste inerente ao caso desequilibra progressivamente as relações. Tudo é muito sofrido. Dói tanto perceber nos olhos dos acometidos o abandono do mundo. E o melhor que podemos é falar a língua deles, andar os passos deles, respeitar seus modos alienados, fazer-se doente por empréstimo. Há, diga-se, um ritmo nas mudanças de comportamento dos adoecidos. A cognição normal vai se esvaindo levemente. Um esquecimento aqui, uma

repetição acola; de lapsos brandos tornam-se moderados, passam a não ser incomuns e tornam-se falhas graves, insanas, conseqüentes, incontroladas.

Quando chega o momento familiar, aquele instante fatal das decisões conjuntas, é preciso muita força. Muita. Quisera aprender as lições da dor de despedidas chorosas. Quisera ser conformado. Quisera crer em milagres, mas não. Ainda não aprendi sobre conformações. Será que alguém sabe?

Poesia e alienação

5 DE DEZEMBRO DE 2021

Minha hora favorita é a madrugada, mas a madrugada dos que começam o dia, não dos que alongam a noite. O silêncio, a mansa espera da luz, o café quente... Arrumado, aguardo o jornal chegar. O intervalo entre o despertar e a leitura das notícias sugere meditações sutis, coerentes com a cena. Hoje não foi diverso, dei céu a uma pergunta que, afinal, faz sentido na altura de nossas vidas políticas: que tempo vivemos?! E colocando a questão coletiva no presente do indicativo olhei-me com uma dúvida fatal: estou sendo correto comigo mesmo?!

Devagar, no pulso dos minutos mais recônditos, veio-me à cabeça um poema de Brecht, *Eu vivo em tempos sombrios*, e minha memória fez repetir versos que fugiam do esquecimento “uma linguagem sem malícia é sinal de estupidez / uma testa sem rugas é sinal de indiferença / aquele que ainda ri é porque ainda não recebeu a terrível notícia”. E a sequência desafiava-me: “que tempo são estes, quando falar de flores é quase um crime/ pois significa silenciar sobre tanta injustiça”. Pronto, estava dada a música para dançar à beira do abismo.

Confesso que tentei mudar de trilha, mas não deu certo. Drummond avassalou-me com *Nosso tempo* e passei a ritmar soturno “esse é tempo partido / tempo de homens partidos / em vão percorremos volumes / viajamos e nos colorimos / a hora pressentida esmigalha-se em pó na rua / os homens pedem carne, fogo, sapatos” e doía prosseguir “as leis não bastam / os lírios não nascem da lei / meu nome é tumulto, e escreve-se na pedra”. E então vi alargada a pergunta: qual o meu posto neste tempo de “homens partidos”? Dei um giro em meu passado recente e comecei uma briga que implicava a palavra “silenciar”. Ah, como é

intragável o veneno que se esconde na combinação de letras que contornam o “eu” e o “outro”. Silenciar, recolher-se, no mínimo me aproxima da alienação, e então como me conciliar?

O historiador que mora em mim exigiu a costura do passado e nessa estrada resenhei minhas atitudes com pretéritos presentes. Tenho me silenciado para evitar mais rompimentos, e calado retiro-me de absurdos imponderáveis. Caminho quieto, apartado de oposições, só falando com meus pares, mas a trança dos dois poemas mais e mais me provocava: estou certo? É correto deixar os acontecimentos como estão? Que posso mudar ficando comigo mesmo?

Respirei fundo quando o jornal chegou e fui a ele ainda com as palavras de Drummond gemendo versos “escuta o horrível emprego do dia em todos os países de fala humana/ a falsificação das palavras pingando nos jornais”. Ilusão tola achar que teria fugas, pois, pelo reverso, constatei pelas notícias, umas depois de outras, que o meu recolhimento era justificado.. Foi assim que cheguei às páginas de cultura e li um artigo sobre Clarice Lispector, ela acusada de alienação. A sequência do texto puxava outra menção, agora devotada a uma referência feita pelo “irmão Henfil”. O traço radical do chargista desenhava um enterro de apoiadores do golpe civil militar de 1964. Entre os “mortos” alguns ícones maltratados pelo inesquecível pincel: Elis Regina – pelo famoso episódio em que cantou o Hino Nacional nas Olimpíadas Militares – o próprio Drummond e Clarice, ambos acusados de alheamento e enterrados com a assinatura de Henfil.

Concluí que, mesmo sem me opor de maneira desbragada, tenho marcado meu território, e assim vacinei-me contra a loucura do mundo enfrentando os mesmos versos de Brecht “dizem-me: come e bebe / fica feliz por teres o que tens / mas como posso comer e beber / se a comida que eu como, eu tiro de quem tem fome? / se o copo de água que eu bebo, faz falta a quem tem sede? / mas apesar disso, eu continuo comendo e bebendo”. Sabe, se pudesse dialogar com Brecht diria que é o que me resta e se pudesse mandar recado para Henfil pediria para não me enterrar ainda. Preciso de um tempo comigo mesmo, é questão de respiro. Silente, sim; alienado, não!

Mil vezes: segredos de confessionalário!

20 DE FEVEREIRO DE 2022

De passagem pela casa de meus pais no interior de São Paulo, na solidão de quem se deixa desprezar do presente, vi-me guiado pelas badaladas do velho sino da igreja matriz e assim, naquele dindon, fui me deixando perder distraído. Meu pensamento flanou à vontade, e foi longe e até me vi enlevado no garoto que fui. Diria que estava lá pelos 10 ou 11 anos de idade, sendo preparado para fazer a Primeira Comunhão na solene Catedral de São Francisco das Chagas de Taubaté.

Quanta gala então: meses com aulas de Catecismo exercitando abstrações sofisticadas, verdadeiros enigmas místicos do tipo: como entender um Deus uno e trino ao mesmo tempo; o dogma da virgindade de Maria “concebida sem pecado”; a hierarquia dos anjos e o inquietante Espírito Santo. A “transubstanciação” era um mistério insondável que, na estreiteza da adolescência mal começada, deveria aceitar sem qualquer questionamento. E teria que acatar o significado do batismo, da crisma, a infalibilidade do Papa... Além de tantos pressupostos etéreos, era preciso cumprir o barroco regramento ritualístico da Primeira Eucaristia. No mais: roupa nova, missal, vela, altares decorados com flores brancas, e as inefáveis fotos... Ah as fotos... Ah as fotos da Primeira Comunhão...

Nessa trama complexa, um detalhe pegava-me mais que outros: a confissão. Que dizer do fasto do confessionalário, aquela capelinha envernizada, de madeira escura, estrategicamente situada na lateral da igreja. E como explicar o fatal genuflexório que de saída me submetia ao juízo de um padre que me perdoaria

mediante minha autoacusação. Tudo intimidava na situação confessional, a começar pelo prévio e cuidadoso “exame de consciência”. Sim, não caberia improvisar, fazia-se necessário uma preparação, algo tipo ensaio, para depois pedir a remissão dos pecados e, contrito, jurar não mais cometê-los.

Pelo retrovisor da memória, fico pensando na retórica que tinha para amplificar o escopo de meus “pecadinhos”. Por mais pecante que fosse naqueles poucos anos somados, pouco tinha a escandalizar o grave ouvinte, mas, o aparato era tão grandioso que valia exagerar. Sim, eu alargava minhas faltinhas, pois haveria de ser coerente com o “Ato de contrição” que apregoa “eu, pecador, me confesso a Deus Todo-poderoso e a vós irmãos, que pequei muitas vezes por pensamentos, palavras, atos e omissões” e ainda, com toda dramaticidade, deveria bater no peito assumindo que as “terríveis mazelas”, eram atribuídas à “minha culpa, minha tão grande culpa”. Aliás, o ponto alto desse movimento soava funesto “e peço à Virgem Maria, anjos e santos e a vós meus irmãos, que rogueis por mim a Deus Nosso Senhor”.

Ao longo dos anos, continuei me confessando, mas segredo que fui me tornando mais amigo de Deus e, na camaradagem que nos aproximava, fui mudando o tratamento confessional e assim, mais velhinho, corrompi os protocolos do catolicismo castiço. Com certeza, ter vivido os tumultuados anos do Concílio Vaticano II – convocado em 1959, efetivado durante o ano de 1962, atravessando os anos até 1965 – foi-me fundamental. Com a cúpula da igreja eu também me atualizava e tudo foi acelerado mais tarde com as Conferências Episcopais Latino-americanas. Sim, participei da mudança da percepção da igreja que saía de seus muros e atuava mais moderna fora de seus portões e altares.

Olhando o passado, observando o processo de mudanças do mundo religioso, fico imaginando como me confessaria hoje em dia. Medito sobre isso, principalmente tendo em vista a proposta que considera os “novos pecados”. E foi o Papa Bento XVI que decretou que as novas faltas capitais são outras sete, a saber: 1) Pressa: uma pessoa apressada não tem tempo para Deus; 2) Manipulação genética: isso seria “brincar de Deus”; 3) Interferir

no Meio Ambiente; 4) Causar pobreza; 5) Ser muito rico; 6) Corromper pessoas e o sistema; 7) Causar injustiça social e promover a desigualdade.

Reverendo esta lista, prezando o que era condenável no passado, sem negar qualquer evolução, sinceramente, acho que posso voltar a me confessar e desconsiderar os vetustos confessionários.

O Caipira de Mazzaropi entre Lobato e Cornélio Pires

27 DE FEVEREIRO DE 2022

PARA ANA LAURA E LUCIANO

A imagem do Jeca Tatu – criação de Monteiro Lobato – tem sido mecanicamente aliada à representação de outro Jeca – produzida pelo comediante Amácio Mazzaropi. As enormes diferenças entre os dois caipiras perdem forças quando se alia a potente iconografia à figuração dos tipos aproximados pelo imaginário, sempre repetido e pouco questionado. Então, a confundir tudo, a indumentária, o cigarro de palha, a camisa xadrez, o chapéu de palha, a botina, os modos de andar e de falar combinam-se de maneira a embaraçar ambos. É lógico que o cultivo desse padrão nutre-se de fatores como a pobreza rural, o abandono do camponês, mas também e sobretudo pela recorrência da mesma imagem. Trata-se de um daqueles casos em que a imagem iconográfica comanda a recepção popular.

Hipoteticamente, convém propor dessemelhanças e prezar a sutil mudança de percepções dos procedimentos analíticos. Entre o caipira de Lobato e do Mazzaropi, garante-se, há um universo de alterações que precisam ser avaliadas em seus suportes – livros, filmes e cancionero. Linguagens diversas, produtos desiguais, mas por que não são notados? As respostas possíveis sugerem opostos políticos que garantem vida aos dois tipos propostos à discussão pública desde a década de 1910 do século passado.

Enquanto o Jeca lobateano é um doente, “parasita da serra”, inerte e sem graça alguma, trágico mesmo, o segundo é trabalhador, esperto, engraçado, pleno de estratégias de sobrevivência num mundo adverso. Um é vítima, outro é protagonista. O primeiro

ponto notável, pois, propõe um paradoxo: a manutenção da aparência mediante a completa alteração do comportamento social dos dois. Mas, o que causaria o silenciamento das discrepâncias que, explicadas, são tão facilmente perceptíveis? Questionando de outro jeito, como captar o sentido de um caipira deprimido e derrotado e a identificação do outro, ágil, sempre triunfante, dono de soluções inventivas. De um lado temos Lobato identificando males históricos, sociais e políticos, incorporados na figura do Jeca taca-nho. De outro, temos o inquieto, boa praça, inocente, mas sagaz, tipo no cinema vivido por Mazzaropi.

Lobato apresentou o seu Jeca em artigo no jornal *O Estado de São Paulo*, de 1914, como “uma espécie de homem baldio, seminômade, inadaptável à civilização, mas que vive à beira dela na penumbra das zonas fronteiriças”. Pelo lado de Mazzaropi, o que se tem é um Jeca que se sai bem de situações inusitadas, seja na cidade, num terreiro de Macumba, no Japão ou em Bariloche, no inferno, ou no nordeste com Lampião, enfim, um serelepe que sabe, em sua experiência, vencer os sufocos promovidos pelo sistema.

O Jeca “mazzaropiado” aprendeu com a experiência individual a responder à secular pressão e, consciente, elabora saídas pessoais oportunas. É na sensatez da vivência com o abandono governamental que o caipira mostra-se como o tipo cultivado nas telas. Ao contrário, para Lobato que responsabiliza o estado pela circunstância caótica do campo, o camponês é vítima passiva, pesada e malquerida. No caso de Mazzaropi, cabe reconhecer que sua inspiração veio da matriz proposta por Cornélio Pires, que trafegou na contramão de Lobato mostrando os caipiras como “trabalhadores, fortes, tímidos em contato com os da cidade, folgazões e alegres em seu meio, de rara inteligência e argúcia”.

A oposição proposta por Pires ganhou o público, ao que Lobato respondeu evidenciando “uma bonita estilização – sentimental, poética, ultrarromântica, fulgurante de piadas... e o público mija de tanto rir. O meu Urupês veio estragar o caboclo do Cornélio”. É lógico que Cornélio não deixaria isso sem resposta, argumentando que “o nosso caipira tem sido vítima de alguns

escritores patricios, que não vacilam em deprimir o menos poderoso dos homens para aproveitar figuras interessantes e frases felizes como jogo de palavras”.

Ainda que pouco exercitado, este embate projeta discussão que até hoje desafia e isso não apenas no plano das percepções artísticas. Os desdobramentos das duas soluções explicam a ampla preferência pelo Jeca de Cornélio Pires/Mazzaropi, e isto está ligado a um processo de identidade que refuta o pessimismo anterior. Aliás, o próprio Lobato redimiou-se reconhecendo o sucesso das histórias de Pires contadas em *As aventuras estrambólicas de Joaquim Bentinho*, de 1924. Sobre isto, escreveu o próprio Lobato “já comprei as ‘Aventuras’ e li-as e venho dar-te um abraço e ao mesmo tempo confirmar-lhe minha admiração pela tua obra”.

Esperto mesmo foi Mazzaropi que soube juntar as duas situações, aproveitar-se da empatia popular em vista dos Jecas e assim produzir um tipo reunindo a imagem crítica que um sintetizou na figura amada do outro.

Chita: o pano do tempo

3 DE JULHO DE 2022

PARA ISA MÁRCIA

Sempre gostei de inverno. Sempre. É claro que não aprecio sentir frio, mas tudo que vem como complemento me agrada. Ainda no outono, quando o céu se avermelha no entardecer, começo a pensar no pinhão, no milho, pamonhas. A trilha sonora – aquelas velhas musiquinhas conduzidas na base da saudosa sanfona – faz-se na evocação de quadrilhas, bandeirolas coloridas e fogueiras. Sou daqueles que dispensam balões e fogos barulhentos, mas o resto...

Há um detalhe que me atrai bastante nas festas juninas: o tempo de encontros grupais, para festejos. Pretexto esperto para juntar amigos em torno de celebrações nostálgicas. Este ano passei por uma destas situações. Conto: amiga mais que querida, convidou achegados e permitiu uma colagem de velhos parceiros. Ah, como foi bom!... Gente afinada, reunida em torno de comida boa, bebida boa, com muita prosa muito boa.

A dona da festa, anfitriã de mão cheia, esmerou-se e recebeu-nos com um belíssimo vestido de chita. “Comprei no mercadão”, disse toda dengosa. E foi o bastante para despertar a mais fecunda saudade da loja de meu pai: tempo de vender chita e chitão. Foi quando me dispus a pensar a história desse tecido sem o qual seria impossível escrever nossas tradições. Sim, a chita atravessou os tempos e impôs-se.

Apesar de ter se popularizado na África, principalmente entre as mulheres negras que desenvolveram técnicas de “amarracção dos panos”, a chita originariamente provinha da Índia e desde a Idade Média foi levada por viajantes europeus até que, depois do

século XVI, foi trazida para o Brasil. Os escravizados brasileiros, principalmente no século XVIII, aderiram às cores fortes e desenhos extravagantes, isso como forma de distinção dos senhores. Tradicionalmente, a chita ficou conhecida como tecido popular e até hoje mantém essa característica.

A palavra chita vem do Hindu, de *chitz*, e notabilizou-se por ser uma prática de estamparia sobre morim (ou amorim) com estampas largas, quase sempre com flores ou frutas. A chita na França, em torno do século XVII, era usada como tecido para decorar albergues, tavernas e demais espaços populares. De tal forma foi aceita que a elite apropriou-se dessa prática para produzir outro tipo de tecido floral não mais sobre morim e com cores muito mais suaves. Fios de seda serviram para rica tecelagem e a palavra *chita* virou indicativo de fazenda fina e cara, como é até hoje.

Atualmente, China e Coréia são os maiores produtores de chita. Entre nós, no entanto, na década de 1930, houve grande crescimento da produção. Foi nesse período inaugural que a Fiação e Tecelagem São José, em Minas, na cidade de Mariana, tornou-se polo de produção. Nesse tempo, a produção da chita nacional era feita em teares manuais e com cromagem na base de cera. Não demorou para cair no gosto popular moderno, revelando uma memória que remete à África mãe.

Na década de 1950, a chita brasileira era produzida principalmente pela Fábrica de Tecidos Bangu que, contudo, de acordo com a mudança de padrão nacional, passava a dar preferência para a produção de tecidos mais finos, orientados pela nova moda francesa, afastando-se assim gradativamente da fabricação mais modesta. Vendo-se incapaz de concorrer com o mercado internacional, houve uma drástica mudança na produção de chita brasileira.

Muita gente tem curiosidade e quer saber como a chita/chitão tornou-se tão popular nas festas juninas. Arrisco algumas sugestões. Em primeiro lugar, pelos escravos, ficou caracterizada como roupa de agricultores e com outros acessórios como chapéu de palha, espiga de milho e uso imitativo de apetrechos caipiras

passou a ter valor simbólico. O surgimento de uma classe média saudosa do campo fez com que se “folclorizasse” essa prática que ganhou também dimensões pedagógicas em festas infantis.

De toda forma, muito mais que falar de história, gostaria de saudar a chita que permite-nos lembrar de afetos que atravessam os tempos e nos juntam sugerindo o passado como presente de renovação de amizades celebradas com danças que dramatizam a história. A minha amiga vestida de chita avivou tantas lembranças e me fez pensar se há um sentido maior contido nas flores enormes e nas cores vivas de sua roupa. Viva a chita, viva quem a usa para fazer festas.

O pastel do Mercado: lições!

10 DE JULHO DE 2022

Por acaso – se é que acaso existe – de quando em vez, volta-me às mãos uma fotografia do antigo Largo do Mercado. Por mais que tenha intimidade com a imagem em preto e branco, a cada olhar emoções nostálgicas me removem e me transportam. Fortes emoções, aliás, daquelas que exigem tempero afetivo e tolerância para suportar alterações. Pedaco lindo era esse, cromo de uma vida crescida no cenário hoje tão enfeiado pela gana traidora do passado. E não haveria de ser de outro jeito posto que os contornos antigos agonizam num presente despersonalizado, rascunho mal resolvido na ilusão de progresso frustrado.

Vendo a mesma foto – creio ser dos anos 1950 – sou tomado pela inocência que brincava no menino despreocupado com o dever. Coleciono lembranças pontuais que, contudo, se emendadas formulam uma história perfumada. Entre tantos comércios, lá estava o de meu pai que se abria para um largo encantador, bem em frente à entrada principal do Mercado Municipal. Era aquele o meu paraíso, composto por lojas de brinquedos, chapelaria, ponto de carros e ônibus, vidraçaria...

O que não constava dos planos futuros era o resultado de uma plástica urbanista que se impôs desfigurando o que existia. O resto do antigo obelisco, posto abaixo sem pudor algum, expõe a marca do ilusório desenvolvimento prometido em nome da modernização. Entre o triste presente e a foto revela-se o desafio de entendimento do que ocorreu dentro e fora dos muros do Mercado.

É claro que me fazem sentido os efeitos perversos dados pelos recortes seletivos da memória. Sei sim que a lembrança de

um certo passado desloca para um irresistível “pretérito perfeito”; mas não resisto. É com certa cerimônia, pois, que pela fotografia, permito-me flunar. Cores e cheiros ambientam recordações grudadas em minha evocação. Aquele, diga-se, era um tempo muito mais obediente às estações do ano e tudo enquadrava-se nos limites das épocas do ano. Então, frutos e frutas rendiam-se às temporadas: havia um tempo para as melancias, goiabas, pêssegos, outro cheio de jabuticabas, amoras. A atravessar eras, tínhamos os docinhos caseiros – rapaduras, melados, canjiquinha. Sabe, ter morado no Largo do Mercado distinguia-me dos demais meninos. Eu sabia detalhes gostosos da melhor caipiricidade.

Dentro do velho prédio de 1915, diria que tudo corria nos conformes até que, num belo dia, surgiu uma “Pastelaria chinesa”. Sabe, foi uma revolução, sinal que ameaçava a lógica tradicional e apontava para a descontinuidade do contexto externo. Eis que, não mais que de repente, um produto exótico impunha-se na rotina do Mercado: o pastel. Por certo, havia outros estabelecimentos similares – creio que a praça principal ostentou a pioneira de Taubaté – mas aquela no Mercado era impertinente e afigurava-se como possível dilema no andamento geral. Até pode parecer natural hoje, mas naqueles dias o impacto da pastelaria foi enorme: como combinar o antigo com o que se mostrava estranho. Como?

Sem misturar o jeito acaipirado que nos distingue falar, a pastelaria no Mercado abrigou o sotaque achinesado. E não é que consegui! O tempo foi passando, a pastelaria mudou de lugar, mudaram também os proprietários, mas lá está a pastelaria até hoje. Com sucesso enorme, o pastel inverteu a estranheza e naturalizou-se integrando-se.

Mas, na contabilidade do tempo que correu e na parcela das mudanças externas, pergunto-me qual a relação final entre as partes? Mudando a fórmula da questão questiono sobre porque houve deterioração do entorno externo ao prédio do Mercado e a pastelaria sobreviveu? E então a resposta faz-se: a pastelaria, como camaleão importado, adaptou-se, caiu no gosto dos fregueses, não contaminou o resto. A parte externa, pelo contrário, desfigurou o que existia e destruiu o que lhe serviria de paisagem.

O que se aprende com a constatação desse processo? Muito, principalmente que o passado pode aceitar o que vem de fora, mas com critério. Lindo lugar de memória, o nosso Mercado deixou o exótico avizinhar-se. Pena que fora as cicatrizes marquem o corpo maltratado da nossa Taubaté.

Meu pai comendo pipoca num estádio de futebol

13 DE AGOSTO DE 2022

Confesso que me preparei bastante para esta crônica, muito mais do que para outras tantas. E emocionado. Muitos sabem que em meu calendário sentimental, além de algumas sinalizações protocolares, há duas datas soberanas: Dia dos Pais e Dia dos Professores. E a cada ano na chegada do segundo domingo de agosto pergunto-me o que mostrar.

Não se trata de concurso, mas vale questionar almejas sobreposições e nelas alguma carga de novidade. Imagino a fuga dos ponteiros que querem liberar-se do destino dos relógios mesmo sabendo o roteiro fatal. Foi com tal certeza que, pensando em meu pai, busquei estímulos desdobrados de retalhos tangíveis: reli anotações corridas com seu português precário; apontamentos atentos aos negócios; dois bilhetes escritos na correria da rotina trabalhosa, mas preocupado com meu estado de saúde; uns tantos cartões postais que enviei a ele e muitas, muitas anotações de contas a pagar... Enfim, vasculhei até pontuar minha saudade em três fotos que articuladas me enterneceram. Juro, fiquei paralisado. Olhei com ternura maior e tentei relacioná-las na linhagem de uma história que se renova a cada vez que considero a vida de meu pai.

E foi o que bastou: abriu-se um mundo de possibilidades reveladoras daquele homem especial, do ser valente, mas que nunca perdeu a alegria. Nunca. Papai cantava muito, contava casos como ninguém e adorava fazer surpresas. Lembro-me de um dia comum em que ele apareceu na hora do almoço com nove convidados, jogadores de futebol do clube que ele amava. Minha

mãe quase enlouquecia. Foi essa recordação específica, aliás que provocou a aproximação das três fotos, de três momentos que explicam o encanto de meu pai.

A começar pela imagem dele, menino que na altura de seus 14 anos, sozinho, embarcou de Beirute para o Brasil onde tinha um tio, o último familiar, que lhe mandou a passagem. A foto sisuda da “Carteira 19”, documento de imigração, desmente outra, uma segunda, de 1937 quando se casou com minha mãe, aliás resultado de um acordo familiar; explico-me: meu avô materno, pai de 16 filhos, casava as moças por ordem de idade, e uma tia imediatamente mais criança estava comprometida com “bom partido”, condição que exigia o enlace apressado de minha mãe.

Meu pai, jovem muito bonito quando chegou ao Rio de Janeiro, foi morar na boêmia Lapa, logo foi “adotado” por moçoilas que defendiam a vida “cantando e bordando”. O tal Tio Habib, caixeiro viajante, tratou de solucionar o problema arranjando casamento com a moça, minha mãe. Para a boda, ele esmerou-se e com roupa emprestada, apareceu elegante para o casório mesmo tendo conhecido mamãe às vésperas do casamento. Na foto, em sua mão esquerda um perturbador par de luvas. E posou lindamente. Em termos afetivos, diga-se, segundo a melhor tradição árabe, tudo derivava de um mantra repetido por minha avó materna que viva repetindo: casa e depois gosta. Aconteceu!

Como estratégia, era comum aos libaneses cristãos distribuir filhos por cidades próximas. E assim os irmãos de minha mãe espalharam-se pelo Vale do Paraíba Paulista. Havia um substrato econômico por traz dessa estratégia: abrir lojas que seriam abastecidas por compras centralizadas nos negócios do patriarca. Foi desse jeito que meu pai tornou-se comerciante em Taubaté, SP. E bom comerciante, pois logo, da venda de tecidos e armarinhos, foi para negócios com hotéis.

Por lógico outras fotos poderiam mediar esta epopeia, mas a síntese de tudo transparece em um flagrante dele, perfeitamente integrado a um grupo de torcedores na arquibancada do Esporte Clube Taubaté. E garboso, em seu terno escuro, com inefável sorriso, como se fosse o centro da foto, ele comia pipoca. Diria

que para qualquer observador a foto pode parecer corriqueira, mas para mim... E não há como deixar de me emocionar vendo aquele ser tão cheio de histórias, entregando-se lindamente a um momento prosaico. Olhei mil vezes para aquela imagem. Viajei na história e rolou uma lágrima, duas, três... Saudade de meu pai.

Saudade doída, mas linda. Papai comendo pipoca num estádio de futebol. Ô vida...

E agora, velhinhos e velhinhas de Taubaté?

16 DE OUTUBRO DE 2022

Frente à voracidade do momento pré-eleitoral, o desgaste é exaustivo e estamos todos cansados, implicados em uma guerra trituradora da pouca paciência que nos resta. A polarização populista frustra possibilidades construtivas e os dias arrastam-se até a decisão. Mas sempre foi assim? perguntei-me um tanto inquieto. Fora de períodos eleitorais como se teciam as críticas políticas? É claro que sempre existiram discursos nevrálgicos, mas como poderia recuperá-los, com que critérios? Imediatamente uma enxurrada de tipos caricatos desfilaram indicando encaminhamentos mais sutis do que vemos agora. Foi assim que me lembrei de menções à minha cidade, Taubaté, no estado de São Paulo. Evoquei saudade, rememorei espaços de convívio e, naturalmente, a sensação de tempo tranquilo envolveu-me. Mas o que teria isso a ver com política?

Mais estímulos e provocações. Imediatamente, duas figuras hilárias vieram-me à cabeça. Uma, “Neide Taubaté” criada e vivida pelo saudoso Chico Anysio entre 1981 e 82. Outro tipo igualmente popularizado, a “Velhinha de Taubaté”, criação muito quista, sobrevivente no imaginário brasileiro, cunhada por Luiz Fernando Verissimo em 2005. Resolvi retomar os dois casos e entender por que Taubaté serviria como pretexto de crítica política.

Chico Anysio destacou-se pela profusão de personagens, cerca de 210 caracterizações que ele mesmo assumia e, em muitos casos, como na “Escolinha do Professor Raymundo”, dialogava com outras figuras promovendo interlocuções sempre no limite da análise de costumes, da moral ou da política. É fácil aquilatar por

que se deu o sucesso da espevitada Salomé, destaque entre tantas personagens femininos. Salomé (Salomé Maria Anunciação), apresentada em 1979 foi, sem dúvida, sua mais completa personagem política. Com roupas à moda antiga, irretocável nos detalhes, principalmente nos incontidos telefonemas informais a um tal João Batista, ex-aluno, a senhorinha delicada e com trejeitos inocentes, mandava recados impensáveis em outra chave. E sabe-se que o próprio Presidente Figueiredo, o tal João Batista, apreciava a encenação e, mesmo podendo, não censurou o quadro.

Mas, e nossa “Neide Taubaté”? “Neide” sucedeu a “Salomé” que, diga-se, perdeu sentido no andamento da Abertura Política. “Neide” era uma apresentadora de televisão que, pretensamente elegantíssima e toda cheia de joias, com olhares maliciosos, desafiava debates sobre temas gerais, todos sempre arriscados. Na realidade, a provocante “Neide” era simulacro de Hebe Camargo, então apresentadora da TV, vinda do interior... de Taubaté. Dona de ardilosa combinação de simpatia com pitada de maldade, “Neide” refletia características de uma nova rica, capaz de ser crítica, mas contida no limite. Sem muitas explicações, depois de muito sucesso, “Neide Taubaté” foi substituída na dinâmica das criações de Chico Anysio. Foi, mas deixou saudade.

Ainda mais exuberante e perturbadora foi a “Velhinha de Taubaté” criada por Verissimo, já consagrado cronista. Com presença intermitente, entre 1979 e 1985, a deliciosa senhora mostrava-se a última crente em tudo: propaganda, fofocas, sermões e, principalmente, no governo federal que ela defendia com unhas e dentes. Exatamente situada no momento da Abertura política, a “Velhinha” seria o esteio das crenças conservadoras propaladas pela nova política que, contudo, acabaram no “mensalão”.

Como seria de se esperar, para nós taubateanos, caberia perguntar agudamente: mas por que Taubaté? Seríamos nós, habitantes da tão apazível cidade do Vale do Paraíba Paulista, metáfora de conformismo acrítico, depositários de créditos políticos inquestionáveis? Por que Taubaté? Há várias explicações paralelas. Uma diz que é meramente por conta da sonoridade, com ênfase na final “é” (de Taubaté). Pouco convincente, outras

possibilidades foram aventadas. Com eloquência, a mais convincente reza serem as letras iniciais “VT” o reverso de “TV”, pois a dita senhora não saia de frente da televisão e pela TV fez-se VT.

Fato incontestado é que nossa “velhinha” cativou o Brasil de ponta a ponta. Todo mundo falava dela, zombando de sua ingenuidade e constância irretocáveis. Alguma coisa deve ter acontecido pois Veríssimo, em 1985, teria se cansado da caracterização e resolveu “matar” a amadíssima senhora. Foi uma celeuma nacional, houve protestos. O fato, contudo, revelado pelo cronista dizia que “ela morreu na frente da televisão, talvez com o choque de alguma notícia. Mas a polícia mandou os restos do chá que a Velhinha estava tomando com bolinhos de polvilho para exame de laboratório. Pode ter sido suicídio”. Suicídio ou desilusão. Desilusão política?

Sabe, fico pensando neste nosso momento, particularmente para meus conterrâneos, e assim questiono: o que herdamos?! Afinal, estamos mais para “Neide”, ou ainda guardamos memória da “Velhinha”? “Neide Taubaté” ou “velhinha de Taubaté”, eis a questão.

O Saci não é mais aquele – e o que Lobato tem a ver com isso

30 DE OUTUBRO DE 2022

Zuenir Ventura referia-se ao ano 1968 como inacabável. Eram tantos os acontecimentos destacáveis que parecia não caber no calendário regular, tinha que continuar. Inicialmente, pensei parafrasear o grande jornalista, mas optei pelo caminho inverso: 2022 o ano que poderia acabar já. Tantos são os tormentos, que nos sentimos esgotados, ansiosos, aspirantes apressados dos tais “novos tempos”. Mesmo sabendo que 2023 será de lascar, mais que nunca, começar de novo torna-se objeto de desejo. Sobretudo, o longo período eleitoral deste ano-secular implicou escolhas políticas que dominaram o espaço público. As mazelas nacionais jogadas em nossos rostos nos enojaram, exigindo atenção a temas duros.

O justificado processo seletivo, de certa forma, isolou alguns debates característicos dos ciclos rotineiros, e se isso fez falta como lenitivo, provocou ponderações agora cabíveis. Em termos culturais, o saci – que tem celebração marcada dia 31 de outubro, amanhã – foi um desses casos escamoteados. Minha eterna busca de positividade, contudo, permitiu questionar se não haveria um lado bom nisso. Brincando de tudo-bem, imaginei que a ausência dos retumbantes festejos pudesse dar vazão a certos questionamentos que, sim, precisam ser reavaliados. Numa rápida contabilidade perguntei-me: quais seriam os temas mais importantes para pensar o saci hoje? Como aproveitar o silêncio nacional afeito àqueles folguedos?

Talvez de maneira injusta, tenho sido crítico ácido da aproximação do significado do nosso “Dia do Saci” ao Halloween

norte-americanizado ou, em casos mais sofisticados, ao Dia dos Mortos no México. Acho tais abordagens simplistas, bobagem sem propósito e até depreciativa de nossa autonomia cultural. Mas, por enquanto, este tema pode aguardar oportunidade. O que mais me sensibiliza neste momento é o uso simplificado de uma figura espetacularmente significativa para a reflexão cultural do ser brasileiro.

Pensando nisso, meu lado historiador convocou um rabisco rápido, atento ao trânsito do saci de ser diabólico, mau, cheirando a enxofre, emitindo sons insuportáveis, versus o menininho simpático, engraçado, adocicado, maroto, amiguinho. O que teria acontecido? Perdemos a memória?

Inscrevendo o debate em outra pauta, paralela, vale considerar o atual saci invariavelmente metamorfoseado. Há pistas capazes de considerá-lo originário das matas guarani – entre fronteiras do Brasil e Paraguai – apontado como guardião das florestas; não faltam importações celtas, ibéricas, nórdicas, europeias enfim, que então emprestariam o capuz vermelho e a prática das traquinagens domésticas; a africanização teria se passado desde a presença escrava e a associação com a negritude funciona como marca filtrada do preconceito escravagista.

Outra sinalização importante para a explicação reformulada do nosso saci apoia-se no mito do hibridismo cultural brasileiro, condição aliás que tem atravessado nossa história, projetando-nos como harmonizadores de tudo, incruentos, democratas. Esse ponto interessa fundamentalmente para a crítica simplificadora de Lobato como “pré” ou “antimodernista”. Se considerarmos as publicações do “Inquérito sobre o saci”, desde 1917 em jornal e depois em 1918 em livro, temos moldura capaz de implicar Lobato na alma do modernismo e acatá-lo coerente com o “espírito de corpo” que o justificava afinado com as propostas culturais postas em tela. Sob tal mirada, o trabalho com o saci seria fator bastante para explicar a estratégia da devoração que dá sentido ao movimento Antropofágico. O próprio saci, produto de outros sacis, seria resultado devolvido ao Brasil.

Autores como Jesse de Souza têm retomado a oficialidade da história e proposto revisões que, no caso do saci, tornam-se

esclarecedoras dos mecanismos que inventam a cultura brasileira como tolerante, exótica, boazinha. Nada, nada disso. A transformação objetificada do saci em mercadoria pedagógica, de preto retinto e agressivo, de figura repulsiva em engraçadinho é uma forma de calibrar, manipulando forças capazes de animar outras visões potentes da representação popular. Convida-se a pensar o uso do saci nas escolas e, por elas, a manipulação cultural feita pelo viés pedagógico.

Dois elementos chamam a atenção na tecitura do perfil do novo saci: a retirada de seu caráter contestador, de resistência e perigo, e a aproximação ingênua de um personagem identificado como produto nacional, esperto, alegre, controlável, ainda que não exatamente humanizado.

Pensemos o(s) saci(s) de Lobato como a chave que abriu esse cofre de possibilidades. Ele também inquieto, soltou seus sacis, e escondeu a chave. Precisamos dela para nos entender.

Pelos olhos de meu pai

22 DE JANEIRO DE 2023

Recebi numa das poucas redes sociais que frequento o poema de Mário Quintana O velho do espelho. Li com solenidade e coloquei um espelho em minha imaginação que vagabundeia por esse verão louco, ora molhado demais, ora tórrido demais. E “demais” é boa palavra para significar meu olhar sobre o pretérito visto do presente. O verso é aberto com um susto “por acaso, surpreendo-me no espelho: quem é esse / que me olha e é tão mais velho do que eu?”. Parei na primeira linha. Fôlego. Ar. Pensei no alvo certo do verzejador que colocava em minha frente uma questão existencial.

Devo dizer que o dia ainda estava para nascer e aquela questão me paralisava. O verso era um diálogo entre pai e filho em que um se via no outro como continuidade e divergência. E, desdobrando, vinha a questão fatal ‘O que fizeste de mim?! / Eu, Pai?! Tu é que me invadiste’. Foi o bastante para transformar tudo em um ajuste de contas. Meu pai, meu passado; eu, meu presente...

“Eu sou ainda aquele mesmo menino teimoso de sempre”... Costurei fatos da vida para justificar o recorte que me destilar o passado. De repente, revi-me como garoto do interior de São Paulo, filho de árabes que tinham um claro e articulado projeto de vida, gente que saiu da pobreza aguda com o fito de não repetir a trajetória desgraçada nos filhos. Estava dada a partida. A loja no Largo do Mercado, a Casa Abraão, como cenário de trabalho indicava um caminho a ser seguido. É lógico que a educação escolar entrava no cardápio, mas como prato secundário. Primeiro e acima de tudo o trabalho. Dado o roteiro, restava-me subvertê-lo.

Defini cedo meu caminho. Ser professor era a meta. Houve muita negociação, aprendi a tocar a faina na loja com os deveres

escolares. E dei-me bem. Talvez aí esteja a matriz de nossos rostos: eu envelheci vendo meus pais lutando, dia e noite. O trabalho foi minha herança maior. Minha e de meus dois irmãos.

Vendo de hoje, “negociar” foi um verbo que conjuguei também na vida social e política. Sinto-me vexado quando retomo a vergonha que sentia ao ver meus pais falando árabe, e demorou a ter coragem de me orgulhar dos quitutes inigualáveis que minha mãe fazia. Mas me era fundamental temperar tudo. Em termos de cultura familiar, vivia duas vidas, uma devotada ao público onde deveria ser igual a todos os não árabes; outra interna, pessoal, onde o “honrar pai e mãe” era mandamento da lei doméstica.

Ainda que questionador, rebelde mesmo, acho que não fui mau filho. E em termos políticos também divergi sem titubear. Com desmedida ternura guardo a lembrança dos “olhos fechados” de meu pai que me querendo, além de comerciante, advogado, fingia não saber que à noite, na surdina, eu cursava História. E qual não foi minha surpresa quando um dia achei recortes que ele colecionava com meus primeiros artigos históricos nos jornais locais. Sabia de tudo e quando chegou a cerimônia de formatura, orgulhoso me deu um anel. Mais espantado fiquei quando depois, em vez de se referir a mim como “formado em Direito”, dizia que eu era professor. E olhava penetrante em meus olhos claros como os dele.

Casei-me fora dos planos familiares. Troquei a loja pela cátedra. Vê-lo emocionado em minha defesa de tese na USP, onde virei professor, me é das lembranças mais consoladoras. Morava fora do Brasil quando papai morreu e não cheguei a tempo para uma despedida adequada. A longa viagem furando espaços me fez em lágrimas agradecidas, as mesmas que retomo agora ao ler o poema seguinte:

“Por acaso, surpreendo-me no espelho: quem é esse / Que me olha e é tão mais velho do que eu? Porém, seu rosto... é cada vez menos estranho... / Meu Deus, Meu Deus... Parece meu velho pai – que já morreu! / Como pude ficarmos assim? / Nosso olhar – duro – interroga: ‘O que fizeste de mim?!’ / Eu, Pai?! Tu é que me invadiste / Lentamente, ruga a ruga... Que importa? Eu sou, ainda

aquele mesmo menino teimoso de sempre / E os teus planos enfim
lá se foram por terra / Mas sei que vi, um dia – a longa, a inútil
guerra! – Vi sorrir, nesses cansados olhos, um orgulho triste...”

Mário Quintana

Étabuat

5 DE FEVEREIRO DE 2023

Foi uma noite difícil. Insônia brava. Fiz todos os exercícios recomendados para “apagar”. Todos: permaneci imóvel, olhando para o teto; mudei para posição fetal; sentei-me à beira da cama; procurei meditar; recusei ler, pois isso me acende, como me acende também ver TV, enfim, levantei-me e comi um biscoito gostoso, escovei os dentes novamente, estava muito quente para tomar um chá, fui de água mesmo... e nada! Sabe o que é nada? Pensei em rezas, mandingas porque nem o zolpiden fez efeito. Nada, outra vez. Olhava com raiva para o relógio que insistia na marcha lenta, tic-tic-tic. Resultado: assumi a noite e à meia luz parti para a música. Mas também não poderia ser qualquer som, haveria de buscar algo que me acalmasse. Achei aquele canal de seleções pré-escolhidas, olhei com certo triunfo o “cardápio”, até que optei pelo de “MPB”. E logo a primeira canção me fisgou. Caetano ao violão, cantado Reconverso.

Às vezes fico pensando na crueldade disfarçada na figuração daquele Veloso. Com a mana Bethânia não acontece o mesmo. A voz dela é clara, incisiva e coerente com tudo que canta e dança. Ela é firme e de uma firmeza condutora de lógica convincente. Gosto demais das escolhas dela, mensagens na veia. E dele gosto também, muito, mas é um apreciar complexo, composto, dialético, sempre meditativo e reticente. Há tantos enigmas nas apresentações desse bardo que, ou me perco em análises ou, meio alienado, curto a melodia. Talvez a maior charada caetânica seja a combinação de sua voz linda e mansa, com a perversidade das palavras que entoa. É como aquelas canções de ninar tipo “boi, boi, boi da cara preta, pega essa criança que tem medo de careta”. Maldade, né?!

Então Caetano vem dessa tradição camaleônica, “cabeça”, e foi na exata circunstância da insônia que ouvi *Reconvexo*. Reconvexo, que palavra! Pode? Despertei de vez e varri a possibilidade de vigília para a noite empoeirada de estrelas.

Como maldisse a inteligência do genial Caetano! Ele forçava articulações dignas de um ginasta da palavra. Puxando paradoxos impossíveis mesclava a chuva no deserto, com os automóveis de Roma, Iara misturada com a matriarca Negra, e dessa salada ia avisando “Você não me pega / você nem chega a me ver / Meu som te cega, careta” e seguia arrematando com um fatal “quem é você?”. Pronto; estava dado o toque definitivo do eterno despertar. “quem é você?” achei que jamais voltaria a dormir. E restava me buscar no mapa de mim mesmo.

Diria que a longa canção me fez sentir jovem vestibulando tendo que entender a pergunta filosófica no espaço rápido de uma faixa de álbum musical. E felizmente o refrão era repetido alertando para alguma resposta possível. Depois de ladainhar paradoxos ele chega sorrateiro à própria casa materna e cantando pergunta “Quem não rezou a novena de Dona Canô / Quem não seguiu o mendigo Joãozinho Beija-Flor / Quem não amou a elegância sutil de Bobô”, e arremata com fatalidade “Quem não é Recôncavo e nem pode ser reconvexo”.

No fluxo da balada transportei-me para meu eu e me buscando no “quem é você?” indaguei lugares determinantes de minha existência... E cheguei a Taubaté, minha cidade adotada. E nela me perguntei, pensando em minha família, na loja de meus pais: “quem não comprou panos na Casa Abraão / Quem não pechinhou ouvindo histórias de papai / quem não aprendeu uma receita de doce com minha mãe / quem não voltou àquela loja”... quem não, não é taubateano e nem pode ser étabuau. Aliás só os étabuats de corpo ou de alma entenderão a viagem de minha volta.

Ah!, devo dizer que desliguei a música e ligado no registro daquele eterno retorno, parti para esta escrita que não deixa de percorrer uma rota pavimentada de porquês, reconvexos. Pronto, estava respondida a questão: quem sou eu? Sou fruto daquele universo imenso em sua pequenez, elo entre a vida de uma família

de imigrantes libaneses e uma comunidade inteira que aos meus olhos sempre infantil vestia-se com roupas compradas em minha casa, onde tudo começou.

Editora Pontocom

Livros do mesmo autor publicados pela Editora Pontocom:

Vida e ciência: entrevista com José Israel Vargas (2014)

Aventuras Oníricas: experiências pedagógicas em narrativas, textos e imagens (com Anna Payula Lemos, Felipe Triani e Joaquim Jumberto de Oliveira; 2015)

História oral: a democracia das vozes (com André Gattaz e Leandro Seawright; 2019)

Faça o download gratuito de todos os títulos da Editora Pontocom em **www.editorapontocom.com.br**

Registrar a história é uma missão nobre e indispensável. Sebe cumpre esta missão com louvor. As coisas de Taubaté estarão registradas para sempre. E nós desfrutamos agradecidos.

Paulo Pereira

O jeito Sebe de olhar as coisas do mundo é amplo e expressivo; a compreensão que tem de suas origens e trajetória nos leva pelas veredas de um tempo que ele tem nas mãos e com o qual caminha com a desenvoltura dos “turcos do mercado”.

Renato Teixeira

José Carlos Sebe nos leva a uma viagem por Taubaté em 80 crônicas selecionadas entre mais de 900 semanas, fazem do Jornal Contato o semanário mais influente da cidade há quase duas décadas.

Pedro Rubim

Mestre Sebe chegou em minha vida por meio do Jornal Contato como um mago das palavras, guiando-nos para enxergar através de seus olhos claros aquilo que não conseguiríamos ver.

Ana Regina Gatti